

LUÍS MANUEL PEREIRA ASCENSO

**A EXPRESSÃO DO ESPAÇO DINÂMICO NO PORTUGUÊS:
LINGUAGEM E MULTICULTURALISMO**

*Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Cultura e Comunicação da
Universidade dos Açores*

Orientadora: Prof.^a Doutora Helena Mateus Montenegro

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

**Ponta Delgada
2007**

A quem sempre esperou das minhas palavras algo
mais do que o sentido

Aos professores dos semestres curriculares, cujos seminários foram verdadeiros precursores desta dissertação,
aos colegas do curso,
ao Prof. Doutor Machado Pires, com imenso respeito e admiração pessoal,
à Profª Doutora Helena Montenegro, minha orientadora,
e a todos quantos se empenharam, na Universidade dos Açores e no Departamento de Línguas e Literaturas Modernas, para levar por diante este Curso de Mestrado,
os meus agradecimentos.

Minhas palavras, meus saltos
bruscos, pontiagudos
para dizer o espaço
que subjaz sempre novo

António Ramos Rosa

“Para a Linguagem Necessária”
in Ocupação do Espaço (1963)

RESUMO

A expressão do espaço dinâmico releva de um processo de significação em que as entidades semânticas de movimento se definem, na sua correlação com as estruturas linguísticas que as representam, em estruturas argumentais. Constituindo a predicação verbal o núcleo fundamental de uma proposição, procuraremos traçar um quadro de regularidades que nos permita classificar as estruturas proposicionais que veiculam a informação de movimento e percurso, constituindo-se estas duas categorias como variáveis de análise. Evidenciaremos a pertinência de uma especialização de critérios que justifiquem o estudo, em separado, da variável *percurso*. A aplicação destas variáveis aos materiais recolhidos pela técnica do questionário e de entrevista, a partir da produção de discurso de falantes nativos do português europeu, residentes na ilha de S. Miguel, e falantes estrangeiros, imigrantes na mesma ilha, sobretudo no que se refere à variável *percurso*, permitirá identificar, mediante o tratamento estatístico dos resultados, a interdependência dos componentes semânticos e lexicais com os factores multiculturais que acompanham a aquisição e o uso dos instrumentos linguísticos.

Palavras-chave:

Semântica. Cognição. Espaço. Movimento. Linguagem. Multiculturalismo

ABSTRACT

The expression of dynamic space is the result of a meaning process where semantic elements motion are defined and correlated with the linguistic structures that represent them as argument structures. Being verbal predication a nuclear aspect of a proposition, we'll make an attempt to build a table of regularities that could help us to classify propositional structures that express Motion and Path, converting these categories in two analyse variables. We'll show the validity of a criteria specialization that could justify the study, separately, of the Path variable. The application of these variables to the materials obtained by quest and interview methods, from the speech of Portuguese speakers living in S. Miguel island and foreigners speakers, immigrants in the same region, particularly referred to the Path variable, will allow us to identify, trough the statistic treatment of data, the existing interdependence between semantic and lexical components and the multicultural aspects related to the acquisition and usage of linguistic instruments.

Keywords:

Semantics. Cognition. Space. Motion. Language. Multiculturalism.

ÍNDICE

0.	INTRODUÇÃO	9
1.	QUESTÕES PRELIMINARES	12
1.1.	Definição do objecto	12
1.2.	Enquadramento teórico	14
1.3.	Metodologia.....	17
1.4.	Técnicas de Análise	18
1.4.1.	<i>Os questionários.....</i>	<i>18</i>
1.4.2.	<i>As entrevistas.....</i>	<i>19</i>
1.4.3.	<i>Os informantes</i>	<i>19</i>
1.4.4.	<i>As variáveis</i>	<i>20</i>
2.	COMUNICAÇÃO E MULTICULTURALIDADE.....	22
2.1.	A dinâmica cultural.....	22
2.2.	Razões para o multiculturalismo em Portugal	24
2.3.	A dinâmica cultural do discurso	25
2.4.	O multiculturalismo e a globalização	28
2.5.	Espaço geográfico <i>versus</i> espaço simbólico	32
2.6.	A cultura e a organização do espaço.....	35
3.	RELAÇÕES ESPACIAIS DINÂMICAS	39
3.1.	A espacialidade	39
3.2.	As estruturas imagéticas	40
3.3.	Os objectos prototípicos da relação espacial.....	42
3.4.	As regiões espaciais e a localização	46
3.4.1.	<i>Relações topológicas.....</i>	<i>47</i>
3.4.2.	<i>Os sistemas de orientação.....</i>	<i>49</i>
3.4.2.1.	<i>A deixis espacial.....</i>	<i>49</i>
3.4.2.2.	<i>Orientação intrínseca</i>	<i>50</i>
3.4.2.3.	<i>Orientação relativa ou extrínseca</i>	<i>52</i>
3.4.2.4.	<i>Orientação absoluta</i>	<i>54</i>

3.5. Movimento e percurso.....	54
3.6. A descrição do percurso	57
3.6.1. Os esquemas de trajectória	59
4. O ESPAÇO DINÂMICO E A PREDICAÇÃO VERBAL.....	62
4.1. Unidades semânticas e unidades morfológicas	62
4.2. As estruturas argumentais.....	63
4.2.1. O papel dos predicados.....	64
4.2.2. O predicado verbal e os argumentos	65
4.2.2.1. Propriedades semânticas e processos de lexicalização.....	67
4.2.2.2. A selectividade semântica	69
4.3. Os primitivos semânticos	73
4.4. Moldes proposicionais.....	76
4.4.1. Proposta de um molde proposicional de movimento	79
4.4.1.1. Localização estática.....	80
4.4.1.2. Localização dinâmica	81
4.4.1.3. Movimento evolutivo	82
4.4.1.4. Deslocação.....	83
4.4.2. Proposta de um molde proposicional de percurso.....	84
4.4.2.1. Percurso zero	86
4.4.2.2. Percurso de origem.....	86
4.4.2.3. Percurso de destino.....	87
5. AS ESTRUTURAS PROPOSICIONAIS DE MOVIMENTO E DE PERCURSO NO CORPUS EM ANÁLISE	89
5.1. Aplicação das variáveis	89
5.2. Matrizes dos questionários	90
5.2.1. Variável movimento.....	92
5.2.1.1. Localização estática.....	92
5.2.1.2. Localização dinâmica	94
5.2.1.3. Movimento evolutivo	95
5.2.1.4. Deslocação.....	96
5.2.1.5. Frases intrusas	97
5.2.1.6. Frases agramaticais.....	98
5.2.2. Variável percurso	98

5.2.2.1.	Percorso zero	99
5.2.2.2.	Percorso de origem-1	100
5.2.2.3.	Percorso de origem-3	100
5.2.2.4.	Percorso de destino1	100
5.2.2.5.	Percorso de destino3	101
5.3.	Tratamento estatístico das amostras	101
5.3.1.	<i>Universo de referência do corpus</i>	102
5.3.2.	<i>Resultados</i>	103
5.3.2.1.	Variável movimento	103
5.3.2.2.	Variável percurso	105
5.4.	Análise dos índices de tendências	107
5.5.	As entrevistas	108
5.5.1.	<i>Excertos</i>	108
5.5.1.1.	PERC0	108
5.5.1.2.	PERC1	110
5.5.1.3.	PERC3	111
5.5.1.4.	PERC-1	113
5.5.1.5.	PERC-3	113
5.6.	Resultados individuais e variáveis sociais	114
6.	CONCLUSÃO	119
	BIBLIOGRAFIA	123

0. INTRODUÇÃO

Ao privilegiarmos para desenvolvimento, no âmbito desta Dissertação de Mestrado, uma vertente da comunicação perspectivada sobre modelos dinâmicos da espacialidade em articulação com os factores de multiculturalismo que marcam a sociedade do nosso tempo, tivemos em conta não só os aspectos de uma antropologia do espaço mas igualmente a estrutura argumental do discurso.

A literatura é pródiga e universal no tratamento da espacialidade, quer do ponto de vista do autor, quer do crítico. Em todas as civilizações, em todos os países e em todas as épocas, o espaço mereceu a atenção de quem se dispôs a ficcionar a realidade ou a interpretar o fenómeno. Tendo em conta o universo ficcional em que se enquadra a produção literária, facilmente se entende a necessidade de procurar, para a interpretação, modelos de descodificação consentâneos com uma intencionalidade expressiva muitas vezes opaca, para as quais o entendimento dos elementos de caracterização, como os que estão presentes na expressão do espaço, se tornam instrumento crucial.

Já no campo da linguística, por estarmos na presença de um sistema organizado – a língua – cuja actualização no discurso obedece a leis mais rígidas do que aquelas que se impõem no universo da ficção, a abordagem do espaço manteve sempre uma estreita associação com os elementos estruturais que o representam. Assumem aqui especial destaque, a título de exemplo, as preposições e os advérbios, ou as locuções (preposicionais e adverbiais) que a partir destas se constroem.

Sendo sabido, por um lado, que ao nível do predicado verbal se opera uma forte influência do verbo sobre os seus complementos e, por outro lado, que essa influência é determinante na estrutura dos argumentos de uma determinada proposição, justifica-se a recuperação, para o domínio dos estudos linguísticos, de uma técnica de tratamento dos elementos espaciais.

Pertencendo simultaneamente ao domínio da cognição e da linguagem, porque se trata, em última instância, da representação verbal de um conteúdo mental que deriva, por sua vez, de uma imagem do mundo, a espacialidade adquire uma importância fundamental, sobretudo pelo facto de ter como resultado a produção de um discurso concreto numa

situação comunicativa concreta. Na génese deste mecanismo estará a percepção individual do mundo, organizada em conceitos que culminam, através da linguagem e por esquemas combinatórios específicos, na comunicação propriamente dita, independentemente do nível em que se situe.

É nesta presunção que se baseia uma das abordagens do nosso estudo, ou seja, que cada falante activa, mediante um maior ou menor domínio das técnicas e dos instrumentos presentes na linguagem, os mecanismos necessários à concretização formal dos modelos conceptuais preexistentes, segundo uma relação de significação geral para a qual se encontram estruturas correlacionadas passíveis de se organizarem ao nível particular.

Neste sentido, procuraremos situar, em primeiro lugar de um ponto de vista cognitivo, os aspectos da espacialidade presentes numa determinada produção discursiva, e, em seguida, analisar, ao nível dos componentes lexicais, a forma como estes se organizam formalmente. A outra abordagem constitui uma reflexão complementar: tentaremos concatenar os pressupostos de uma teoria da espacialidade dinâmica com a manifestação multicultural deste tipo conteúdos, considerada no âmbito do discurso produzido em contexto de intercâmbio cultural associado ao uso da linguagem, neste caso o português, por falantes nativos e falantes estrangeiros.

Uma breve explanação dos princípios teóricos que orientaram o nosso trabalho, bem como a apresentação do objecto de estudo e dos métodos e técnicas de análise utilizadas para os materiais reunidos, organizam e estruturam o I Capítulo.

Dedicaremos o II Capítulo à problemática do multiculturalismo. Faremos primeiro uma leitura sumária das circunstâncias histórico-sociológicas que implicaram a transformação das sociedades pelo diálogo intercultural, sobretudo as que correspondem às últimas décadas do séc. XX e ao princípio do séc. XXI, com a proliferação dos movimentos migratórios a par das consequências práticas de uma sociedade globalizante construída sobre novos modelos de informação e de comunicação. Na parte final deste capítulo reflectiremos sobre a natureza dinâmica do espaço, partindo dos vectores de orientação típicos para chegar àqueles que resultam da conjugação do tempo e do espaço e que influenciam a sua representação: o *movimento* e o *percurso*.

O III Capítulo será dedicado à espacialidade e à identificação dos aspectos dinâmicos que a definem. Perspectivaremos a vertente dinâmica da percepção e descrição do espaço, sem ignorar os aspectos estáticos que estão contidos nessa vertente, com o objectivo de

reunir os elementos necessários a uma interpretação óptima do ponto de vista multidisciplinar.

No IV Capítulo, utilizaremos alguns dos princípios teóricos que instruem a semântica formal, na linha de Peres (1984, 2001, 2004), em articulação com a perspectiva cognitiva de Talmy (2000a, 2000b), como sustentação de uma interpretação pessoal dos aspectos relacionados com as estruturas argumentais em que o núcleo da frase veicula a ideia de movimento e percurso. Ensaiaremos em seguida a elaboração de duas matrizes para as proposições espaciais dinâmicas, no contexto da realização das variáveis que definiremos em 1.4.4, tendo como base as matrizes dos questionários respondidos pelos informantes.

O V Capítulo servirá para a aplicação das matrizes que resultam dessa tipologia ao *corpus* de análise recolhido por meio das técnicas de questionário e entrevista junto de dois grupos de informantes, um constituído por falantes nativos do português europeu e outro por falantes estrangeiros. Neste capítulo dedicaremos algumas secções ao tratamento estatístico das amostras a fim de obtermos indicadores relacionados com a realização das variáveis já referidas.

Ficará reservado o VI Capítulo para a conclusão do nosso estudo.

1. QUESTÕES PRELIMINARES

1.1. Definição do objecto

Na percepção dos objectos no espaço, bem como na sua descrição, é tradicionalmente privilegiado o ponto de vista da realização estática, o da realização dinâmica, ou ambos. Nem sempre é fácil seguir numa ou noutra direcção e evitar o risco de generalizações a partir de leituras parciais. Tomemos as seguintes frases:

- 1) O piloto finlandês vai à frente do piloto alemão.
- 2) Os automobilistas estão parados no sinal vermelho.
- 3) A jarra que estava na mesa da sala caiu no chão.

Em todos estes exemplos há a expressão de localização e ao mesmo tempo de movimento. Em 1), temos uma entidade (*o piloto finlandês*) posicionada no espaço relativamente a outra entidade (*o piloto alemão*). Aqui, a localização é convertida em movimento pela utilização do verbo *ir*, que projecta ambas as entidades em função de um objectivo no espaço e no tempo, que corresponde, fazendo uso do nosso conhecimento do mundo, à meta da corrida de automóveis. Em 2), há igualmente localização, expressa por uma construção perifrástica que relega o ponto de vista do movimento para segundo plano. Mas ele está implícito, se entendermos o enunciado na sua dimensão pragmática: nós sabemos que os automobilistas prosseguem a viagem quando os semáforos passarem a verde. Em 3), há movimento explícito, mas não deixa de ser localização: num primeiro momento a entidade (*jarra*) ocupa uma posição no espaço (*em cima da mesa da sala*) e num segundo momento ocupa outra (*o chão*).

A descrição de uma localização é prototipicamente estática, mas não deixa de ser verdade que ela contém um potencial dinâmico. Já em relação ao movimento, colocam-se algumas questões igualmente pertinentes: não é indiferente se a entidade que protagoniza o movimento sofre uma alteração sucessiva de posições no espaço ou se, pelo contrário, o

facto de se movimentar não implica qualquer alteração de posições, como na frase: *A Joana voltou-se para trás e disse adeus.*

É indispensável colocar o problema sob o prisma da relação entre duas ou mais entidades, para assim ser possível caracterizar o acontecimento no espaço, tendo em conta o papel semântico que cada uma delas desempenha. O primeiro passo a dar é a conceptualização dessa relação, para depois analisar a correlação existente com as estruturas lexicais que a representam.

O nosso estudo será orientado para os aspectos dinâmicos da expressão do espaço no âmbito da descrição de trajectos, ou percursos. Em coerência com o nosso objectivo de um tratamento multidisciplinar do problema, ocupar-nos-emos exclusivamente deste tipo de expressões. Outras representações do espaço em que a existência de um percurso não é identificável, implícita ou explicitamente, como as que ocorrem em frases assertivas (exemplo 4), ou em algumas construções transitivas orientadas para a acção, no seu todo, ocupando o movimento uma posição de segundo nível (exemplo 5), não serão por nós consideradas.

4) Os livros de Economia estão na sala 3.

5) A Rita deu um livro ao pai no dia de aniversário.

A importância do percurso como um elemento nuclear para a caracterização do movimento justifica-se pelo carácter faseado da relação espacial entre as entidades intervenientes, correspondendo cada uma das etapas a um nível de realização do movimento. O grau de afastamento em relação à posição ocupada no momento em que o movimento se inicia (ou *origem*) ou o grau de proximidade da posição que será ocupada após a conclusão do movimento (*o destino*) permitem enquadrar o movimento na sua multiplicidade de realizações.

Além disso, dada a predominância do elemento verbal neste tipo de expressões, é possível identificar, no componente formal da linguagem, esse escalonamento dos aspectos dinâmicos, e, ao mesmo tempo, encontrar linhas de correspondência entre determinadas regularidades semânticas e as estruturas morfo-sintácticas presentes na predicação.¹

¹ Sendo o verbo o instrumento preferencial da predicação de movimento, será sobre o predicado verbal, e a estrutura que a partir dele se forma, que se orientará a nossa análise.

Na dupla acepção, conceptual e lexical, acreditamos ser possível encontrar a plataforma teórica necessária para a análise prática do *corpus* que construímos para este estudo (cf. 1.3).

Uma segunda dimensão da problemática da espacialidade leva-nos à identificação dos factores de interculturalidade que se desenvolvem na comunidade a que pertencem os informantes seleccionados, no contexto sociocultural de interacção linguística a que estão sujeitos no seu quotidiano, quer enquanto sujeitos de contactos culturais em presença, quer enquanto intervenientes no processo mais alargado do intercâmbio cultural através dos meios disponibilizados pela nova sociedade da informação e do conhecimento, com especial incidência para a Internet e a diversidade de recursos que a caracterizam.

Encarada sob este ponto de vista, a rede de comunicações em que se realiza a produção de discurso destes falantes possibilita a abordagem conjunta do processo sintáctico-semântico da linguagem no quadro da situação de multiculturalismo.

1.2. Enquadramento teórico

O carácter multidisciplinar da percepção e da expressão do espaço obrigou-nos a recorrer a modelos complementares. Até porque estamos em presença de um fenómeno em que intervêm activamente factores cognitivos, linguísticos, sociais, culturais ou filosóficos, para só citar alguns. É o facto da *espacialidade* se manifestar de forma subliminar em todos os campos da actividade humana que explica a convergência teórica. “É no domínio espacial que mais facilmente podemos visualizar os modelos com que configuramos a realidade.” (Teixeira (2001-1:11). Esta ligação ao quotidiano, ao mesmo tempo que evita as desvantagens que as investigações paralelas, ou completamente autónomas, evidenciam, propicia a complementaridade, e, enquanto tal, estabelece as bases de uma ciência abrangente, definida por um objecto que não é exclusivo de nenhuma interpretação, mas, pelo contrário, um mundo de interpretações possíveis.

Seguiremos neste estudo o princípio da complementaridade, em consonância com a linha de investigação de Peres (2001), que defende a Semântica como uma disciplina transversal a todos os modelos que se ocupam dos problemas de percepção e representação do real, e de Talmy (2000a; 2000b), defensor, e de certa forma precursor, de uma perspectiva cognitiva que reconhece ao componente lexical um papel predominante de estruturação do espaço. Abordaremos a linguagem em ambas as vertentes: cognitiva e formal, quer partindo

das estruturas mentais para explicar a natureza das estruturas linguísticas, quer partindo do plano gramatical para levantar questões conceptuais mais alargadas.

A pertinência de uma leitura cognitivista autónoma relativamente aos aspectos formais justifica-se pela constatação de que a interdependência entre os factores linguísticos e os factores cognitivos resulta da própria natureza orgânica do homem. A conceptualização é indissociável dos factores mecânicos intervenientes, desde o acto meramente perceptivo ao acto comunicativo, que é um pressuposto essencial da percepção. É como que uma cadeia em que cada elemento só existe em função do outro: “O linguístico não é sinónimo do verbalizado, mas envolve mecanismos e aspectos que a verbalização pressupõe. O linguístico não se reduz ao comunicável. Ora este facto – que a língua não é apenas comunicação, exteriorização de concatenações verbais – é um dos pontos de partida do enfoque cognitivo.” (Teixeira, 2001-1: 28).

Por não se reduzir à dimensão comunicativa, a língua permite a exploração dos correlatos cognitivos, abrindo caminho a uma abordagem semântica a dois tempos: um correspondente à actividade mental e outro correspondente à verbalização dessa actividade. Estes dois pólos da relação do homem com o real integram um processo mais lato, impossível de encerrar num modelo teórico fechado, porque ele é, essencialmente, um processo aberto, que se constrói a partir de conceitos explorados pelo sujeito na rede de significados que conduz à comunicação. “Será mais adequado dizer-se, não que as línguas existem para processarem mentalmente em categorias o mundo vivencial em que se insere o ser humano, mas que existem para transmitirem informação, possibilitarem comunicação, necessitando para isso de primeiro conceptualizarem aquilo que será a base da dita comunicação. (Teixeira, 2001-1: 29)”. É a concepção da língua, não como um sistema fechado, mas no mundo das possibilidades, que os falantes vão construindo a partir de uma realidade vivencial, individual e sempre incompleta. Ora o que define a percepção dessa realidade são modelos que os indivíduos vão convertendo em comunicação, modelos que se configuram para lá da língua mas também na língua, constituindo um sistema próprio, potencial instrumento comum para comunicar, apesar de se fundar em experiências subjectivas. Um desses modelos é o modelo da organização do espaço.²

² “O que as investigações cognitivas parecem demonstrar é que os ‘universais linguísticos’ são cada vez menos linguísticos para continuarem a ser universais. A não ser que se entendam como universais linguísticos possíveis universais cognitivos de uma forma muito genérica. Neste caso, a espacialidade será um domínio privilegiado para o comprovar.” (Teixeira, 2001-1: 35).

A relação de sentido que é actualizada na verbalização traduz-se numa resposta a condicionamentos extra-linguísticos que funcionam como níveis de pressão sobre as estruturas linguísticas. “Cada unidade-sentido não pode funcionar apenas dentro do sistema linguístico ‘puro’: ela remete sempre para os aspectos cognitivos sobre a realidade extra-linguística.” (Teixeira, 2001-1: 37).

A relativização da língua como repositório universal de elementos de significação, contraposta pela sobrevalorização das redes conceptuais subjacentes à representação, encontra eco na semântica cognitiva: “Para estabelecer as relações semânticas que um signo mantém com os outros, temos de primeiramente saber o significado básico (prototípico) desse mesmo signo. O que implica que não é a rede em que ele se insere que lhe confere o valor: o seu significado é que permite que o falante o insira em determinado lugar da rede.” (Teixeira, 2001-1: 37).

Deste modo, perceber a significação apenas a partir da realização morfo-sintáctica dos elementos constituintes, ainda que integrada num esquema relacional de significados, é uma possibilidade recusada. O carácter simbiótico da significação demonstra que entre os modelos cognitivo e formal não existe incompatibilidade. Eles representam, pelo contrário, duas abordagens complementares, como defende Peres (2001: 25): “A semântica formal não pretende reduzir essa rede a uma relação entre dois pólos, que seriam a linguagem enquanto sistema externo à mente humana e o real igualmente exterior. Pelo contrário, assume que a relação entre estes dois pólos é mediada por um terceiro, que é precisamente o das representações mentais de que pretende ocupar-se a semântica de orientação cognitiva.”

Deste ponto de vista, a semântica é constituída por várias disciplinas autónomas que se completam, sendo a semântica cognitiva e a semântica formal apenas etapas de um longo caminho. Numa linha de investigação cognitiva, é a estrutura dos significados que fornece as bases para a representação verbal. Numa perspectiva mais formal, é a partir do discurso que se reconhecem os modelos mentais que estão na origem da representação do real.³

No âmbito do presente estudo, aceitaremos ambos os modelos. A isso nos obriga a natureza interactiva das situações em que se inscrevem os grupos de falantes que forneceram

³ “A Semântica Formal tem por objecto de estudo uma relação de correspondência entre as expressões de uma língua e o real. Nesta relação entre a língua e o real, este é representado por meio de modelos, que são objectos definidos em termos matemáticos a partir de um universo de discurso.” (Peres, 2001: 25).

os elementos de análise⁴ bem como a profunda influência exercida pela linguagem sobre as relações sócio-culturais que estes falantes protagonizam numa cultura modelada pela linguagem.⁵

Entendendo a espacialidade como a combinação de dois vectores básicos fundamentais – localização e movimento –, tentaremos aplicar critérios abrangentes, com vista à compreensão das propriedades que os identificam, isoladamente, e definem a forma como se organizam na representação lexical dos conceitos que lhes dão origem. Para o efeito, recorreremos à análise de proposições, que serão estudadas nos exemplos que integram o *corpus* recolhido nos questionários e nas entrevistas.

Analisaremos a estrutura argumental de cada frase à luz da predicação verbal e da relação dos diversos componentes regidos pelo verbo com as estruturas cognitivas subjacentes, de forma a traçar linhas de reflexão sobre a presença de factores multiculturais na forma como estes falantes organizam o espaço na linguagem.

1.3. Metodologia

Não sendo nosso propósito proceder à avaliação da competência linguística dos informantes, situar-nos-emos sobretudo ao nível de excertos, e, destes, trabalharemos apenas unidades frásicas. Esta opção é a que melhor se adequa, do nosso ponto de vista, à análise da representação verbal de modelos mentais preexistentes, nomeadamente dos factores que contribuem para níveis de diferenciação ou convergência em situações discursivas que expressem movimento. Por ser o objectivo central do nosso trabalho perceber a interrelação e interdependência dos componentes cognitivo, gramatical e multicultural na produção de enunciados, julgamos mais produtiva trabalhar sobre as unidades frásicas do que alargar o âmbito à dimensão textual.

⁴ “Uma análise da linguagem cujas consequências não tenham uma relação sistemática com os juízos semânticos dos utentes dessa linguagem pode, em si, ter méritos e motivos de interesse, mas não é uma teoria semântica.” (Marconi, 1984: 297-298).

⁵ “O estudo da linguagem como discurso interaccional demonstra que o género, a etnicidade e a classe não são constantes, mas são comunicativamente produzidos. As identidades são mutáveis e podem ser percebidas através dos processos comunicativos. Existe um conflito em função de diferenças de modo / estilos de fala, na interacção entre indivíduos pertencentes a grupos sociais com diferentes experiências. Identidades sociais e etnicidade são, em grande parte, estabelecidas e mantidas através da linguagem. Se enfatizarmos a cultura subjectiva, perceberemos que valores e normas modelam as diferentes formas de interacção entre participantes.” (Santos, 2003:13).

O nosso *corpus* de análise é construído a partir de dois tipos de instrumentos: questionário e entrevista. Em relação ao questionário, faremos primeiro um levantamento das matrizes neles configuradas seguindo um critério de apuramento de realização das variáveis *movimento* e *percurso* (cf. 1.4.4.), para chegarmos a dois quadros tipológicos, um para cada variável. Finalmente, faremos o tratamento estatístico das amostras, com o objectivo de traçar índices de tendências, para cada grupo de informantes, no universo possível das respostas e de acordo com as variantes representadas nos quadros tipológicos.

Teremos o cuidado de evitar generalizações decorrentes da interpretação estatística, pois o que se pretende é apenas encontrar indicadores que sustentem a apresentação de uma proposta de interpretação dos aspectos multidisciplinares do problema da espacialidade dinâmica e da natureza das relações estabelecidas entre os diversos componentes. Por isso, optámos por reduzir ao mínimo essencial o número de amostras, viabilizando assim, uma leitura de conjunto e, ao mesmo tempo, os contributos individuais, que funcionarão como elemento de aferição das tendências manifestadas nos indicadores gerais.

No que se refere às entrevistas, seleccionámos um conjunto de excertos representativos das diferentes realizações da variável *percurso*, por ser aqui, como veremos, que mais se evidenciam as particularidades da expressão da espacialidade em correlação com os conteúdos cognitivos e nos contextos culturais em que se integram os informantes.

1.4. Técnicas de Análise

1.4.1. Os questionários

Elaborámos previamente três questionários, de escolha múltipla. Como pano de fundo, utilizámos três pinturas de Fernand Léger⁶, retratando situações susceptíveis de incluírem movimento. A combinação entre o figurativo e o abstracto que caracteriza estas pinturas estimula a imaginação, o que justifica a nossa opção por estes materiais. Sendo um facto que se trata de questionários semi-fechados, essa liberdade relativa permite uma maior

⁶ 1º Questionário: LÉGER, Fernand - *Le jongleur et les acrobates* (1943), Huile sur toile (111,7 x 127,3 cm) S.D.B.D.R.: 43/F.LEGER ; Centre Pompidou – Paris ; 2º Questionário : LÉGER, Fernand - *Les Loisirs-Hommage à Louis David (1948-1949)*. Huile sur toile, 154 x 185 cm), D.S.B.D.R. : 48.49 / F.LEGER .D.S.R. : Les Loisirs / 48-49 / F. LEGER ; Centre Pompidou – Paris ; 3º Questionário : LÉGER, Fernand - *Les cyclistes (1948)*, Encre de Chine gouache et mine de plomb sur papier gris (48 x 62,5 cm) Centre Pompidou – Paris.

espontaneidade, e, em consequência, um maior grau de coerência. Fizemos, de qualquer modo, a observação aos informantes de que aquelas pinturas serviam apenas de ponto de partida. O estabelecimento do contexto dos questionários através de um ponto de partida teve a vantagem de controlar eventuais desvios, quer no sentido de um exercício de excessivo automatismo na resposta, quer no sentido de uma exagerada intelectualização. Pretendia-se que se dessem respostas que reflectissem a organização habitual daqueles falantes em situações de comunicação similares, no que se refere ao tipo de proposições utilizadas.

1.4.2. As entrevistas

Como instrumento complementar, preparámos uma entrevista, com uma duração média de oito minutos, que registámos em suporte áudio para posterior transcrição. Propusemos a construção de um diálogo, sob a temática do espaço, segundo um esquema predefinido, mas criando linhas de abertura. O informante começaria por seleccionar um espaço, interior ou exterior, que serviria de mote a uma conversa. Indirectamente sugeria-se que o informante seleccionasse um qualquer espaço de Ponta Delgada, mas mantendo em aberto todas as escolhas possíveis. O objectivo era seguir um esquema de sequências alternadas de contrastes, como, por exemplo, interior/exterior, Ponta Delgada/outro local de São Miguel, São Miguel/outra região portuguesa ou de outro país. Com esta técnica conseguiu-se um fio condutor, mantendo-se o diálogo próximo do tema. As nossas intervenções visaram proporcionar aos entrevistados condições ideais para o emprego de expressões espaciais com componentes dinâmicos, ou, se tal se revelasse difícil, criar oportunidade para se realizarem descrições do espaço em que fosse possível, implicitamente, identificar essas expressões.

1.4.3. Os informantes

A selecção dos elementos de cada grupo de falantes – nativos do português e estrangeiros – pautou-se pelo princípio de heterogeneidade quanto às variáveis sociais, a fim de se evitar o risco de generalizações que pudessem enviesar os resultados.

O grupo de falantes estrangeiros, que designaremos pela sigla alfanumérica G2, é composto por 12 indivíduos actualmente com residência na ilha de S. Miguel, provenientes de oito países diferentes: Rússia, Bielo-Rússia, Ucrânia, Bulgária, Paquistão, Inglaterra, EUA e Itália. A distribuição dos informantes de G2 por nacionalidade, não sendo aleatória, também não foi criteriosamente calculada. Definimos porém alguns requisitos obrigatórios: os informantes teriam que ser provenientes de países onde a língua portuguesa não fosse nem língua materna nem língua segunda; deveriam representar diferentes famílias linguísticas; deveriam residir nos Açores há pelo menos quatro meses. A preocupação pela heterogeneidade, a que já nos referimos, aplicou-se também ao factor tempo de residência.

Quanto ao grupo de falantes nativos do português, que designaremos por G1, é constituído por oito indivíduos, todos residentes nos Açores. Desses oito, seis são naturais do arquipélago e dois do continente português, embora residam há mais de quatro anos na Região. A variável regional não foi, no entanto, considerada neste estudo, sendo o critério único, para a selecção dos informantes deste grupo, serem falantes nativos do Português e residirem em S. Miguel.

Combinados estes pressupostos, julgamos termo-nos munido de ingredientes suficientes para a elaboração de um quadro de resultados pertinente no domínio da representação linguística de movimento e de percurso em ambientes de diálogo multicultural.

1.4.4. As variáveis

O princípio de economia que procurámos observar ao longo deste trabalho, aliado ao esforço que desenvolvemos no sentido da especificação dos componentes essenciais das expressões de movimento, obrigaram-nos a abandonar muitas linhas de investigação que os dados recolhidos, sem dúvida, possibilitariam. Por esse motivo, procedemos a uma codificação, organizada em função da pertinência científica dos termos em análise, em conjunto com uma avaliação empírica dos mesmos.

Incidindo o nosso estudo sobre a expressão dinâmica do espaço em que se verifica a ocorrência de movimento, real ou potencial, traduzida numa relação espacial de percurso entre duas ou mais entidades intervenientes, iremos admitir duas variáveis como ferramentas de análise: *movimento*, que representaremos por MOV, e *percurso*, que será representada por PERC.

Para a realização da variável MOV, iremos considerar quatro variantes: duas de localização e duas de movimento, que definimos do seguinte modo: *localização estática* (LOC0) – localização de uma entidade no espaço sem que se verifique alteração real da sua posição, nem sejam previsíveis os termos da eventual alteração futura dessa localização; *localização dinâmica* (LOC1) – localização de uma entidade no espaço em que se verifica uma alteração real da sua posição mas em que não é completamente definida a configuração espaço-temporal dessa alteração; *movimento evolutivo* (MOV1) – movimento que não implica a passagem, por parte de uma entidade, de uma região para outra; *deslocação* (MOV2) – movimento que implica a passagem, por parte de uma entidade, de uma região a outra.

Juntamente com estas variantes, consideraremos também os argumentos complementares que são veiculados nas diferentes predicções de movimento, designadamente os argumentos de *local*, *origem*, *destino* e os argumentos que não introduzem nenhum desses valores, que designaremos por argumentos *não marcados*.

Para a realização da variável PERC, teremos em conta as variantes *percurso de origem*, *percurso zero* e *percurso de destino*, consoante a fase do percurso correspondente ao movimento descrito. Por se encontrar marcado o grau de concretização do movimento, por parte de uma entidade, optámos por definir, para cada uma destas variantes, uma propriedade escalar. Assim, as variantes de *percurso de origem* apresentam valor negativo, sendo representadas por PERC-1 e PERC-3 (PERC-2, correspondente a uma possível fase intermédia, não será considerada, pelas razões que teremos oportunidade de explicar) e as variantes de *percurso de destino* apresentam valor positivo, sendo representadas por PERC1 e PERC3 (também neste caso não consideraremos uma possível fase intermédia). A variante de *percurso zero*, com valor neutro, será representada por PERC0.

2. COMUNICAÇÃO E MULTICULTURALIDADE

2.1. A dinâmica cultural

O desaparecimento das fronteiras enquanto linhas de separação entre os países e o seu ressurgimento como vectores de aproximação foram condições propícias para que se desencadeasse o fenómeno de mobilidade, bem como para a emergência de uma nova estrutura sócio-política com consequências práticas imediatas. A abertura a um novo modelo económico, à escala global, marcou definitivamente as culturas nele envolvidas.

A cultura passa a ser permeável a outras culturas, assume-se na sua multiplicidade, transformando e transformando-se ao ritmo da história colectiva e das histórias individuais, dinamicamente representada nas relações interculturais que resultam dessa transformação. A política de hegemonia cultural, centrada num estado e num espírito colectivo que com ele se identificava, desaparece para dar lugar a um conceito plural, onde o tempo e o espaço deixam de ser fixos e passam ser abertura ao mundo e aos mundos. Não deixando de ser cultural, o ponto de encontro dos indivíduos que fazem parte, ainda que transitoriamente, de uma comunidade, passa a ser multicultural. Sé entendendo a cultura na sua vertente interactiva se reconhece a natureza dinâmica dos conteúdos transformados no contexto da comunicação em discurso potenciador de novas percepções do mundo. Trata-se, aqui, segundo André (2006), “de uma dimensão simultaneamente dinâmica e ecológica, em que o que se é culturalmente é sempre um ‘entre’ que faz ponte entre o que se foi e o que se será, mas que simultaneamente faz a ponte entre o que se é e o que os outros são e entre o que os outros são em nós e o que nós somos nos outros, entendendo este ser também nas suas encarnações concretas, corpóreas e materiais inerentes ao conceito de ‘mundo cultural’.” André (2006:9).

Vivemos numa estrutura aberta à mudança, sendo a mudança simultaneamente a mudança daquilo que muda e daquilo que é mudado. Submetidas à inércia da transformação dos grupos que lhe dão voz, as culturas integram pouco a pouco características novas e impregnam as outras com os traços que lhes são próprios num movimento que não se esgota

no intercâmbio de valores: opera-se uma fusão de horizontes, onde todos os indivíduos se encontram e se perdem.

Mais do que em semelhanças, a cultura funda-se nas diferenças, porque se estabelece em função dos contactos culturais dos indivíduos. Ou seja, cada cultura é, em potência, multicultural e os indivíduos, ao invés de integrar uma única cultura, partilham culturas, construindo um universo multidimensional de identidades.

A necessidade de comunicar decorre da manifestação de todo um percurso cultural e histórico, no qual o indivíduo só se reconhece como fazendo parte de um processo em que participa, juntamente com todos os indivíduos que o rodeiam, contribuindo com a sua própria experiência como elemento identificador desse processo.⁷

A memória colectiva entrecruza-se com a memória individual, projectando-se ambas no tempo e marcando-o, num diálogo intercultural feito de histórias. Trata-se de “uma concepção dinâmica (e, ao mesmo tempo, plural e dialógica), não só de cultura, mas também de identidade.” (André, 2004:110). Uma das formas possíveis de promover a cultura é precisamente promover a identidade: afirmando-se e afirmando a rede das diferenças como veículo de uma linguagem única “em que a diferença e a alteridade constituem sempre o pólo dialógico de constituição do eu e da sua autenticidade.” (André, 2004:111).

O processo dialógico de reconhecimento do eu na cultura em que intervém é indissociável do reconhecimento do espaço físico onde se traçam os limites que a dinâmica cultural irá romper. O território, entendido aqui no sentido mais lato do seu simbolismo, representa para cada indivíduo uma multiplicidade de pequenos lugares, sendo o movimento de entrar e sair nesses lugares um elemento crucial na afirmação da diferença. É na forma como está estruturado e organizado o espaço de cada indivíduo que se reconhecem as bases de uma comunicação interactiva, fundada na multiculturalidade. Por essa razão, o intercâmbio cultural corresponde a um intercâmbio de espaços, em que se recebem e transferem para o outro modelos subjectivos de interpretação do real objectivados, pela comunicação, em novos eixos de interpretação. Entre os dois pólos deste processo, e funcionando como uma estrutura mediadora, o indivíduo categoriza o real, *produz* as entidades que, quando combinadas no espaço e no tempo, se transformam em novos objectos e novos conteúdos, revelados no multiculturalismo que lhes dá voz. A micro-estrutura

⁷ “Communication is also a performative resource. It is a means in and through which an individual not only can learn about the communal conversation but can participate in it as well.” (Philipsen, 2002: 59).

espácio-temporal que marca a percepção do mundo e a forma de comunicar nesse mundo de cada homem eleva-se a uma macro-estrutura onde todos os homens se reconhecem e participam.

2.2. Razões para o multiculturalismo em Portugal

Embora as raízes do multiculturalismo remontem à necessidade de afirmação de identidade a partir da agregação de sentidos, sejam eles religiosos, estéticos ou de pertença a uma determinada etnia, a sua manifestação mais importante, no nosso tempo, é a educação de atitudes, como forma de promover equilíbrio e atenuar os riscos sociais a que a diferença de identidade pode conduzir. Perante o risco de marginalização, isolamento ou exclusão, sentido pelos grupos em minoria, e da consequente emergência de situações de conflito, torna-se necessário agir pedagogicamente, o que significa garantir acesso aos mecanismos de regulação das diferenças. Em Portugal, essa necessidade foi sentida sobremaneira devido as condicionalismos que a História impôs, com particular relevância nas últimas décadas.

O reconhecimento da necessidade de promover na sociedade uma pedagogia da interculturalidade não é apanágio dos sistemas políticos que regem a vida pública nem das instituições de maior influência na comunidade. E Portugal não foge à regra. Segundo André (2004), a necessidade de uma pedagogia multicultural dos portugueses está indissociavelmente ligada a cinco factores essenciais: 1) o legado multicivilizacional (civilização celta, árabe e greco-romana), a cultura hebraico-cristã, o domínio, em determinados períodos, de povos estrangeiros; 2) o movimento das descobertas, simultaneamente expansionista e colonizador; 3) o movimento de emigração pela procura de mercados de trabalho, sobretudo nos continentes europeu e americano; 4) o fim da guerra colonial, com as consequências da descolonização, que se reflectiram intensamente através do fluxo de retornados das ex-colónias para o território nacional; 5) os movimentos de refugiados oriundos das regiões balcânicas, associado ao fenómeno da imigração laboral a partir de África, procurando fugir da guerra e da pobreza, principalmente nos países do sul; 6) a globalização, entendida não só no contexto europeu mas à escala mundial, definida por modelos económicos geradores de novos contextos sociais, sobretudo os que resultam da intensificação do fenómeno migratório, que tem como consequência a criação de um cenário favorável ao multiculturalismo mas que assenta ao mesmo tempo em estruturas de tensão, potencialmente de conflitos sociais, e, inevitavelmente, culturais (a fixação de comunidades

fechadas em bairros economicamente desfavorecidos abre caminho à auto e hetero-exclusão através das atitudes de segregativas e discriminatórias).

As conjunturas históricas que acabámos de referir vêm justificar a necessidade de um grande investimento na educação para o relacionamento entre as culturas em Portugal. Os portugueses, na sua presença noutras culturas pelo globo terrestre, e enquanto sociedade de acolhimento, sentiram profundamente ao longo da História, e sentem no presente, a dinâmica cultural que assiste à transformação das sociedades.

Tal como no plano histórico-político, também ao nível da linguagem se reflecte a evolução da sociedade monocultural para a sociedade multicultural, e as línguas naturais fazem eco dessa transformação através das estruturas linguísticas que actualizam o real. A expressão do tempo e do espaço, por serem definidoras de uma antropologia cultural cujas raízes se perdem na História, representa um nível de diferenciação que pelo intercâmbio linguístico se atenua, ou melhor, se converte em ponte de ligação de diferentes culturas. É o que acontece com o português, onde as estruturas sintácticas que dão forma às descrições espaço-temporais obedecem a uma organização que é norteada por princípios sintáctico-semânticos universais, ao mesmo tempo que actualizam esquemas de representação particulares. Desta dupla propriedade das línguas naturais – universal e particular – o português retira as ferramentas de que os falantes da língua, nativos e estrangeiros, se servem para potenciar o processo dialógico do encontro multicultural em que se reconhecem.

2.3. A dinâmica cultural do discurso

Se a identidade na diferença resulta de uma participação na rede cultural dos possíveis contextos individuais e sociais, essa participação só é possível pela utilização comum de instrumentos de discurso que acompanhem a dinâmica dos indivíduos, desde aquilo que faz a sua história – individual e colectiva – àquilo que se consubstancia em projectos disseminados no tempo.

É o carácter multidimensional da comunicação que permite ao diálogo cultural afirmar-se como veículo de reconhecimento de si e do outro. As oito vertentes da comunicação exploradas Morin (2005: 33), “*informer, s’informer, connaître, se connaître éventuellement, expliquer, s’expliquer, comprendre, se comprendre*”, explicam a necessidade de exploração de mecanismos de comunicação onde seja possível concretizar-

se, transversalmente a todas elas, o projecto de comunidade aberta, onde a informação e o conhecimento circulem sem obstáculos, independentemente das circunstâncias concretas, individuais ou sociais.

Um desses mecanismos é o hipertexto. Ao percorrer o hipertexto, o indivíduo obtém o acesso aos acontecimentos do seu tempo, o que lhe permite integrar-se no tempo presente, ponto de partida e de chegada da informação, e no espaço social que resulta da interacção entre todos os co-produtores dessa informação⁸.

Ao permitir a cada indivíduo ser simultaneamente receptor e produtor de mensagens, a produção de informação e o conhecimento não conhece limites, a não ser os da própria reinvenção da mensagem em contextos identitários novos e, por conseguinte, novas redes de relações interculturais. Entendida deste modo, “cultura é uma rede composta de elementos simbólicos que devem ser lidos e interpretados como algo que produz significação a partir de uma relação dialógica entre eles e a diversidade do meio social.” (Dias e Moura, 2006:18). Cada cultura é transformada à medida que o homem *aprende* a sua própria transformação, originando-se, a partir dessa aprendizagem, novos padrões de comportamento. O hipertexto constitui o motor dessa transformação, porque se configura como “o ponto de articulação entre as culturas, formando uma rede cultural que se estende e engloba todas as manifestações.” (Dias e Moura, 2006:20).

A arquitectura deste novo discurso está organizada sob a forma de *teia*, do inglês *web*, em que a partir de um nível de informação é possível aceder a outro, e desse outro a outro ainda, e assim sucessivamente. Mas ela continua a depender de um esquema de comunicação básico, a partir de enunciados através dos quais se conta uma história e se passa para o outro *espaço*, os objectos que configuram o espaço real, o espaço da percepção e das experiências, sede e destino de todo o conhecimento que circula pela *teia*. O acto de enunciar continua a ser, portanto, fundamental e funde-se com a própria origem da comunicação.⁹

⁸ “Lo spatio reale è infatti anche il contesto in cui interagire e comunicare con i nostri simili, è insomma uno *spazio sociale*. Nel momento in cui uno spazio virtuale generato dal computer non mira più a consentire una esperienza individuale, ma comincia invece a popolarsi di rappresentazioni virtuali di più utenti, in grado, proprio attraverso queste rappresentazioni, di comunicare e interagire in tempo reale, anche il ciberspazio diventa uno spazio sociale.” Ciotti e Roncaglia” (2005: 217).

⁹ “De um ponto de vista logocêntrico, no princípio era (é) o momento. O momento da enunciação. O acto que institui a origem da linguagem e a origem do tempo. Origem remota e sempre actual(izada) que se identifica com a situação de um homem face a outro homem, no centro do mundo, no princípio do tempo, procurando, na ilusão da palavra, remediar uma irremediável solidão”. Fonseca (1992: 167).

Participar no espaço do hipertexto é alargar os limites do tempo e do espaço em que vivem os sujeitos, fazendo do momento de enunciar, que já é, à partida, dinâmico, as bases de uma cultura plural.¹⁰ Ora, a descoberta do espaço multicultural é o resultado de experiências subjectivas, físicas ou psicológicas, e o enunciado traduz essa descoberta. Como afirma Fonseca (1992: 169), “da apreensão do *movimento* exterior deriva a noção de *tempo físico*. Da apreensão do *movimento* interior deriva a noção de *tempo psicológico*. Mas estas noções só se convertem num tempo humano – *tempo intersubjectivo*, *tempo linguístico* – pela intervenção do *momento* (de enunciação).” O discurso é portanto o resultado, primeiro do diálogo intersubjectivo que alimenta a percepção do mundo, e depois do diálogo intercultural que a promove, segundo categorias únicas e universais. Daí que a exploração da espácio-temporalidade seja uma das marcas do discurso que mais evidenciam a natureza plural da percepção do real. Ainda segundo Fonseca (1992: 169), o espaço funciona para o homem como uma extensão metafórica do tempo, como uma forma de superar o carácter efémero do tempo por uma “dimensão mais tangível e dominável” na relação comunicativa.

A preferência para a dimensão espacial resulta do carácter tangível dos seus elementos, o que facilita tanto a expressão como a compreensão. Comunicar o espaço é comunicar algo mensurável: é definir posições e lugares dos objectos e do próprio homem, e, mais do que isso, as relações dos objectos entre si, e do homem com o mundo que o rodeia. Estas relações correspondem a outro tipo de realidades: os acontecimentos. Fonseca (1992: 171), encontra nos acontecimentos a ligação entre o espaço e o tempo: “Há, no entanto, realidades que, sem deixarem de se impor como realidades, não são acessíveis ao tacto: os acontecimentos. Não se pode medir um acontecimento em palmos ou polegadas e, apesar disso, a sua extensão é sensível. É a percepção dessa extensão não espacial mas mensurável que nos dá acesso ao tempo como realidade física”.

O discurso é, portanto, indissociável da dinâmica cultural em que se produz, resultando, enquanto reflexo da relação do homem com o mundo, na expressão da espácio-temporalidade que define essa relação.

¹⁰ “O momento, já em si mesmo dinâmico, engendra o movimento.” (Fonseca, 1992: 167)

2.4. O multiculturalismo e a globalização

O fenómeno da globalização que marca as sociedades actuais ultrapassa a vertente económica que esteve a sua génese para se alargar, em termos cada vez mais complexos, a todos os domínios da actividade humana, sobretudo aqueles em que se desenvolvem relações de intercâmbio, não só de natureza comercial, mas também cultural, política, estética, para só referir algumas experiências colectivas. De facto, a globalização começou por ser o desenvolvimento, à escala mundial, de instrumentos de troca comercial, a partir das circunstâncias que o progresso científico e técnico propiciaram. “A globalização baseia-se em primeiro lugar na eliminação de aspectos técnicos, mais do que económicos, que constituem o seu pressuposto: a distância e o tempo.” (Hobsbawn e Polito, 2000:59). A partir da segunda metade do século XX, a capacidade de atingir mercados diversificados sem estar dependente de barreiras geográficas, obtida pela disponibilidade de novos meios de transporte, e o desenvolvimento de novas técnicas de conservação permitiram às economias de todo o planeta superar dois factores de paralisação fundamentais, até então impossíveis de controlar: o espaço e o tempo. A sazonalidade dos produtos agrícolas é abolida, passando estes a ser disponibilizados em qualquer mercado e em qualquer altura do ano. Ao mesmo tempo, com a profusão dos novos meios de comunicação, o processo de produção, multiplamente localizado, pode ser conduzido a partir de um centro (Cf. Hobsbawn e Polito, 2000). Ora este factor leva a que à circulação dos produtos esteja associada uma ideologia, reflexo de uma hierarquia construída a partir das estruturas de produção à escala global. Esta ideologia é a face visível de uma globalização cultural, definida pela importação/exportação de valores, muitas vezes conotados com uma hierarquia simbólica que se revela um vector comportamentos e de atitudes, sejam eles de concordância ou de oposição. É o que sublinha Santos (2001) quando insiste na ocidentalização dos valores e dos modelos culturais, presentes em toda uma simbologia construída a partir dos pontos-âncora que definem as sociedades ocidentais, em particular a sociedade norte-americana, com os atributos psicossociais e políticos que a caracterizam e respectivos instrumentos de controle e difusão, como o cinema, a televisão ou a Internet.

Este modelo de civilização não é um modelo estável: ele existe em permanente transformação e favorece a ocorrência de outro tipo de fenómenos, marginais à globalização económica propriamente dita, e que surgem a par de um modelo de sociedade de informação

reeducado pela emergência dos novos meios tecnológicos: “A imaginação pós-electrónica, combinada com a desterritorialização provocada pelas migrações, torna possível a criação de universos simbólicos transnacionais, ‘comunidades de sentimento’, identidades prospectivas, partilhas de gostos, prazeres e aspirações”. (Santos, 2001: 52).

É aqui que se manifestam, em primeira instância, as formas culturais que, a um nível mais avançado, produzem a hibridação característica de uma sociedade multicultural.¹¹ Se a facilidade de circulação de produtos e de organização de mercados conduziu à hegemonia económica e política, já na vertente cultural o processo assume maior complexidade. A hegemonia cultural que resulta da hegemonia económica traz consigo a possibilidade de diferenciação, porque implica um movimento reactivo, e simultaneamente projectivo, de formas culturais, dinamicamente orientado a partir do intercâmbio dos sujeitos participantes. Para Ribeiro (2001: 467). “As novas tecnologias, a capacidade virtualmente infinita de manipulação da informação, permitem e estimulam a adequação de produtos culturais globais a lógicas locais. E permitem, em consequência, de modo acrescido, a possibilidade de uma intervenção activa dos destinatários, transformando-se, assim, num domínio em que a interpenetração do global e do local pode ocorrer de múltiplas formas, nem sempre previsíveis.” A possibilidade de interagir é sinónimo de afirmação da diferença, num contexto em que a fronteira deixa de ser real e passa a ser um esquema simbólico de produção de identidade(s): “a fronteira começa por ser antes do mais a linha imaginária sobre a qual se projecta a noção de diferença e a partir da qual se torna possível a afirmação da identidade.” (Ribeiro, 2001: 468-469). E, tal como a noção de fronteira, também a noção de cidade, enquanto espaço estruturante, sofre adaptações. Num tempo em que os modelos comunicacionais conhecem novos palcos de desenvolvimento, com o crescimento galopante de recursos no ciberespaço, consideravelmente potenciado pela proliferação dos instrumentos de partilha de informação e de experiência *online* e pela utilização recorrente da imagem, do som e do vídeo como canais de troca de conteúdos, assiste-se neste momento a uma transformação do espaço tradicional da cidade num espaço virtual, em que a comunicação se converte em *convocação*. É, como afirma André (1999: 147-148), a passagem da *Polis* à *Telepolis*: “A *Telepolis* é a cidade a caminho do futuro, mas é uma

¹¹ “Acredita-se que a intensificação dramática de fluxos transfronteiriços de bens, capital, trabalho, pessoas, ideias e informação originou convergências, isomorfismos e hibridações entre as diferentes culturas nacionais, sejam elas estilos arquitectónicos, moda, hábitos alimentares ou consumo cultural de massas.” (Santos, 2001: 53).

cidade sem cidade, um espaço sem espaço, na medida em que é a negação do que constitui a própria *Polis* grega: a circunscrição territorial e a comunicação interpessoal.” Este modelo, em coerência com os princípios de progresso técnico e científico que o norteiam, traz inúmeras vantagens para o dia-a-dia dos sujeitos comunicantes. A auto-estrada da informação permite ter “na ponta dos dedos”, imediatamente, os acontecimentos dos pontos mais longínquos do planeta. Os motores de busca trazem-nos enciclopédias, bases de imagens, artigos científicos, curiosidades, orientações práticas nos mais diversos campos, abrem-nos um número interminável de “janelas” para o conhecimento. Os blogues, as salas de conversação (*chats*), os fóruns e os espaços multiutilizador (*Myspace*, *Youtube*, *Daily Motion*, *Flickr*, etc.), estabelecem um ambiente virtual de intercâmbios. As plataformas *Wiki* oferecem a possibilidade de qualquer indivíduo contribuir para a construção de uma enciclopédia. A visualização da terra por satélite (*Google Earth*) está acessível a qualquer utilizador, permitindo a adição de imagens e de informação, os próprios canais televisivos de informação começam a adoptar, cada vez em maior escala, os sistemas on-line como veículo de conquista de audiência.

Todo este processo se desenrola de forma global, sem distinguir fronteiras, diferenças, pessoas, nem reconhecer identidades, permitindo o (re)conhecimento histórico, geográfico, político, religioso e cultural do mundo em que vivemos.

Mas este fenómeno tem um preço. A cultura está sujeita à contaminação constante por valores alheios aos pilares civilizacionais sobre que assenta, o que provoca o esvaziamento da individualidade, rendida a uma existência cada vez mais globalizante, marcada pela massificação virtual que invade o nosso quotidiano. Como afirma André (1999: 149, 150): “O homem da *Telepolis* é o átomo de uma rede uniforme de comunicação que carece da homogeneização para a realização da sua universalidade. A nova cultura, se de cultura ainda se pode falar, é uma cultura do esquecimento, pois só esquecendo se pode normalizar. Como cultura do esquecimento, é uma cultura sem memória, sem identidade pessoal e subjectiva, uma cultura de objectos sem sujeitos.”

O carácter virtual da representação do mundo confunde-se com a própria realidade, impondo-se ao indivíduo os códigos de uma cultura sem raízes, com objectivos distantes dos seus e em permanente transformação no novo espaço em que os ideais são contornados subjectivamente pelos sujeitos em nome de uma objectividade que não lhes pertence. Em obediência a essa objectividade o homem reage, integrando-a e integrando-se nela, ao ponto de se anular perante ela. Mas ao mesmo tempo redescobre-se nela, aceita-se, como fazendo

parte de uma nova realidade para a qual não propõe limites, mas procura neles a definição de uma identidade também ela nova.

O homem permanece no vazio, dominado por sistemas virtuais que paradoxalmente o integram. A superação deste conflito só é possível pela sua reeducação numa nova ordem, onde seja possível reencontrar o outro, a outra cultura. André (1999) propõe a *razão prática*, enquanto “a razão do encontro interpessoal”, para fazer face ao “desencontro” da Telepolis. “Porque o encontro ou é encontro do homem todo, com o que pensa mas também com o que sente, com o que deseja e com o que sofre, com a pele em que se escrevem os mapas da sua memória, ou não é autenticamente encontro do homem com o homem, sendo apenas encontro dos anjos com os anjos: os anjos sem corpo da dança virtual nas pistas da idolosfera.” (André, 1999: 170).

A dinâmica das relações interculturais da cidade virtual já não é só os recursos tecnológicos e a sua aprendizagem: ela significa uma porta aberta para o indivíduo recontextualizar a sua relação com os outros, reinstituir o seu próprio discurso e redescobrir a sua memória histórica. Para lá dos modelos tecnológicos e da globalização, está novamente a identidade, a razão de ser do discurso, o diálogo das culturas na linguagem que remonta ao princípio dos tempos. Encetamos assim o retorno às origens, ao espaço onde se fundaram os primados da nossa actual forma de existir. André (1999:170) assume esse movimento como a utopia do novo século: “Se a *Telepolis* foi a utopia da Modernidade, a utopia do novo século, que é o ninho da nova Fénix, não é a *Telepolis*, mas simplesmente a *Polis*, ou, se quisermos, a primeira versão da *Polis*, a tribo”.

Reencontrar a cidade é reencontrar a cultura, que funciona como uma plataforma onde se misturam meios e formas de pensar, meios e formas de comunicar. A cultura, aqui entendida, na perspectiva de Caune (1995: 27), não como um sistema de signos mas como um complexo sistema de interacções, em que a língua desempenha um papel preponderante. Paradoxalmente, a *cidade global* que afasta o homem da *cidade* da cultura abre-se como um espaço que torna possível o diálogo cultural, porque também aí a língua intervém, como factor de actualização dos significados que na nova realidade se apresentam.

Pelo espaço o homem compreende o tempo, porque é no espaço que se manifesta a realidade: o espaço físico e o espaço cultural são entidades acessíveis na e pela linguagem, porque o sistema sótico que nela se realiza é o correlato linguístico da espaço-temporalidade que permite ao homem (re)descobrir-se nos limites da cidade que, apesar de todas as expansões, permanece o lugar de todos os lugares. Daí a importância da expressão

do espaço na linguagem: ela representa para o homem a definição da sua própria posição no mundo.

2.5. Espaço geográfico *versus* espaço simbólico

O espaço é para o homem simultaneamente uma representação lógico-matemática do mundo e o reflexo simbólico produzido aquando da integração subjectiva nessa realidade. A tendência para intervir nesse processo leva o homem a uma concepção da espacialidade aberta. O espaço passa a ser uma realidade produzida. Apesar de não ser possível controlar, por inteiro, a forma como os objectos se organizam no espaço, a criação de esquemas de representação através do exercício da intersubjectividade conduz o homem na sua relação com o real. Como refere Batoréo (199:47), “O Homem entende o Espaço como uma projecção de si próprio que age sobre si próprio.”

Nas sociedades arcaicas, o espaço, mais do que a posição do homem no mundo ou dos objectos no âmbito de experiências subjectivas, marcava a diferenciação entre o sagrado e o profano. Estes dois planos anulavam a homogeneidade do espaço físico, permitindo a experiência religiosa de carácter cosmológico. Segundo Eliade (s/d: 35) “A experiência religiosa da não-homogeneidade do espaço constitui uma experiência primordial, homologável a uma ‘fundação do mundo’. O espaço como o encontro de dois planos: um plano indefinido, irreal porque incompatível com a vivência religiosa, outro marcado pelo sagrado, porque lugar de manifestação de hierofanias. A solução do problema passa pela rotura, porque só pela rotura se acede à realidade emanada dos entes divinos. Continua Eliade (s/data: 35): “É a rotura operada no espaço que permite a constituição do mundo, porque é ela que descobre o ‘ponto fixo’, o ‘eixo’ central de toda a orientação futura. Quando o sagrado se manifesta por uma qualquer hierofania, não só há rotura na homogeneidade do espaço, mas também *revelação de uma realidade absoluta*, que se opõe à *não-realidade* da imensa extensão envolvente. A manifestação do sagrado funda ontologicamente o mundo. Na extensão homogénea e infinita onde não é possível nenhum ponto de referência, e por consequência onde orientação nenhuma pode efectuar-se – a hierofania revela um ‘ponto fixo’ absoluto, um ‘Centro’.”

Pela instituição do centro, procura repetir-se o instante original da criação, renovando-se assim o tempo para voltar a existir sem mácula, como no princípio. Nas culturas arcaicas, a fundação de uma cidade obedece a uma disposição orientada para um

centro, o *axis mundi*, reflexo da perfeição. É a partir daí que se dispõem as casas, também elas organizadas em redor de um centro, um pilar, que cumpre as mesmas funções rituais. Devemos referir que a espacialidade assume aqui uma dimensão temporal importante, na medida em que pela repetição do acto da criação se regressa a esse tempo. Esta é, sem dúvida, a manifestação mais profunda da espaço-temporalidade. Mas se o simbolismo do centro se revela um vector crucial da vivência religiosa das sociedades primitivas, e que sobrevive nas sociedades actuais (basta lembrarmo-nos da importância do centro para a organização administrativa de uma cidade, ou da política de concentração política nas cidades capitais, tidas como centros de decisão de cada país), outro componente da espacialidade se destaca com enorme acuidade: o limiar. Voltando ao exemplo da vivência religiosa, verificamos, mesmo na organização actual dos diferentes cultos, a essencialidade do limiar. Eliade (s/d: 39) dá o exemplo de uma igreja: “Para um crente, esta igreja participa de um espaço diferente da rua onde ela se encontra. A porta que se abre para o interior da igreja significa de facto uma solução de continuidade. O limiar que separa os dois espaços indica ao mesmo tempo a distância entre os dois modos de ser, profano e religioso. O limiar é ao mesmo tempo o limite, a baliza, a fronteira que distinguem e opõem dois mundos – e o lugar paradoxal onde estes dois mundos comunicam, onde pode efectuar-se a passagem do mundo profano para o mundo sagrado.” O mesmo se passa, ainda segundo este autor, com as habitações humanas. Os exemplos de rituais de entrada nas casas são inúmeros nas mais variadas civilizações. No caso das civilizações ocidentais, o acto de tirar o chapéu, a forma de cumprimentar, ou o repertório de pequenos gestos de deferência nos momentos em que se transpõe o limiar das habitações dão conta da importação, para a vida profana, da valorização que é dada, no âmbito da religião, a esse conceito. “O limiar, a porta, mostram de uma maneira imediata e concreta a solução de continuidade do espaço; daí a sua grande importância religiosa, porque são símbolos e ao mesmo tempo veículos de passagem.” Eliade (s/d: 39-40).

A tradução cultural das formas religiosas em que se constrói subjectivamente o espaço, como o *centro* ou o *limiar*, impõe uma concepção dinâmica do espaço. Com efeito, o carácter heterogéneo do espaço, do ponto de vista das religiões, redundava, ao nível prático, na aceitação de um movimento em termos matemáticos. A procura de um ponto implica a noção de partida e de chegada, em intervalos de tempo.

A adopção desta dupla vertente implica também a obediência a uma estrutura social com regras próprias, cuja influência é, em larga medida, cultural, mas também actua a outros

níveis. Nas relações interpessoais, sujeitas ao código que lhes é ditado por essa estrutura, coexistem, deste modo, os modelos matemático e simbólico, ou subjectivo, numa relação de interdependência e que caracteriza o que Batoréo (1999) designa como o tempo social: “O tempo social, que é, principalmente, o tempo de produção, passa a coexistir com o tempo de consumo – o tempo individual. A criação do tempo individual resulta da ‘solitarização’ do tempo social e leva à criação de um tempo linear, vectorizado, o que traz profundas consequências de carácter psicossocial.” (Batoréo, 1999: 50).

Da sobrevivência desta cosmografia dão nota os inúmeros traços, nas culturas actuais, da inscrição de uma espaço-temporalidade sagrada no quotidiano. O centro, a repetição da origem, continuam a ser celebrados, embora numa vivência despida da religiosidade de outrora. Os homens procuram os lugares dos acontecimentos importantes mais importantes e festejam as datas decisivas, numa forma de assinalar simbolicamente o registo biográfico colectivo ou individual. A espaço-temporalidade continua ser a manifestação de um substrato cultural profundo.

O que separa em definitivo as duas dimensões da espacialidade – sagrada e profana – é a orientação. Pela orientação, o homem interpreta o espaço e comunica-o aos outros. Pela linguagem, a simbologia do espaço é trazida ao presente, distribuindo-se a sua carga simbólica por uma diversidade de vectores, que vão desde a adaptação da geografia terrestre a modelos particulares percepção, passando pela relação topológica ou geométrica dos objectos até à leitura dos possíveis comportamentos desses objectos.

Os pontos cardeais revelam-se um instrumento indispensável para a orientação, mas a sua dimensão não se esgota na geografia. Observa-se em muitas culturas um sistema de orientação a partir das quatro coordenadas terrestres, formado por um número elevado de direcções, ultrapassando o esquema de leitura de cariz geográfico. Batoréo (1999:52) dá o exemplo dos hindus, que adoptam um sistema de oito direcções, ou dos chineses, com cinco direcções. O facto de se encontrarem estes sistemas alternativos vem demonstrar que a orientação pode existir mais em função de uma espacialidade simbólica do que de uma espacialidade física, ou seja, pode decorrer de uma manifestação cultural, construída pela transmissão, de geração para geração, de modelos cognitivos.

Estas variações não se limitam ao esquema de orientação por coordenadas. Também no campo das relações topológicas se põem em prática esquemas cognitivos distintos. No

exemplo do Tenejapan Tzeltal¹² fornecido por Levinson (1996:376), encontramos o esquema de representação *esquerda/direita* e *frente/trás* reduzido à oposição entre mão esquerda e mão direita, contrariando o simbolismo, presente na maior parte das culturas, que essas referências transportam. Ao mesmo tempo, verifica-se uma tendência para marcar a direcção segundo uma linha que se desloca do centro para o sul, possível vestígio da espaço-temporalidade ancestral, o que dá origem ao uso recorrente do componente gestual.

Outro exemplo interessante, também citado por Batoréo (1999:53), é o da civilização etrusca, ou malgache, em que os quatro pontos cardeais se configuram numa distribuição marcadamente simbólica de quatro quadrantes – noroeste, nordeste, sudoeste, sudeste – como resultado da divisão vectorial Norte-Sul e Este-Oeste.

Os exemplos que acabámos de enunciar não são mais do que a tradução de um correlato estreito entre três disciplinas distintas: a psicologia, potenciada nos processos cognitivos presentes na percepção, a linguagem, instrumento de representação, ou verbalização, dessa percepção, e a cultura, factor de contextualização, a partir da dialéctica da identidade e da diferença, dessa representação, visando a produção de mensagens, ou comunicação.

2.6. A cultura e a organização do espaço

Na construção de um sistema de orientação a partir dos pontos cardeais está subjacente uma organização própria. A divisão do globo em dois hemisférios, ou a distribuição geográfica de um território nacional em regiões, principalmente a oposição norte-sul, ilustram a tendência para uma estruturação do espaço em função de valores, que embora à partida possam parecer isentos, não são despidos de uma considerável carga sociocultural.

Do mesmo modo, a partir do eixo que é fornecido pelo corpo humano, a oposição *esquerda/direita* traduz uma diferenciação, como se constata, por exemplo, nas correntes políticas. A diferenciação psicológica dos termos *cima/baixo*, por sua vez, é mais do que evidente. Basta lembrarmo-nos das expressões que povoam o nosso léxico, e que traduzem a ideia de dominação ou controle: *os líderes estão acima do povo*, *estar em cima do acontecimento*, etc.

¹² Tenejapa é um município mexicano do Estado de Chiapas.

Paralela a esta diferenciação, a oposição *interior/exterior*, ao mesmo tempo que delimita duas regiões, pressupõe a passagem de uma região à outra, na medida em que as fronteiras que a caracterizam não são discretas. Por esse facto, este vector é marcado por uma dinâmica considerável, já atestada, aliás, quando nos referimos à importância, e que sobrevive nos nossos tempos, do limiar, como marca já não apenas de religiosidade mas fundamentalmente de identidade cultural.

O carácter dinâmico da orientação espacial é definido por um factor básico: o estabelecimento de regiões. Sempre que se põem em oposição duas regiões, está implícita, ou pelo menos latente, a passagem de uma região a outra. O espaço é produzido pelos limites que o caracterizam, os mesmos limites que a actividade humana respeita e traduz, nas diversas culturas. Veja-se o exemplo de cidades como Paris, Budapeste ou Varsóvia (Cf. Batoréo, 1999), em que a divisão da cidade pelo rio em margens corresponde a uma divisão social que marca o desenvolvimento dessas cidades, ou o caso de Barcelona, onde o distrito de *L'Eixample* integra vários bairros, entre os quais a *Esquerra de l'Eixample* e a *Dreta de l'Eixample*, numa transformação dos vectores de orientação do corpo humano em modelos de urbanização com conotações culturais acentuadas. Em Portugal, também é frequente encontrar-se a distinção *cima/baixo*, sobretudo em localidades de reduzida dimensão (Fajã de Cima / Fajã de Baixo, do concelho de Ponta Delgada, Bidoeira de Cima / Bidoeira de Baixo, do concelho de Leira, etc.).

Com a abertura a uma dimensão virtual da comunicação e da cultura e o conceito de ciberespaço, apoiada pela introdução generalizada nessa dimensão do elemento multimédia, os vectores de orientação transformam-se. Os diversos acontecimentos são reintroduzidos na rede a cada passo, a partir das fontes mais variadas, perdendo-se a necessidade dos sistemas axiais de orientação típicos. Não é o lugar da produção que é referido, é o tempo da produção, ao minuto, ao segundo, porque o ciberespaço é vertiginoso, e tudo o que está demasiado longe (no tempo) é desvalorizado, a não ser que seja reproduzido e reintegrado no tempo actual.

Na sua etimologia, a palavra ciberespaço reúne dois conceitos: o prefixo grego *ciber-* designa “pilotagem, condução ou regulação”, (Silva, 1998: 1136) enquanto o espaço aparece como uma extensão metafórica do tratamento que é dado informação: “A metáfora espacial é aplicada à entidade ‘imaterial’ que é a informação, bem como à sua localização e transporte no ciberespaço. O outro – o seu contraponto – é o familiar espaço físico onde o homem, os outros seres vivos e as coisas estão e se deslocam.” (Silva, 1998: 1136). Logo, o homem

conduz-se num espaço que não é o seu espaço físico mas reconhece nele os mesmos elementos que orientam a sua percepção e trata a informação nele recebida como real. A virtualidade do ciberespaço encerra assim uma aparente contradição (cf. Ciotti e Roncaglia, 2005: 191). Mas o paradoxo é apenas aparente. O carácter virtual do ciberespaço corresponde menos a uma realidade negada do que a uma realidade estruturada nos mesmos moldes que a realidade física que a ele se contrapõe: “Quando usiamo il termine ‘virtuale’ in ‘espressione quali ‘realtà virtuale’ o ‘spazio virtuale, non intendiamo negare *qualunque* forma di realtà ai fenomeni di cui stiamo parlando. Al contrario, intendiamo significare che la realtà specifica di questi fenomeni, *pur non essendo una realtà fisica, è strutturata sul modello costituito dalla realtà fisica*. Così, uno ‘spazio virtuale’ non è uno spazio físico, ma è strutturato in modo ‘simile’ allo spazio físico”. (Ciotti e Roncaglia, 2005: 191).

Na rede, o espaço não perde as suas características, o que muda é a orientação nesse espaço. Os sistemas de navegação são diferentes e cedem o seu papel aos motores de busca, que, de uma forma quase automática, conduzem o viajante para todas as direcções possíveis, algumas até contraditórias. O homem perde-se do seu espaço, levando-nos a acreditar num mundo regulado pela lógica das máquinas.

Torna-se necessário, neste contexto, rever a perspectiva da espacialidade. A necessidade de verbalização do espaço, no contexto de uma nova relação semântica com a realidade vem reforçar a importância do espaço, que o conceito de virtualidade vinha desvalorizando em favor do tempo.

Sendo a Internet uma multiplicidade de sítios, onde se entra ou de onde se sai para entrar noutros sítios, o conceito de hipertextualidade está associado ao conceito de acesso: é preciso “entrar” no hipertexto para que a informação seja veiculada. E aqui, *entrar*, entende-se numa perspectiva marcada por factores dinâmicos. “Entra-se”, para se percorrer, através do máximo de ligações, os conteúdos pedidos. Estes conteúdos distribuem-se por regiões temáticas, obrigando o cibernauta a um esforço de selectividade acrescido como forma de evitar as regiões indesejáveis e aceder apenas às efectivamente procuradas. Logo, a *navegação* faz-se de trajectos, através de sítios, regiões, estabelecendo-se uma origem e um fim para a acção desencadeada.

A distinção tradicional de vectores de orientação perde aqui importância, devendo ser reavaliada em função das propriedades semânticas associadas ao movimento e ao percurso. O facto de elas se manifestarem num contexto virtual vem demonstrar a sua essencialidade.

O fenómeno da virtualidade em que nos vemos mergulhados funciona como um modelo de aprendizagem que vai ao encontro dos esquemas mentais que se constituíram como padrão pelo legado cultural que nos orientou, desde a infância, na nossa relação com os outros. A relação desses esquemas com a linguagem, simultaneamente autónoma em relação aos sistemas de comunicação criados na nova sociedade da informação e deles dependente, revela-se um factor indispensável à integração na vertigem do novo mundo e à sobrevivência, nesse novo mundo, da identidade e da diferença.

O nosso espaço, mesmo o ciberespaço, é o espaço da cultura orientada para os outros. Muitos acreditam mesmo num modelo em que “o ciberespaço, e em particular as possibilidades novas oferecidas à comunicação interpessoal, constituiria a sede de acontecimentos tendentes a incrementar, de forma radical, o desejo e a prática da comunicação entre as pessoas.” (Silva, 1998: 1139).

No fundo, todo o espaço é espaço do diálogo e do intercâmbio, mas é também o espaço físico, geométrico, o espaço que percebemos e em que nos movimentamos.

3. RELAÇÕES ESPACIAIS DINÂMICAS

3.1. A espacialidade

A percepção do real é um mecanismo associado à capacidade de representar, segundo modelos verbais predefinidos, as estruturas prévias, ou os esquemas que o enformam. Neste contexto, a disposição dos objectos no espaço ou os acontecimentos em que intervêm requerem da nossa parte o domínio de instrumentos linguísticos necessários à descodificação da realidade através do discurso. Evidencia-se, deste modo, uma correlação de factores de significação entre o real, por um lado, e a sua representação verbal. “A espacialidade é o laço que ata a linguagem à experiência que vamos construindo no e sobre o mundo: tudo passa pelo espaço e só é possível através dele. Por isso a organização espacial é o ponto fulcral, é a sala de estar onde podemos descobrir o encontro das nossas estruturas perceptivas e cognitivas com a faculdade da linguagem.” (Teixeira, 2001-2:49).

A inter-relação linguagem/real que o tratamento do espaço põe em evidência não se esgota no seu componente lógico-formal. Também a dimensão sociocultural da espacialidade deve ser tida em conta: O movimento indivíduo-linguagem-cultura é um correlato natural do processo de significação. Segundo Teixeira (2001: 36), “cada unidade, cada palavra-significado, começa a ser percebida pelas relações cognitivas que ela estabelece entre falante-palavra-realidade”. Ora, este processo não pode ser entendido fora do contexto cultural que modela, nos indivíduos, a aquisição e o uso da linguagem. Esta teoria é relevante, acima de tudo, para o tratamento da significação em situações concretas do quotidiano. Por isso faz sentido entendermos a semântica como um sistema aberto, se quisermos examinar a fundo as possibilidades de actualização linguística dos modelos mentais. É nessa abertura que temos que insistir, sob pena de ficarmos com uma visão parcial do fenómeno. Aí reside o essencial da semântica. Encerrar a semântica numa estrutura fechada seria reduzir os termos linguísticos a entidades limitadas. Torna-se indispensável, portanto, fazer aplicar a cada situação concreta a teoria adequada, considerando a semântica no seu todo e nas múltiplas vertentes que envolve.

No caso específico da espacialidade, a concorrência de conceitos universais e particulares requer a adopção de técnicas descritivas adequadas à percepção dos

acontecimentos no espaço numa e noutra perspectiva, o que implica um enquadramento semântico também ele peculiar.¹³

3.2. As estruturas imagéticas

A percepção visual do espaço obedece a uma esquematização da realidade cujos componentes desenvolvem, a partir de determinadas propriedades, ou na ausência delas, relações específicas, a partir das quais é possível não só apreender mas também transmitir – comunicar – a localização ou o movimento de uma determinada entidade. Estas são concebidas a partir de estruturas imagéticas, desempenhando as entidades, em cada acontecimento, uma determinada função semântica e apresentando-se a um nível de abstracção superior, previamente fixado. “Uma coisa é a ‘imagem de X’; outra o modelo ‘sintetizado’ que eu formei a partir de uma série armazenada de imagens, modelo esse mais ‘esquemático’, porque mais abstracto, e que me permitirá perceber, ordenar e configurar outras imagens e outras experiências perceptivas a que atribuo semelhanças.” (Teixeira, 2001 -1:59).

Pela aplicação destes esquemas predefinidos, criam-se regras para as unidades que eles pressupõem, por sua vez descodificáveis em função da sua variabilidade semântica.

É a partir desta configuração básica que se desenvolvem os restantes modelos. Utilizaremos a seguinte ilustração, proposta por Talmy (2000a), como ponto de partida para o tratamento dos acontecimentos relacionados com a relação especial entre duas entidades básicas, uma que funciona como referência para a localização de outra. “The spatial disposition of a focal object in a scene is largely characterized in terms of a single further object, also selected within the scene, whose location and sometimes also ‘geometric’ properties are already known (or assumed known to an addressee) and so can function as a reference object. The first object’s site, path, or orientation is thus indicated in terms of distance from or relation to the geometry of the second object.” (Talmy, 2000a:182).

Observemos os seguintes exemplos:

6) Os correios ficam ao lado da igreja.

¹³ A importância da espacialidade transcende, inclusive, os aspectos de verbalização do comportamento dos objectos no espaço: “Do ponto de vista linguístico, considera-se que as expressões espaciais constituem esquemas estruturais de outras expressões de carácter não espacial, evidenciando a importância central que a organização espacial desempenha na cognição humana.” (Batoréo, 1997: 125).

7) A árvore está à frente da casa.

8) O gato está à frente da árvore.

Em todas estas frases há uma disposição espacial em que uma entidade é localizada no espaço em relação a outra entidade. Apesar de partirem de uma esquema *primário* comum, registam-se diferenças importantes entre cada uma delas. Em 6, por exemplo, o tipo de informação fornecida é incompleto, do ponto de vista da relação geométrica entre os elementos. Não sabemos de que lado ficam, se à esquerda, se à direita (antes ou depois, na perspectiva de que se encaminha para lá de um ponto qualquer da cidade). Mas esta descrição é suficiente ao nível conceptual, pois as entidades envolvidas, por serem diferenciáveis à percepção, fornecem por si só os dados necessários para a informação.

Em 7 e 8, aparentemente não temos dúvidas. Há uma localização específica de uma entidade, introduzida por um marcador espacial. O que merece aqui discussão, no fundo, é a forma como a partir do esquema básico da relação espacial se chega a uma configuração semântica criada a partir de propriedades intrínsecas das entidades. Podemos perguntar qual é a frente da casa, ou qual é a frente da árvore, ou ainda, quais os mecanismos que estão associados a este tipo de marcação espacial.

Temos portanto esquemas de orientação básicos, que deixam em aberto níveis de interpretação mais complexos. Ainda no domínio dos esquemas de representação básicos, o seguinte exemplo ilustra a descrição de um acontecimento em que para lá da dimensão espacial, se introduz a dimensão temporal:

9) A Maria entra no cinema.

Neste exemplo, o que é descrito é o movimento que se desencadeia de fora para dentro. Como a localização da entidade que é referenciada (*Maria*), em relação à entidade que serve de referência (*o cinema*), não é sempre a mesma – a informação que é veiculada é que há uma localização (exterior) que precede outra localização (interior) – este acontecimento admite uma configuração espaço-temporal.

A oposição *interior/exterior* não se esgota nas descrições de movimento. A localização de uma entidade, neste contexto, pode ser descrita a partir de um esquema de contentor/conteúdo, como no exemplo:

10) A agenda está dentro da gaveta.

O esquema de contentor/conteúdo, por sua vez, admite uma dupla vertente: de localização e de movimento. Se em 9), o movimento é explícito, já em 10) ele só existe ao nível das possibilidades. Os obstáculos colocados por esta diferenciação podem ser superados se entendermos as relações espaciais para lá dos esquemas pré-conceituais, com base em mapas descritivos que contemplem outras unidades de significação e as suas propriedades e implicações nas estruturas mentais e de representação linguística.

3.3. Os objectos prototípicos da relação espacial

Temos vindo a designar por *entidades* os intervenientes da relação espacial. Impõe-se no entanto adoptar, para cada uma delas, a terminologia adequada, sob pena de condicionar a clareza dos argumentos e a eficácia da interpretação.

Talmy (2000a) utiliza os termos *figura* (*Figure*) e *fundo* (*Ground*)¹⁴, para designar as entidades básicas de um acontecimento no espaço. Para a *figura*, que corresponde à entidade que é referenciada, Talmy propõe a seguinte definição: “The Figure is a moving or conceptually movable entity whose site, path, or orientation is conceived as a variable the particular value of which is the relevant issue.” (Talmy, 2000a:184), enquanto o *fundo*, que corresponde à entidade que serve de referência, é assim definido por este autor: “The Ground is a reference entity, one that has a stationary setting relative to a reference frame, with respect to which the Figure’s site, path, or orientation is characterized.” (Talmy, 2000a: 184). A estas entidades, Talmy (2000a) faz corresponder os conceitos de objecto primário e secundário, classificados em função dos traços, ou propriedades, que os identificam.

As propriedades distintivas ilustradas no Quadro I servem para caracterizar o tipo de relação espacial manifestada num dado acontecimento, com implicações relevantes ao nível das estruturas lexicais.

¹⁴ Adoptaremos esta tradução, a exemplo de Batoréo (2000) e Teixeira (2001), que é adoptada, aliás, pela maioria dos autores de língua portuguesa.

Objecto Primário	Objecto Secundário
Propriedades espaço-temporais por definir	Funciona como um entidade de referência, com propriedades conhecidas passíveis de suprir a ausência de propriedades definidas dos objectos primários
Mais móvel	Com maior permanência
Dimensões mais reduzidas	Maiores dimensões
Geometricamente mais simples (com frequência identificável com um ponto) no seu tratamento	Geometricamente mais complexo no seu tratamento
Mais recente na cena, na consciência	Mais antigo na cena / na memória
Mais importante / relevante	Menos importante / relevante
Menos perceptível de imediato	Mais perceptível de imediato
Mais saliente, após ser percebido	Relegado para uma posição de fundo, após o objecto primário ser percebido
Mais dependente	Mais independente

QUADRO I – Caracterização de Talmy para Objectos Primários e Objectos Secundários

Segundo Talmy (2000a), a actualização linguística dos conceitos pode processar-se a dois níveis: um primeiro nível supra-estrutural (“macroscópico”), constituído por classes abertas de elementos, habitualmente nomes, verbos e adjectivos, contendo por inerência o resultado da acção de mecanismos de representação prototípica – é neste nível que se actualizam as noções de organização do espaço, tempo, causalidade, juntamente com mecanismos individuais e culturais que possibilitam a passagem ao discurso de experiências ou sentimentos – e um segundo nível, de superfície, constituído por classes fechadas de elementos gramaticais, muito mais limitados do ponto de vista conceptual e restritivos no que se refere à construção do discurso. Trata-se de partículas, palavras ou frases, fazendo parte de uma determinada sequência combinatória que integra categorias de espaço, tempo, aspecto, é certo, nas inseridas num contexto de modelização dos conceitos mais lato, permitindo uma produção extensiva por níveis sucessivos de conceptualização.

Estas classes fechadas funcionam como um “esqueleto conceptual” para a estruturação de outros domínios (Talmy, 2000a: 179).¹⁵

Considerando, na linha de Talmy (2000a), que as noções de *figura* e *fundo* correspondem aos papéis desempenhados pelo objecto primário e secundário, respectivamente, e que estes estão relacionados com elementos linguísticos de superfície e supra-estruturais, interessa descobrir as particularidades semânticas, nos diferentes domínios de expressão do espaço, que intervêm cada vez que uma *figura* (X) é identificada mediante uma relação espacial (r) perante um *fundo* (F).

Qualquer descrição espacial pode aplicar-se à localização ou ao movimento. Ora, os limites entre localização e movimento residem menos na esquematização mental do que no seu correlato verbal. De facto, uma relação espacial é sempre dinâmica, ainda que esse dinamismo se resuma a um movimento potencial.

A discussão teórica acerca desta questão, apesar de coincidir na acepção básica de esquema imagético, tem suscitado diversas propostas de terminologia. Alguns autores propõem algumas variantes à terminologia de Talmy. Para Teixeira (2001-3: 8), “O ‘Fundo’ de uma localização ‘estática’ é prototipicamente também estático. Equivale sempre a um objecto ou a uma realidade que serve de marco de referência. Mas num processo dinâmico, como o verbal, o ‘Fundo’ nunca pode ser apenas estático, espacial; tem que ser simultaneamente temporal, e por isso identifica-se mais com esta vertente (a espácio-temporalidade) do que propriamente com qualquer ‘objecto’ ou marco referencial.” (Teixeira, 2001:3-8). Este autor considera que o termo *fundo* se deveria aplicar unicamente às situações de espácio-temporalidade, presentes nos acontecimentos de movimento. O facto de a deslocação de um objecto no espaço implicar a presença de pontos sucessivos que não são passíveis de uma representação fixa, ou a ocorrência, mesmo na localização, do *fundo* se apresentar antes da *figura* (como se passa quando se descreve uma situação em que uma

¹⁵ “They represent only certain categories, such as space, time (hence, also form, location, and motion), perspective point, distribution of attention, force, causation, knowledge state, reality status, and the current speech event, to name some main ones. And, importantly, they are not free to express just anything within these conceptual domains but are limited to quite particular aspects and combinations of aspects, ones that can be thought to constitute the “structure” of those domains. Thus, the closed-class forms of a language taken together represent a skeletal conceptual microcosm. Moreover, this microcosm may have the fundamental role of acting as an organizing structure for further conceptual material (including that expressed by the open-class elements) as if it were a framework that the further material is shaped around or draped over. More speculatively, this language-based microcosmic selection and organization of notions may further interrelate with and even to some degree constitute the structure of thought and conception in general. Hence, the importance of determining the fine-structural level’s representation of various conceptual domains and in particular that of space, under study here, which itself may play a central role by functioning as a (metaphoric) model for the structuring of other domains.” (Talmy, 2000a: 179).

figura está atrás de um *fundo*), contrariam de alguma forma, segundo Teixeira (2001-3), a validade desta nomenclatura. Para definir a entidade *fundo*, Teixeira (2001-3) propõem o termo *configurante*, como aquela entidade que serve de referência, mantendo o termo de *figura* para designar o elemento que é localizado.

Outras designações têm sido propostas, para além da distinção *Figure/Ground* proposta por Talmy (2001a), e da variante defendida por Teixeira (2001-3). As distinções *figura/base* (Cifuentes Honrubia); *objecto localizado/ objecto localizante* (Döpke-Schwarze); *trajector/ landmark* (Hawkins, Langacker); *cible/site* (Vandeloise)¹⁶; *thème/site* (Fortis) ou ainda *located object/ reference object* (Herskovits), *figura-sfondo* (Levorato) e *figura-base* (Violi), citadas por Teixeira (2001:3-18), são exemplo disso mesmo. Convém salientar que em todas elas se reconhece um princípio comum: uma entidade que é localizada e uma entidade que localiza. Como ilustração desse princípio, vale a pena recorrer à definição de Jackendoff para a forma como a linguagem organiza os objectos no espaço: “Language expresses the location of objects not in terms of absolute space, but always in terms of figures placed against a background. This background is a region of space whose organization is determined by reference objects (among which may be the speaker and hearer).” (Jackendoff, 1997: 554).

Da nossa parte, à semelhança de Teixeira, manteremos o termo *figura*, utilizado por Talmy e geralmente aceite pelos linguistas, para designar a entidade que é localizada, e para a entidade que serve de referência, utilizaremos a designação *objecto de referência*, por nos parecer mais adequado ao tratamento linguístico da espacialidade.

O próprio Talmy admite a existência de circunstâncias em que o termo “Fundo” se revela pouco eficiente: “In a linguistic context, the term Reference Object may at times be more suggestive than Ground” (Talmy, 2000a: 184). Sendo nosso propósito analisar a expressão dinâmica do espaço de uma forma transversal às formas de realização do conceito, inclusive em contextos de produção linguística, parece-nos legítimo optar pelo termo *objecto de referência*.

¹⁶ Também utilizada por Borillo (1990).

3.4. As regiões espaciais e a localização

Em função do tipo de relação espacial estabelecida entre a *figura* e o *objecto de referência*, falaremos de tipos de localização diferentes. É possível distinguir duas modalidades essenciais de localização: *interna* e *externa* (Cf. Borillo, 1990). Na primeira, é possível determinar, com relativa precisão, a região em que se produz a relação espacial, podendo esta ser de contacto suporte ou inclusão, e os termos concretos em que se define. Na segunda, a relação espacial estabelecida entre a *figura* e o *objecto de referência* não decorre de qualquer contacto, suporte ou inclusão, nem a região que é ocupada por uma e outra entidade é partilhada, ainda que parcialmente, por ambas as entidades. Há aqui a considerar a possível introdução de elementos geográficos na localização, sobretudo aqueles que traduzem um factor de identificação mais destacado, como rios, mares, montanhas etc.

Em todas estas modalidades, o eixo de orientação assume um papel preponderante.¹⁷ Partindo do sistema triaxial das coordenadas espaciais, é possível obter a perspectiva requerida para que se proceda à localização e, por inerência, à descrição dessa localização. Trata-se de um modelo igualmente relevante, quer no âmbito da cognição, quer no âmbito da expressão linguística. Assim, é possível adoptar os eixos vertical, correspondente à oposição inferior/superior (*cima/baixo*), frontal, correspondente à oposição anterior/posterior (*frente/trás*) e lateral, correspondente à oposição esquerda/direita.

A relação que se estabelece entre a *figura* e o *objecto de referência*, para ser entendida na globalidade dos seus elementos impõe que outros conceitos sejam considerados.

Kracht (2004:19)¹⁸ propõe a existência, na localização, para além da relação prototípica entre *figura* (que ele designa por *Locator*) e *objecto de referência* (que designa por *Landmark*), de uma relação entre regiões. A localização com recurso às preposições *em cima*, *por cima*, *sobre* e *em*, por exemplo, determina a expressão de acontecimentos

¹⁷ Para uma explicação detalhada das múltiplas vertentes cognitivas assumidas na descrição das relações espaciais segundo os diferentes eixos de orientação, bem como a sua aplicação ao caso do Português, ver Teixeira (2004).

¹⁸ “Now, the semantics of a locator is somewhat complex in type theoretic terms. We demonstrate this with English on. An object is on the car if it is found basically touching the surface of the car on the roof. It does not matter how big the object is, but it does matter whether it touches the car. If it does not touch the roof, we will have to use above the car instead. Thus, whether or not on is appropriate depends in effect on two things: the location of the landmark and the location of the figure.” (Kracht, 2004 -15-19).

diferentes, consoante o tipo de contacto que se estabelece entre a *figura* e o *objecto de referência*:

- 11) O livro está em cima da mesa.
- 12) Os rapazes saltam por cima do muro.
- 13) O avião voa sobre Paris.
- 14) O computador está na secretária

Não é indiferente se há um contacto de superfície (11 e 14), ou se esse contacto não existe, como (12 e 13), assim como não é indiferente o grau de distanciamento entre os dois elementos, quando não existe contacto. Na frase *o avião voa sobre Paris*, apenas sabemos que numa linha vertical estabelecida entre duas regiões é possível localizar a *figura*. Já na frase *Os rapazes saltam por cima do muro*, a dimensão vertical é definida no movimento que consiste na passagem de um lado para o outro do muro.

A existência ou ausência de contacto entre *figura* e *objecto de referência* é um factor importante para a localização, na medida em que vai determinar o tipo de orientação a seguir. Se há uma relação de contacto, as propriedades manifestadas pela relação topológica dos objectos envolvidos são suficientes para a descrição, ou seja, há uma regularidade na disposição espacial dos objectos. Se não se verificar essa relação de contacto, é necessário procurar novos elementos de referência fora da disposição geométrica dos objectos.

A descrição dos objectos do espaço pode passar a contemplar outras entidades da relação espacial, como a *origem* ou o *destino*, e, em consequência, o *trajecto* e a *direcção*, assumindo assim uma configuração muito mais dinâmica. (Cf. Herzog, 1995:3).

3.4.1. Relações topológicas

No caso das relações espaciais topológicas, estabelece-se entre a *figura* e o *objecto de referência* um ponto de contacto, que pode ser de contiguidade, suporte, ou inclusão. Aqui a descrição faz uso do conhecimento prévio das regiões correspondentes à localização a partir de um número predefinido de propriedades. Ao nível lexical, são usadas na expressão deste tipo de acontecimentos algumas preposições ou locuções preposicionais (*em, sobre, em cima, por cima, dentro, em baixo, por baixo, debaixo, no meio*).

Este tipo de orientação admite um grau de ambiguidade praticamente nulo. Na frase 11), por exemplo, sabemos que uma parte da superfície da *mesa* está ocupada pelo *livro*. Não sabemos se é o centro, ou se é a extremidade, mas essa informação não é relevante. Se alguém precisar do *livro*, a partir desta descrição pode localizá-lo. Na frase 14, já não é tão linear a descrição, se partirmos unicamente da identificação da superfície de contacto. Uma *secretária* pode ter vários compartimentos, além do tampo, e não sabemos se o *computador* está localizado num desses compartimentos ou simplesmente sobre o tampo. No entanto, dadas as propriedades semânticas do *objecto de referência* – a extensão da superfície da *secretária* é limitada, bem como o número de compartimentos (caso contrário deixaria de ser uma secretária) – a informação é suficiente. O mesmo acontece em frases como:

15) O cão está debaixo da mesa.

16) O professor está no meio da sala.

17) O peixe nada dentro do aquário.

As propriedades físicas do *objecto de referência*, nomeadamente as que são identificadas em termos das regiões espaciais, anulam a possível ambiguidade da informação correspondente à localização com base na relação topológica.

Um instrumento indispensável para eliminar o factor ambiguidade é, como referimos em 3.4, o sistema triaxial de coordenadas espaciais. Aqui, assume particular relevância o eixo anterior/posterior. A possibilidade de importar de outros sistemas de orientação as coordenadas espaciais, como o tempo, ou de, na descrição do movimento, ser imediata a percepção do eixo frente/trás, confere a esta dimensão propriedades que a distinguem das outras dimensões e explicam inclusive a primazia do eixo frontal sobre o eixo vertical ou lateral.¹⁹

¹⁹ “The reason why speakers of human languages so consistently choose the frontal axis for expressing sequential location is of course that the passing of time is conceived of in the same way as movement through space. In this way an immediate link with the frontal axis is established, because this axis, too, is defined with respect to movement. By contrast, the vertical axis is determined only with respect to gravity on earth, and gravity is effective also if no movement takes place. Of course, gravity becomes visible when things move towards the earth, but crucially this movement is bounded (falling things cannot fall further than ground), whereas the passed time is unbounded. The lateral axis is clearly secondary with respect to the frontal axis, because only objects that have a front-back orientation can be said to have a right-hand side and a left-hand side. The frontal axis is often defined in terms of the direction of canonical movement through space, so there is a close association between this axis and movement. Thus, given that the passing of time is assimilated conceptually to movement through space, the choice of the frontal axis is well-motivated and well-understood.” (Haspelmath, 1997:22).

3.4.2. Os sistemas de orientação

3.4.2.1. *A deixis espacial*

Um processo diferente de localização é o que se baseia num sistema de orientação deíctica. Aqui, o sujeito da observação, que pode ser ou não o próprio enunciador, assume o papel de *objecto de referência*, ou então, a partir de uma configuração existente “filtra” a localização, criando um novo ponto de vista.

Estes sistemas podem realizar-se em modalidades diferentes. Levinson (1996: 360) propõe a seguinte classificação: “central”, nos casos em que a intervenção do observador corresponde a uma participação efectiva na relação espacial, “composicional”, quando ocorre sobre uma disposição previamente definida, à qual vem juntar novos elementos, modificando os termos da localização ou “simétrica”, sempre que funciona como termo de orientação simétrico relativamente a outros termos de orientação

A orientação deíctica central depende do contexto do acontecimento, sendo definida a partir da localização do enunciador no momento da descrição. Aparece realizada por meio de advérbios de lugar como *aqui*, ou, no caso da descrição de movimento, em verbos como *vir*.

18) O jornal está aqui.

19) O carteiro vem sempre de manhã trazer o correio.

Na orientação deíctica composicional, os termos da localização estão completos, ou seja, estão identificadas as regiões ocupadas pelos objectos e respectivas propriedades, mas a intervenção do enunciador vem especificar essa informação:

20) O candeeiro está deste lado da secretária.²⁰

Num sistema de orientação deíctica simétrica, o centro da referenciação transfere-se para o enunciador, que produz uma nova disposição espacial formada pela relação simétrica

²⁰ Uma especificação de *o candeeiro está ao lado da secretária*.

de dois pontos de observação: um decorrente da sua própria localização, outro decorrente da localização orientada por outros sistemas.

21) O cesto dos papéis está do lado esquerdo da mesa.²¹

22) Vamos para Norte!²².

3.4.2.2. *Orientação intrínseca*

O reconhecimento de propriedades intrínsecas nos objectos fornece um conjunto de instrumentos lógicos que facilitam a organização dos acontecimentos espaço em esquemas conceptuais e no seu correlato linguístico. As possibilidades de concretização deste processo são inúmeras, pelo que seria preferível falar de *sistemas* e não de *sistema* de orientação intrínseca, apesar de obedecerem a uma regra comum: “In an intrinsic reference frame the orientation is given by an inherent organization of the reference object and the intrinsic axes of the RO [reference object] are adopted.” (Herzog, 1995:3). Dois modelos exercem a sua influência neste tipo de orientação: o cultural e o cognitivo.

Para Levinson (1996:366) a localização baseada em propriedades intrínsecas dos objectos deriva de factores culturais, impostos no contexto concreto dos acontecimentos: “In the intrinsic frame of reference the figure object is located with respect to what are often called *intrinsic* or *inherent* features of the ground object. The locutions are bad because there is often nothing intrinsic, and everything is culturally imposed and assigned in the isolation and designation of these features.” É o que se passa no acontecimento da frase 23).

23) O carro está parado em frente à casa.

As propriedades intrínsecas do *objecto de referência* determinam uma distinção *frente/trás* que não corresponde a nenhum esquema geométrico puro: a *casa* pode ter acessos laterais ou pelas traseiras, pelo que a identificação da frente da casa só pode ser explicada por factores culturais que são impostos.

²¹ Correspondente ao *meu lado esquerdo*.

²² Considerando o ponto de partida a nossa localização geográfica no momento da enunciação, ou no momento a que a enunciação se refere (poderia descrever-se um determinado trajecto, em que depois de se ir em várias direcções se partia para Norte, da última direcção).

Mas o parâmetro cultural não é o único a ser considerado no âmbito da orientação intrínseca. Este é um fenómeno transversal aos processos de cognição. Teixeira (2001-3:38) fornece uma explicação de cariz cognitivo decorrente do grau de proximidade/familiaridade com os seres humanos, de uma projecção antropomórfica (onde se procura recriar a fisionomia do homem), ou da valorização de uma “interface funcional com o ser humano”. Uma descrição que envolve um animal, por exemplo, traduz-se numa relação de semelhança que facilita a identificação dos eixos frontal e lateral. Uma descrição com referência a uma cadeira, pela relação funcional que sugere com o ser humano também permite essa identificação. Já uma casa, ao permitir uma projecção antropomórfica, permite igualmente uma descrição com os eixos frontal e lateral, identificados, quer pela antropomorfização da sua configuração geométrica (equivalente ao rosto humano), quer pela natureza funcional dos seus elementos: a porta da frente, ou aquela que é escolhida para ter esse atributo, determina o eixo de frontalidade (neste caso, faltaria o eixo da lateralidade). Verifica-se, relativamente ao eixo frontal, um papel preponderante na organização dos objectos. Como vimos, é frequente o eixo lateral e vertical ser determinado a partir do eixo frontal²³. Outras vezes, como no caso do movimento, pode ser apenas necessária a identificação *frente/trás*, para que a descrição da localização esteja completa.²⁴ Refira-se que neste caso, por envolver movimento, a descrição terá que ser actualizada em função de novas localizações. Mas a localização com base no eixo frontal mantém-se constante.

Os objectos, quando são intrinsecamente orientados, dependem de factores externos que convertem propriedades que lhes são inerentes em factores de significação. Com mais legitimidade podemos afirmar que possuem propriedades intrínsecas provisórias, as quais podem ser modificadas. Teixeira (2001-3: 33-44) salienta os factores de visibilidade, acessibilidade, funcionalidade e finalidade, e ilustra com vários tipos de móveis em contextos diferentes a influência desses factores: numa cómoda, encostada a uma parede, apenas uma parte é funcional e acessível: aquela que tem as gavetas. Logo, é fácil fazer a distinção *frente/trás* e *esquerda/direita*. Se uma mesa estiver no centro da sala, não será fácil determinar o eixo frontal (e lateral), mas se ocupar sucessivas posições, já será possível,

²³ “Em rigor, no entanto, será mais correcto referir que são objectos **sem orientação frontal**, já que é apenas esta a que falta. É que a orientação lateral (*esquerda/direita*) não é autónoma, dependendo necessariamente da orientação frontal, e a orientação primeira, a vertical, é atribuída a todos os objectos, mesmo aos referidos objectos sem orientação intrínseca ou objectos não intrinsecamente orientados.” (Teixeira, 2001:3-24).

²⁴ “Quando ao objecto é atribuída uma direcionalidade típica, é a partir dela que o eixo *frente/trás* é desenhado.” (Teixeira, 2001:3-38).

desde que seja identificado qual o lado acessível e funcional. Uma secretária de atendimento, destinada a receber clientes, será definida no eixo frontal em função dessa finalidade, permitindo que se afirme que o funcionário está *atrás* da secretária e não *à frente*. É por essa razão que Teixeira (2001:3-44) chega a esta conclusão: “Todos estes processos funcionais comprovam que, embora os objectos possam ser intrinsecamente orientados, eles podem não possuir uma orientação definitiva. O que verdadeiramente os configura em definitivo é o modelo mental no qual nós os perspectivamos numa determinada configuração. As suas orientações intrínsecas podem mudar em virtude de se alterarem também os factores que lhes fornecem a respectiva orientação intrínseca: a visibilidade, a acessibilidade, a funcionalidade, etc.”. Entendida nesta perspectiva, a percepção do espaço obedece a esquemas predefinidos, cujas regras os sujeitos cumprem, de alguma forma, “produzindo” os objectos através da descrição que constroem a partir desses esquemas.

3.4.2.3. Orientação relativa ou extrínseca

Quando não é possível seguir um sistema de orientação com base em propriedades intrínsecas dos objectos, torna-se necessário alargar o âmbito da descrição a fim de introduzir propriedades inerentes a outros objectos ou “importar” o ponto de vista de um sujeito diferente. Esta operação é mesmo indispensável no âmbito da nossa percepção do espaço: “Em qualquer situação perceptiva, o espaço tem que ser sempre orientado. O que não é obrigatório é que o seja sempre em relação à figura humana, já que o pode ser relativamente a um outro objecto intrinsecamente orientado. (...) Isto não significa que possa haver situações impossíveis de configurar espacialmente. O espaço-em-relação, o espaço configurado, é o único existente. Não pode haver um espaço conhecido sem ser espaço-configurado: toda a cognição do espaço implica a configuração do espaço. Conhecer e configurar o espaço são mecanismos indissociáveis.” (Teixeira, 2001-3:25).

Na ausência de elementos intrínsecos, a descrição é actualizada pela introdução de novos dados. Normalmente essa actualização é feita com recurso a um sistema de orientação deíctico (Cf. 3.4.2). Mas nem sempre isso acontece, como refere Levinson (1996): “Relative systems of spatial description build in a viewpoint and are thus essentially ‘subjective.’ For this reason they have been called deictic, although it is important to see that such descriptions are not necessarily egocentric: The viewpoint need not be the speaker (*It’s to the*

left of the tree from where you are sitting), nor any participant in the speech event (as in *The goalkeeper deflected the ball to the left of the goal*).” (Levinson, 1996:370).

Outro processo é o “espelhamento frontal”, ou relação simétrica, a que já aludimos em 3.4.2, e que segundo Teixeira (2001-3:26). “consiste em projectar simetricamente num objecto sem orientação intrínseca a mesma orientação do sujeito humano (situação prototípica) ou de qualquer objecto já intrinsecamente orientado (um carro, por exemplo).” Observemos as seguintes frases:

24) A Mariana passa horas em frente à televisão.

25) O carro está estacionado em frente à árvore.

Em 24), não é necessário recorrer a um sistema de orientação simétrico, pois o *objecto de referência* é intrinsecamente orientado (segundo o parâmetro de funcionalidade). Mas em 25), por não haver propriedades intrínsecas de orientação, elas são “criadas” a partir das propriedades prototípicas da *figura*, por um processo de “espelhamento frontal”: a frente da árvore é identificada a partir da frente do carro. Citando novamente Teixeira (2001-3): “Este processamento de atribuição de uma orientação intrínseca resulta do facto de prototipicamente os encontros canónicos entre objectos intrinsecamente orientados serem em posição de espelho, ou seja, frente-a-frente: as pessoas, as mobílias, as máquinas, quando interagem encontram-se canonicamente nesta posição. Por isso mesmo, quando encontramos um objecto que não é intrinsecamente orientado, interagindo com ele ou tomando-o como referência, consideramos, tal como nos outros casos, que a face que connosco interage é a *frente*.” (Teixeira, 2001-3:26).

Um exemplo interessante da capacidade de se adaptar a percepção a diferentes pontos de vista é o movimento. É indispensável fazer corresponder ao contexto os esquemas pré-conceituais de orientação. O que se procura é tornar o conjunto dos elementos que se dispõem no espaço idêntico a qualquer outro, ainda que para isso seja preciso recriar pontos de vista que afinal de contas não existem. No caso do movimento, o esquema de direcionalidade é determinante, como refere Teixeira (2001-3): “É evidente que quando existe movimento é a direcionalidade do mesmo que fornece a ‘frente provisória’ a estes objectos. Pode considerar-se que esta orientação é antropomorfizada, na medida em que se identifica frontalidade e direcionalidade do movimento, como acontece no movimento canónico dos seres humanos. Este aspecto da atribuição, pelo movimento, de uma orientação

a objectos não intrinsecamente orientados confirma que a configuração espacial dos objectos é uma interacção entre os mesmos e a **totalidade** figurativa do modelo em que eles entram. Ou seja, os objectos embora possuam (ou não) uma orientação canónica intrínseca podem ajustar essa mesma orientação dentro do modelo mental que retrata o quadro descritivo de uma determinada situação.” (Teixeira, 2001-3:25).

Havíamos aludido já a esta particularidade quando nos referimos aos sistemas de orientação intrínseca. Mas é importante referir que a definição de um modelo de orientação segundo os parâmetros aplicáveis ao movimento permite, tal como se depreende da análise de Teixeira que acabámos de citar, admitir para este tipo de situações uma estrutura semântica própria, a qual vai condicionar e até influenciar a produção dos enunciados.

3.4.2.4. Orientação absoluta

Há sistemas de orientação que fazem uso de modelos pré-existentes à relação espacial. Os chamados sistemas de orientação absoluta recorrem às coordenadas terrestres, correspondendo as oposições norte/sul, este/oeste à morfologia do corpo humano frente/trás, esquerda/direita.²⁵

A utilização das coordenadas terrestres como factor de localização implica a aceitação de um modelo de características alocêntricas²⁶ e, por isso mesmo, incompatível com representações particulares dos acontecimentos. No entanto, estes sistemas de orientação podem sofrer a influência de factores antropológicos, consoante a estrutura cardinalícia adoptada por cada cultura como orientação ou a transformação simbólica dos elementos que a compõem em novos vectores de localização, como vimos em 2.5.

3.5. Movimento e percurso

Tal como a localização, também o movimento corresponde a uma relação espacial entre duas entidades. A grande diferença consiste no facto de a *figura*, além de ocupar uma

²⁵ “The magnetic pole, or for that matter, the rotational axis of the earth, provide a system of directions on any point on earth. North and south are the directions towards the points of axis of rotation. They can be distinguished by the position of the sun. Facing north, west is to your right, east to your left.” (Kracht, 2004 -14).

²⁶ Absolute direction systems give us external bearings on an array, but without employing viewpoints. They are “allocentric” systems. (Levinson, 1996: 371).

posição no espaço, alterar essa posição relativamente ao *objecto de referência* (ou *fundo*), e fazendo intervir nesse processo dois componentes essenciais: o *percurso*, que é o somatório das sucessivas localizações ocupadas pela *figura* relativamente ao *objecto de referência*, e a *fase do percurso*, que corresponde ao grau de concretização do movimento entre dois pólos: um inicial e um final: “The basic Motion event consists of one object (the Figure) moving or located with respect to another object (the reference object or Ground). It is analyzed as having four components: besides Figure and Ground, there are Path and Motion. The Path (with a capital P) is the path followed or site occupied by the Figure object with respect to the Ground object.” (Talmy, 2000b: 26).

Daqui resulta, à partida, o carácter espaço-temporal do movimento, pois a existência de várias fases de realização pressupõe igualmente a existência de vários tempos: “The Motion component refers to the occurrence (MOVE) or nonoccurrence (BELOC) specifically of translational motion. This is motion in which the location of the Figure changes in the time period under consideration.” (Talmy, 2000b: 26).

Por se tratar de um acontecimento plural marcado por características espaço-temporais, é no movimento que se evidencia, com mais clareza, a espacialidade dinâmica. Devemos no entanto reconhecer neste conceito alguns aspectos essenciais e que lhe conferem um grau de variabilidade considerável. O pressuposto da localização dos *objectos* e da sua deslocação introduz um conjunto de realizações importantes que não podem ser descuradas: o *percurso*, a *causa* e o *resultado* estão directamente associados a qualquer acontecimento no espaço, sendo sempre possível efectuar uma descrição diferente consoante se procure a expressão completa do movimento ou a extensão semântica particular, unicamente a partir da leitura de uma das suas vertentes²⁷.

Além da *figura*, do *objecto de referência*, do *percurso* e da *fase* ou *grau de realização do movimento*, Talmy (2000b) reconhece ainda entidades como o *Modo*²⁸ e a *Causa*. O facto de o *percurso* ser um componente central na realização de um *trajecto*, na acepção de Talmy (2000a, 2000b) que nós partilhamos, não significa que o movimento se esgote na sua concretização. Pode haver acontecimentos paralelos ou secundários a ter em

²⁷ Ao estudar as variantes espaciais do verbo deixar, Silva (1999: 188 e ss.) identifica as propriedades que explicam a relativa autonomia de que gozam as diferentes expressões de movimento, nomeadamente a localização, a deslocação o percurso, e, funcionando como uma extensão categorial, a causa.

²⁸ Modo, aqui, entendido como elemento modificador.

conta e que requerem o alargamento da descrição. Os acontecimentos que expressam o *modo* ou a *causa* são exemplos dessa possibilidade.

A percepção de acontecimentos secundários reflecte-se, em termos lexicais, na estrutura da frase. Os exemplos do Quadro II, fornecidos por Talmy (2000b:26), ilustram a actualização linguística em acontecimentos de localização e de movimento que integram os componentes *modo* e *causa*.

	<i>Manner</i>	<i>Cause</i>
<i>Motion</i>	The pencil rolled off the table.	The pencil blew off the table.
<i>Location</i>	The pencil lay on the table.	The pencil stuck on the table (after I glued it).

QUADRO II – Acontecimentos secundários – Talmy

Atentemos na interpretação sumária de Talmy (2000b) para estas quatro frases: “In all four sentences, *the pencil* functions as the Figure and *the table* as the Ground. *Off* and *on* express Paths (respectively, a path and a site). The verbs in the top sentences express motion, while those in the bottom ones express location. In addition to these states of Motion, a Manner is expressed in *rolled* and *lay*, while a Cause is expressed in *blew* and *stuck*”. (Talmy, 2000b:26).

O que está aqui patente é que, ao nível lexical, as preposições que marcam o percurso e a localização introduzem expressões que se reportam, não só aos objectos tal como eles se apresentam no momento da percepção mas também aos objectos no contexto lato da produção do acontecimento. Os verbos, por sua vez, expressam ou a localização ou o percurso. Ora, na medida em que a expressão de acontecimentos secundários introduzida pelas preposições depende da predicação verbal, a função do verbo (de expressar localização ou movimento) mantém-se válida, mesmo que ocorra um alargamento da descrição inicial.

Veremos, mais à frente neste trabalho, como o verbo pode exprimir um percurso e conter informação adicional sobre esse percurso, de forma similar ao alargamento da descrição ao *modo* e à *causa*.

3.6. A descrição do *percurso*

A localização ou o movimento podem envolver os componentes primários, tais como a *figura* ou o *objecto de referência*, mas também pode ser alargada a outros níveis, designadamente a *causa*, o *modo*, e, obviamente, o *percurso*. É indispensável, desta forma, procurar o máximo de eficácia na descrição. Admitir que há movimento, e havendo movimento, que há a produção de um acontecimento espaço-temporal, não esgota todas as possibilidades de organização da informação que aqui é veiculada.

Para Kracht (2004), a expressão do movimento contém, à partida, os instrumentos necessários ao conhecimento, em pormenor, da relação espacial dinâmica que ele configura. Na frase,

K1) John threw a banana over the fence

Kracht (2004: 3) identifica os seguintes elementos: *Trajector* (correspondente à *Figura* de Talmy), *Landmark* (correspondente ao *Fundo*, ou *Objecto de Referência*, de Talmy), *Locator* e *Mode* (em parte equivalente ao *Percorso* de Talmy). *Banana* corresponde ao *Trajector*, *Fence* ao *Landmark* e *over (the fence)* ao *Locator*. *Mode* é a forma como o trajecto é percorrido, ou seja, o percurso, globalmente entendido, desde o ponto inicial até à sua conclusão. Neste caso, *Mode* seria toda a trajectória sofrida pela banana desde as mãos de John até um ponto do outro lado da cerca, ou seja, *Mode* é o elemento que permite a descrição do percurso.

Se o movimento se processa numa sequência, as sucessivas localizações da *figura* nessa sequência e, eventualmente, do *objecto de referência* se este também estiver em movimento, pressupõem a existência de outros componentes, sem os quais seria impossível marcar os diversos pontos da sequência, tanto ao nível do *espaço* como do *tempo*. A *origem*, o *destino* (e as entidades eventualmente associadas, como o *causador*, o *destinatário*, etc.), o *tempo* e a *velocidade* são factores de enorme relevância.

Na sua definição de movimento, Kracht (2004) chama a atenção para outros factores, para além da deslocação da *figura* no espaço: “Movement is the change of location or orientation of an object in space. Thus, in distinction to location it introduces a time dependency. If I move towards the door, then I change my relative location with respect to the door. Thus, movement is technically described as a function from an interval to

locations, or whatever is used to describe the spatial configuration that we are interested in.” Kracht (2004: 15-29).

É um facto que sempre que uma *figura* se desloca de um ponto para o outro fá-lo num intervalo de tempo determinado. Também é fácil de entender que essa deslocação tem um enquadramento espacial próprio, que inclui obrigatoriamente uma *origem* e um *destino*, como entidades-limite do percurso, bem como todos os componentes, que intervenham, entre a o ponto de *origem* e o ponto de *destino*, no movimento. Vejamos os seguintes exemplos, também fornecidos por Kracht (2004: 15-29):

K2) John walked to the door.

K3) John turned around.

K4) John did a summersault.

Em todas estas frases há a expressão de espaço-temporalidade. Em K2, a *figura* abandona a *origem* e dirige-se para o *destino*, operando-se uma “mudança de centro” (Kracht, 2004:15-29). O componente *destino* funciona também como *objecto de referência*, definindo-se o percurso como a sequência de localizações (ou fases) ocupadas pela *figura* até à localização final (ou fase final). Em K3, a *figura* realiza um movimento rotacional. Ocorre aqui uma alteração de posição no espaço, mas sem que venha necessariamente a ocupar localizações diferentes. De facto, os componentes *origem* e *destino* não estão definidos, o que configura, à partida, um tipo de movimento em que o componente percurso perde relevância. Em K3, produz-se uma alteração do eixo vertical, correspondente a uma inversão da posição relativamente à superfície onde se localiza a *figura*. Também aqui os componentes *origem* e *destino* não estão suficientemente marcados, pelo que o percurso, a ser considerado, se reduz à sequência de estados, mais do que a uma sequência de localizações.

Torna-se evidente que a descrição do movimento pode abrir caminho a múltiplas acepções. Enquanto o tratamento do factor *tempo*, bem como da *velocidade*, levariam a um incalculável número de variantes, que só um exercício matemático de elevada complexidade poderia acompanhar, a análise do percurso, parece-nos ser o caminho mais viável para uma interpretação do espaço dinâmico semanticamente integrada.

3.6.1. Os esquemas de *trajectória*

Para o entendimento do percurso e dos factores descritivos que lhe estão associados, consideramos a perspectiva de Kracht (2004) fundamental.

Para este autor (cf. Kracht, 2004:28), o percurso descreve a forma como um objecto altera a sua posição no espaço. Esta descrição compreende a velocidade e a sequência de localizações. A descrição da velocidade corresponde a uma caracterização do *modo* do percurso. Sabendo nós que um mesmo percurso pode ser realizado de várias maneiras quanto à *velocidade*, uma análise do percurso exclusivamente segundo o parâmetro *velocidade* colocaria problemas a uma sistematização semântica.

Para superar este problema, Kracht (2004) propõe o conceito de *esquema de trajectória* (*Trace*)²⁹, que reúne no mesmo campo de interpretação os factores de localizações sucessivas de um percurso e o seu modo de realização: “There is one path which is unique in that the speed does not change. It remains constant. That path we call a **trace**. Traces are functions from the unit interval (this is the interval [01, 1]) into three-dimensional space. The trace should be thought of a path that has no anchoring in time. It is timeless.” (Kracht, 2004: 28,29).

Kracht propõe a distinção entre *esquemas de trajectória* simples e complexos³⁰. No primeiro caso, o *esquema de trajectória* é definido pelo *objecto de referência*, enquanto o *movimento* realizado pela *figura* coincide com o *percurso* marcado por esse esquema, como acontece nos seguintes exemplos (Kracht, 2004: 31):

K5) John went back and forth along the river.

K6) John went along the river from one end to the other.³¹

Considerando o *rio* segundo um eixo horizontal, e fazendo corresponder a esse eixo uma determinada região, verificamos que em K5) e K6) o percurso realizado pela figura

²⁹ A tradução é nossa.

³⁰ “Modes are path descriptors. There are two kinds of modes. A **simplex mode** takes a landmark and returns a path. A **complex mode** takes a locator and a landmark and returns a path.” (Kracht, 2004: 30).

³¹ “Rivers have a longitudinal axis, and they define traces in the following way. Choose two points at the river and connect them by a line that follows the river. Then that trace is a trace defined by the river. Notice that along does not require the trace to be a complete trace along the longitudinal axis. It could be partial. (However, all along is different.)” (Kracht, 2004 – 30).

coincide nos termos da sua relação inicial com essa *região*, ou seja, a relação espacial entre a *figura* e o *objecto de referência* é *linear*, apesar de em K6) se prever uma rotura, que o advérbio *along* vem cancelar.

No caso dos *esquemas de trajectória* complexos, para além de se verificar a modificação dos termos do percurso em relação à região inicial do movimento, também se define o enquadramento de percurso em função dos outros componentes com relevância para a descrição.

Kracht (2004: 31) defende a existência de seis tipos de *esquemas de trajectória* complexos: estático, co-final, co-inicial, transitório, aproximativo e recessivo.

No estático, o percurso realizado, apesar de não coincidir com a região do *objecto de referência*, nunca se altera em termos da sua relação com essa região; no co-final, a fase da conclusão coincide com a região do *objecto de referência*, o que não acontecia na fase inicial; no co-inicial, o percurso coincide, na fase inicial, com a região do *objecto de referência*, mas não na fase final; no transitório, coincide provisoriamente com a região do *objecto de referência*, o que não acontece nem na fase inicial nem na fase final; no aproximativo, dirige-se para a região do *objecto de referência*, registando-se uma diminuição da distância para que coincida com a região do *objecto de referência* na fase final; no recessivo, regista-se um aumento da distância relativamente à região do *objecto de referência* com a qual coincidia na fase inicial.

Este modelo constitui um instrumento fundamental para a interpretação dos enunciados em que se expressa uma relação espacial dinâmica, na medida em que consegue realizar uma síntese dos modelos de interpretação do dinamismo espacial, ao mesmo tempo que se estruturam, em unidades delimitáveis, os termos desse dinamismo.

O conceito de *esquema de trajectória* também é utilizado no domínio da lógica computacional, quando se tenta construir, em linguagens de programação, o equivalente à organização do espaço que é percebida cognitivamente e representada nas línguas naturais por processos morfológicos específicos. Maaß (1995) chama a atenção para a necessidade de aplicação de um método de descrição de trajectos em tudo semelhante ao da cognição e da linguagem: a leitura do percurso a partir de espaços de informação diferentes ou sequências, o que ele designa por “incremental route descriptions”.³²

³² “Incremental route descriptions are given step-by-step while moving along the path towards the destination, as from a co-driver. Hence, incremental route descriptions in combination with processes of visual perception are ideal for investigating different representation levels of spatial information” (Maaß, 1995: 4).

Pela aplicação dos parâmetros associados à organização do movimento segundo um *esquema de trajectória*, será possível identificar a correlação entre os conceitos que assistem à percepção do movimento e a forma como ocorre a sua verbalização, o que serve o nosso propósito inicial de articular a perspectiva cognitiva com a perspectiva formal da semântica no tratamento da expressão do espaço dinâmico.

4. O ESPAÇO DINÂMICO E A PREDICAÇÃO VERBAL

4.1. Unidades semânticas e unidades morfológicas

A actualização das estruturas conceptuais na estrutura da língua pressupõe que estes dois planos *comuniquem* entre si, isto é, o reconhecimento de elementos de ligação que estabeleçam a *ponte* para tornar possível a representação.

Em contexto de produção de discurso, a linguagem dispõe de regras morfo-sintácticas a que os falantes estão sujeitos, sob pena de tornar impossível a compreensão das mensagens. Mas essas regras não actuam isoladamente: elas dependem, na forma como se organizam, da identificação de factores externos que lhes conferem a validade na representação do mundo, pois, como afirma Peres (1995:54), “as línguas humanas são sistemas de representação do mundo – em termos técnicos, sistemas semiológicos –, que permitem evocar entidades e situações, estejam elas presentes ou ausentes.”

A capacidade evidenciada pela linguagem para “evocar” a realidade, vencendo inclusive as barreiras impostas pelo espaço e pelo tempo, explica-se pela existência de propriedades nas palavras que manifestam uma correspondência com o real, e a que se dá o nome de propriedades semânticas: “Podemos conceber estas propriedades das palavras como correlatos no sistema de representação – a linguagem – de propriedades do sistema representado – o mundo, razão porque lhes chamamos propriedades semânticas, ou seja, dependentes da relação de representação que existe entre a linguagem e o mundo.” (Peres, 1995: 55). Por isso, ao mesmo tempo que é representação, a linguagem é actualização do real.

O estudo da correlação semântica que se manifesta na verbalização centra-se, assim, no estudo das entidades que são envolvidas no processo: as entidades semânticas, propriamente ditas, e as unidades linguísticas que lhes correspondem. Importa conhecer o comportamento destas entidades no contexto da produção de discurso. Para o fazer, há que entender o tipo de influência exercida por possíveis universais semânticos na organização lexical, e que define as matrizes funcionais sob as quais se estruturam as frases.

A aplicação deste primado ao estudo da espacialidade assume particular relevância pelo facto de ser possível, na perspectiva desenvolvida por Talmy (2000b), estudar separadamente os significados e as estruturas lexicais, representados, respectivamente, por entidades semânticas e classes gramaticais: “This study [“Typology and process in concept structuring”] addresses the systematic relations in language between meaning and surface expression. (...) Our approach to this has several aspects. First, we assume we can isolate elements separately within the domain of meaning and within the domain of surface expression. These are semantic elements like Motion, Path, Figure, Ground, Manner, and Cause, and surface elements like verb, adposition, subordinate clause, and what we will characterize as satellite.” (Talmy, 2000b: 21).

A aplicação desta metodologia a um modelo de organização dos conceitos ao nível da linguagem também encontra eco na metodologia adoptada por Peres (1984), quando admite, como igualmente relevantes, o carácter funcional das unidades semânticas e o processo morfológico equivalente: “Deve acentuar-se que a classificação funcional dos constituintes (semântica textual) é autónoma em relação à sua classificação segundo classes de palavras ou partes do discurso. Esta segunda classificação, a que se pode chamar tipológica, tomará como base um critério misto em que se incluirão, por um lado, as funções semânticas predominantes das unidades e, por outro, os processos morfológicos de que as mesmas são objecto.” (Peres, 1984:26).

O que distingue os dois métodos é a forma como são tratados no discurso estes dois componentes. Se, para Talmy (2000b), a preocupação fundamental é a construção de uma matriz cognitiva que assiste à significação, já para Peres (2004), a estratégia vai no sentido de organizar, pela aplicação de parâmetros semânticos, a estrutura argumental patente na estrutura morfo-sintáctica. Estamos em crer que esta distinção, ao invés de incompatibilizar as duas correntes, permite uma abordagem integrada da expressão do *espaço*, significando a sua articulação um contributo que não devemos descurar.

4.2. As estruturas argumentais

Para perceber como é que se organizam morfo-sintacticamente as entidades semânticas, um método privilegiado é o da análise componencial. A partir da estrutura argumental das frases da língua e da identificação dos seus componentes, é possível definir

os termos da relação semântica que se estabelece, no âmbito da representação linguística do espaço, entre os factores cognitivos e os aspectos formais.

A estrutura argumental apresenta uma organização bipartida, formada por dois elementos básicos: de um lado, os predicadores, e do outro lado, os argumentos (cf. Peres e Mória (1995: 43 ss.). “O predicador permite identificar o tipo de situação que falante pretende referir” (1995: 43) enquanto aos argumentos está reservada a função de “indicar as entidades do mundo que estão envolvidas na situação identificada pelo predicador” (1995:43). A actualização do predicador na frase é feita através de um predicado, num processo que pode designar-se por lexicalização, e que consiste na passagem ao nível das unidades lexicais de um componente estrutural.³³

4.2.1. O papel dos predicados

Para Duarte e Brito (2004: 182), “predicar é atribuir propriedades a entidades ou estabelecer relações entre entidades”. Ora, várias categorias predicativas, ou predicados, podem assumir o papel de predicadores, tais como os verbos, os nomes, os adjectivos, os advérbios ou até algumas preposições e conjunções.

Os exemplos P.eM1, P.eM.2 e P.eM.3, fornecidos por Peres e Mória (1995: 44) correspondem a frases em que o elemento predicador é, respectivamente, um predicado verbal, nominal e adjectival:

P.e M.1 Os deputados aprovaram a moção.

P.e M.2 O meu vizinho do lado é professor da Teresa.

P.e M.3 Este vinho é delicioso.

Os predicadores desempenham um papel central no processo de significação, funcionando, por isso, como vector essencial de uma análise sintáctico-semântica integrada das frases. Importa sublinhar que os predicados que se encontram fora desse núcleo continuam a desempenhar funções sintácticas específicas e a funcionar como argumentos, como acontece nos seguintes exemplos (Peres e Mória, 1995: 44):

³³ “Isto quer dizer que a propriedade de ser um predicado é uma propriedade inerente de propriedades lexicais, enquanto a propriedade de ser um predicador é uma propriedade adquirida numa estrutura” (Peres e Mória, 1995: 43).

P.e M.4 O professor da Teresa escreveu um livro.

P.e M.5 O dono da casa serviu um vinho delicioso.

Em P.eM.1, o predicado nominal *professor* está associado ao elemento com função sintáctica de sujeito, apesar do predador da frase ser actualizado no predicado verbal *escrever*, e na segunda frase o predicado adjectival cumpre uma função de modificador de um elemento com função sintáctica de complemento directo, enquanto o predador da frase é actualizado no predicado verbal *servir*.

Normalmente, é ao verbo que cabe a função de predicado nuclear da frase, ou predador. Mas nem todos os predicados verbais com essa função introduzem o mesmo tipo de argumentos: a predicação por eles definida pode variar. Na frase do exemplo 26), o predicado *assistir* reporta-se a um contexto estático, em que as únicas alterações de estado das entidades semânticas correspondentes ao papel sintáctico de sujeito ocorrem num contexto subjectivo (o conteúdo emocional do João e da Rita perante o espectáculo).

26) O João e a Rita assistem ao espectáculo

O mesmo não se pode dizer numa frase como:

27) A Teresa sai da Universidade com os colegas.

Aqui, o predicado verbal *sair* corresponde à descrição de um acontecimento que envolve alteração de localização, o que significa que novos contextos de significação são convocados, e com eles, nova organização morfo-sintáctica. Entendendo o predicado como “uma peça de construção com recortes próprios a que as outras peças têm de se ajustar”, na definição de Peres e Móia (1995: 50), a nossa tarefa consiste na reconstituição dessa estrutura, feita dos argumentos, previsível a partir do predicado e manifestada sob a forma de elementos complementares, ou modificadores.

4.2.2. O predicado verbal e os argumentos

O predicado verbal não é um elemento isolado: ele assume-se como uma estrutura de que é o núcleo, e que requer, para estar completa, um ou mais elementos complementares.

Na acepção de Cunha e Cintra (2000:136), “o predicado verbal tem como núcleo, isto é, como elemento principal da declaração que se faz do sujeito, um verbo significativo. Verbos significativos são aqueles que trazem uma ideia nova ao sujeito. Podem ser transitivos ou intransitivos.”

Ora, reconhecer o verbo como elemento nuclear é o mesmo que reconhecer nele propriedades projectivas, ou extensivas, na estrutura da frase, determinando a quantidade necessária de argumentos para a predicação bem como as respectivas categorias sintácticas ou o tipo de preposições que possam eventualmente fazer a ligação entre o verbo e os argumentos. A relação entre o predicado verbal e os argumentos existe num *continuum*, formando uma sequência lógica que corresponde à estrutura da frase.

Segundo Bechara (2003), a necessidade de controlar a extensão semântica do predicado é suprida pelo tipo de argumentos que ele selecciona para a estrutura argumental que configura a predicação: “O predicado de uma oração pode ser simples ou complexo, conforme o conteúdo léxico do verbo que lhe serve de núcleo. Há verbos cujo conteúdo léxico é de grande extensão semântica; de modo que, se desejamos expressar determinada realidade, temos de delimitar essa extensão semântica mediante o auxílio de outros signos léxicos adequados à realidade concreta. Estes outros signos léxicos que nos socorrem nessa delimitação de extensão semântica do verbo, verdadeiros delimitadores semânticos verbais, se chama *argumentos* ou *complementos verbais*”. (Bechara, 2003: 414-415).

A estrutura argumental de um predicado implica, deste modo, para estar completa, um número previsível de argumentos, os quais se encontram, por sua vez numa relação directa com determinadas funções sintácticas. O predicado *dar*, por exemplo, requer um argumento associado à função sintáctica de sujeito, outro associado à função sintáctica de objecto directo e outro associado à função sintáctica de objecto indirecto. Este nível de estrutura argumental é, como referimos, previsível, permitindo a construção de uma tipologia relativamente estável para todos os verbos da língua. Mais complexa é a tarefa de uma classificação dos predicados verbais em função das propriedades semânticas dos seus argumentos, ou seja, determinada pela “relação de representação que existe entre a linguagem e o mundo.” (Peres, 1995: 55).

4.2.2.1. *Propriedades semânticas e processos de lexicalização*

Quando estudamos os argumentos a partir das propriedades semânticas que os caracterizam, estamos a trabalhar no pressuposto de que ocorreu um processo de lexicalização em que a um significado *x* se faz corresponder uma estrutura linguística *y* equivalente.³⁴

Mas essa correspondência não é necessariamente unívoca. Tal como Talmy (2000b) defende, uma organização semântica complexa pode dar origem a um processo morfológico simples, e uma única entidade semântica pode ter um correlato linguístico complexo: “This relationship is largely not one-to-one. A combination of semantic elements can be expressed by a single surface element, or a single semantic element by a combination of surface elements. Or again, semantic elements of different types can be expressed by the same type of surface element, as well as the same type by several different ones.” (Talmy, 2000b: 21). Torna-se, portanto, fundamental conhecer a relação semântica que se estabelece entre os argumentos e a estrutura morfo-sintáctica que os veicula para identificar regras que possam servir uma eventual matriz proposicional.

A correlação entre os componentes sintácticos e semânticos depende da natureza dos argumentos e das propriedades semânticas que os definem, no seu todo. A estrutura que é composta pelo predicado e pelos seus argumentos é a proposição. Na definição proposta por Peres (1984:36), “do ponto de vista da representação (semântico), uma proposição designa uma qualquer parcela de um qualquer mundo – a que podemos chamar um estado-de-coisas – em que existe pelo menos uma entidade com as suas propriedades ou uma relação entre entidades (Peres, 1984:36).

As propriedades semânticas só são pertinentes se a associação entre entidades diferentes for possível, numa espécie de paralelismo semântico que *organiza* uma rede de significados em linguagem. Segundo Talmy (2000b: 24), “one morpheme’s semantic makeup is equivalent to that of a set of other morphemes has one of the original morpheme’s meaning components.” Da matriz pré-conceptual, obtida por mecanismos cognitivos, parte-

³⁴ “Lexicalization is involved where a particular meaning component is found to be in regular association with a particular morpheme. More broadly, the study of lexicalization must also address to the case where a set of meaning components, bearing particular relations to each other, is in association with a morpheme, making up the whole of the morpheme’s meaning.” (Talmy, 2000b: 24).

se para a matriz composicional. O passo seguinte poderá consistir na construção de moldes proposicionais que abranjam o máximo de realizações possíveis.

Um exemplo dado por Talmy (2000b: 24) para relação semântica a partir de propriedades comuns, e que também se verifica em português, é *matar* e *fazer morrer* (*kill and make die*). A equivalência semântica é possível porque há propriedades comuns: o agente, ou entidade que desencadeia a acção, e o paciente, ou entidade sobre a qual acção é desencadeada. Na mesma perspectiva, é possível estabelecer relações de equivalência com outras unidades completamente distintas apenas com base na partilha de propriedades semânticas das entidades envolvidas: por exemplo, *fazer aparecer* (*make appear*) veicula uma informação diferente mas partilha propriedades semânticas com *matar* (*fazer morrer*).

Talmy (2000b:24), faz corresponder estas propriedades ao conceito de “usage”, isto é, a recorrência da associação de um determinado significado a uma determinada unidade sintagmática. Atentos ao mesmo problema, Peres e Móia (1995:55) recorrem ao conceito de traços semânticos inerentes³⁵, o qual constitui a base para a exploração linguística das entidades envolvidas.

Em ambos os casos, a actualização linguística dos componentes semânticos está dependente de um conjunto de propriedades semânticas selectivas que exercem a sua influência na organização morfo-sintáctica a partir do predicado verbal. Citando Vilela (1995:187), “O verbo, no seu significado potencial deixa indeterminados alguns traços que podem ter um papel específico na frase.” Este autor dá o exemplo dos verbos *matar* e *assassinar*. Enquanto o primeiro deixa indeterminados os traços [\pm intencional | voluntário], o segundo implica sempre a presença dos traços [+intencional | voluntário]. Para reforçar esta ideia, Vilela prossegue (1995: 187): “O verbo, como qualquer outro lexema, transporta um determinado número de traços sémiicos inerentes, e, como elemento construtor da frase, contém propriedades que apontam para determinadas construções: aliás, este enquadramento é tido como pertencente à semântica do verbo.” A estrutura argumental introduzida pelo verbo é, assim, seleccionada previamente, a partir das propriedades semânticas que o caracterizam. O resultado possível é um número finito de proposições.

³⁵ “Os traços semânticos inerentes são, pois, propriedades do plano linguístico que correspondem a propriedades relevantes das entidades que as palavras designam.” (Peres e Móia, 1995: 57).

4.2.2.2. A selectividade semântica

Ao nível da proposição, a estrutura argumental é indissociável do esquema de relações que se estabelece a partir da associação dos traços semânticos das entidades envolvidas. Em termos gerais, este mecanismo manifesta-se na selectividade semântica dos argumentos, uma condição que determina a matriz proposicional desejável para a actualização de um significado particular. Na definição dada por Duarte e Brito (2004: 187), “as propriedades de selecção semântica de um predicador são a enumeração dos papéis temáticos que ele atribui aos seus argumentos”.

Peres e Móia (1984:39) dão o exemplo do predicado verbal *cantarolar*. O argumento requerido pelo predicado para que o enunciado faça sentido terá de ser representado por uma entidade que possua o traço semântico [+humano]. Associado a este traço está um outro, correspondente à função, no acontecimento, da entidade que representa o argumento, neste caso, a função de *Agente*.

Do mesmo modo, na frase *o professor entra em casa*, o predicado *entrar* requer o emprego de dois argumentos, correspondentes a duas entidades distintas. A entidade *professor*, com os traços [+animado], e a entidade *casa*, com o traço [-animado]. Se invertêssemos os termos da proposição: **A casa entra no professor*, a frase estaria semanticamente incorrecta: uma entidade com o traço [+animado] não pode corresponder a um argumento associado ao predicado *entrar* e, ao mesmo tempo, à função sintáctica de complemento circunstancial de lugar (já o inverso já seria possível: na frase *a bola entrou em casa*, uma entidade com o traço [-animado] está associada à função sintáctica de sujeito (devemos admitir aqui o traço semântico [+contentor], requerido pelo predicado *entrar*, para a entidade *casa*). Mas é possível ir mais longe na estrutura argumental. Na frase *o professor entra em casa*, à entidade *casa* está associada a função semântica de *destino*. A identificação semântica passa a ser possível com uma frase como *a Joana dirige-se para passadeira de peões*. Aqui, o segundo argumento (*passadeira de peões*) apesar de possuir um traço semântico diferente da frase anterior [-contentor], corresponde ao que é pedido pelo predicado verbal *dirigir-se para*, mediante o desempenho da função semântica adequada (*destino*). É evidente o paralelismo semântico entre as duas frases.

Do ponto de vista funcional, diríamos que os dois predicados – *entrar* e *dirigir-se (para)* – predicam o mesmo significado. Todavia, verificam-se diferenças importantes entre *entrar* e *dirigir-se (para)*. Estas diferenças radicam no tipo de relação espacial que ocorre

num e noutro caso e que estão marcadas pela natureza do próprio predicado e pela estrutura argumental que introduz.

A capacidade de seleccionar os argumentos confere ao predicado propriedades semânticas matriciais. No caso de *entrar*, além do traço [+direccional], por requerer uma entidade com função semântica de *destino*, devemos assinalar o traço [+concretizado], que requer uma entidade com função semântica de destino consumada. Já o predicado *dirigir-se a* exige uma entidade com função semântica de *destino* não consumada, ou com o traço semântico [-concretizado]. Assim, numa primeira definição, *entrar*, seria um predicado direccional de *destino final*, enquanto *dirigir-se a*, seria um predicado direccional de *destino inicial* ou *intermédio*. Recorrendo aos elementos fornecidos pela percepção, é possível encontrar a argumento que parece faltar a esta estrutura: *o percurso*. De facto, se o verbo veicula a ideia de movimento e direccionalidade e requer uma entidade com o papel de *destino*, e se em frases semanticamente equiparáveis é possível registar níveis diferentes de descrição (um em que se atinge o *destino* e outro em que não se atinge), devemos admitir como elemento fundamental na estrutura argumental de proposições deste tipo o elemento *percurso*. E aqui, como vimos, a influência selectiva do predicado verbal volta a manifestar-se, requerendo diferentes realizações desse percurso.

Em termos cognitivos, quando dizemos *O professor entra em casa*, estamos a dizer que uma *figura* (*o professor*) se move em relação a um *objecto de referência* (*casa*), percorrendo um determinado percurso situado entre uma *origem* (o exterior da *casa*) e um *destino* (o interior da *casa*), encontrando-se, no momento em que é feita a descrição, na fase final desse movimento. Na frase *A Joana dirige-se para a passadeira*, pelo contrário, no momento em que é feita a descrição, a *figura* (*a Joana*) encontra-se na fase inicial ou intermédia do movimento. Do ponto de vista formal, não temos nenhuma unidade específica a marcar o *objecto de referência*, porque esta função semântica não é directamente pedida pelo predicado verbal. Ela surge como uma actualização, na proposição, do esquema imagético que orientou a percepção do movimento. Em sua substituição, a organização morfo-sintáctica recorre a outro tipo de marcadores, passíveis de funcionar como elementos de localização e, a partir da localização, caracterizadores do movimento.

Weinsberg (*apud* Batoréo, 2000)³⁶ designa estes elementos como os marcadores de comportamento espacial, distinguindo o comportamento Locativo (onde?), Ablativo (donde?), Adlativo (aonde? para onde?) e Perlativo (por onde?).

Batoréo (2000) descreve da seguinte forma a teoria de Weinsberg (aplicada ao quadro das preposições espaciais em alemão, romeno e polaco, mas que pode facilmente adaptar-se ao português): “Quanto ao seu esquema metodológico, Weinsberg parte da definição base de uma *Relação Espacial* que deve caracterizar cada oração adverbial de lugar. Trata-se de uma relação que existe entre um *Elemento Localizado* e um *Localizador*, isto é, uma entidade que determina o lugar, como por exemplo, em: *O Pedro anda com a mochila às costas*. Esta relação entre um *Elemento Localizado* (*a mochila*) e um *Elemento Localizador* (*as costas do Pedro*) pode ser denominada como *Localização*. Entre as várias modalidades de localização, o comportamento espacial é o que implica uma maior variabilidade nas construções, na medida em que se pode reportar tanto ao movimento como à ausência de movimento no contexto da relação espacial entre o elemento localizado e localizador. No caso de ocorrer movimento, dizemos que há Latividade, que se realiza como Ablatividade, Adlatividade ou Perlatividade. Quando não ocorre movimento, dizemos que há Locatividade.” (Batoréo, 2000: 405).

Segundo Weinsberg (1973:79, *apud* Batoréo, 2000: 407), “A Adlatividade significa a contribuição do processo para a presença do objecto dentro da área, enquanto a Ablatividade significa tal contribuição para a sua ausência. Trata-se de dois elementos positivos de duas micro-oposições simétricas, em que cada um se liga ao elemento negativo da outra micro-oposição.” Quanto à Perlatividade, corresponde à “deslocação combinada, por um lado, do afastamento de um ponto de fronteira da área de localização e, por outro, da aproximação a um outro ponto da mesma área.” (Weinsberg, 1973:72, *apud* Batoréo, 2000: 407). No desenvolvimento desta teoria, Weinsberg chega a um quadro de preposições e locuções prepositivas correspondente à realização morfológica dos conceitos espaciais de localização e movimento.

Existe uma relação muito estreita entre os marcadores espaciais, como advérbios, preposições e locuções preposicionais, sobretudo estes últimos, e o uso que deles faz o falante, daí haver tendência para identificar esta ou aquela preposição com esta ou aquela função semântica. Os gramáticos referem-se muitas vezes a elementos dizendo que *indicam*

³⁶ A dificuldade em aceder a traduções dos originais em polaco dos trabalhos de Adam Weinsberg obrigou-nos a limitar as fontes do seu contributo teórico para este estudo às citações de Batoréo (2000).

a *localização* ou que indicam o *movimento*, e o falante domina esse potencial de significação. A partir do quadro geral de preposições de espaço, apresentado por Pontes (1992: 30) para o Português do Brasil, é fácil chegar ao essencial deste mecanismo.

O quadro III sintetiza a grande variedade de realizações possíveis de marcadores preposicionais de espaço.

Significado	Posição	Movimento		
		Princípio	Meio	Fim
+ específico (marcado)	entre	desde	por	até
+ geral (não marcado)	em	de		prá

QUADRO III – Quadro geral das preposições de espaço de Pontes

Isso só é possível porque se baseia num conceito fundamental: para a realização destes elementos numa estrutura morfológica, é necessário que se verifiquem condições, ao nível da percepção, que as viabilizem. O conhecimento dessas condições permite prever, na estrutura da frase, a presença de propriedades semânticas que vão influenciar o tipo de descrição. No caso da localização, essas condições correspondem à relação topológica dos objectos envolvidos. Já no caso do movimento, a leitura tripartida que este quadro reflecte remete para sequências, já que pressupõe alteração das relações espaciais iniciais. Admitir a possibilidade de início, meio e fim é reconhecer que a preposição não actua isoladamente sobre a frase: ela integra uma estrutura que lhe vai afirmar as propriedades que transporta. Ou seja, junta-se ao argumento principal que o verbo veicula.

Como acabámos de ver, numa predicação a expressão de movimento faz uso de um conjunto de elementos que derivam das entidades semânticas de movimento mas que se manifestam também ao nível morfo-sintáctico, para designar o *local*³⁷, a *origem*³⁸, o *destino* e o *percurso*. Assim, o elemento locativo corresponde ao local da predicação, a origem ao local que a predicação assume como local de origem, o destino ao local, ou ponto, onde termina a predicação, o percurso, ao local que é percorrido na predicação. (cf. Longacre, 1996: 161-162).

³⁷ O elemento locativo reporta-se sobretudo a descrições estáticas: “This role is more limited in distribution than source, path and goal, which replace in it in many frames. The locale of a predication is the place where the predication takes place without implying motion to, from, or across the space indicated.” (Longacre, 1996: 161-162).

³⁸ Ou fonte, em Longacre (1996).

O papel semântico desempenhado por estes elementos nas frases de movimento tem o seu correlato sintáctico habitualmente preenchido por complementos circunstanciais de lugar e, no caso do percurso, este pode ser expresso pelo próprio verbo, possibilidade que analisaremos mais à frente.³⁹

É interessante verificar como se combinam perfeitamente neste enquadramento teórico os modelos cognitivos das relações espaciais com os seus correlatos morfológicos. As preposições são argumentos regidos directamente pelo predicado. A selectividade semântica do verbo, manifestada a este nível, é mais um indicador da sua influência sobre a estrutura argumental no seu todo. Por essa razão, entendemos legitimar-se a nossa acepção de que o predicado pode conter, na sua natureza semântica, a informação necessária sobre a caracterização do movimento, sendo possível construir uma tipologia dos predicados verbais, à semelhança do quadro das preposições de Weinsberg. Mediante a aplicação dessa tipologia à caracterização das fases do percurso, que equivale, em última análise, ao comportamento espacial de Weinsberg, obteremos o quadro das matrizes proposicionais do espaço dinâmico.

4.3. Os primitivos semânticos

A natureza estática ou dinâmica da representação verbal decorre do tipo de relação espacial que se estabelece entre duas entidades: uma que serve de referência à localização – ou descrição, no caso do movimento – outra que é localizada ou da qual se descreve o trajecto percorrido a partir de uma *origem* até um *destino*. Mas a correspondência linguística a essa ordem de acontecimentos não deve ser vista em termos absolutos. Ela depende da forma como estes são actualizados, ou seja, a oposição estático-dinâmico existe primeiro ao nível dos esquemas conceptuais, e só então se produz a realização sintáctico-semântica que lhe dá forma.

Para Lipsky (1994), é na actualização em enunciados que se manifestam as propriedades de estatismo ou dinamismo e não nas particularidades inerentes ao tipo de verbo ou ao morfema verbal, e esta actualização introduz um parâmetro essencial : *o tempo*.

³⁹ Longacre (1996) reconhece outras particularidades ao elemento percurso que merecem aqui destaque, “Path is the locale or locales transversed in motion and other predications; the transitory owner. Path alone among the cases has the possibility of occurring several times in the same clause: John travelled from Frankfurt to Naples via Geneva , Milan and Rome. The path may be specified all by itself with a motion verb like as *The boat drifted across the river*. Or it may occur in conjunction with source and goal: *The boat drifted across the river from the left to the right bank*. Likewise with propulsion verbs we may specify either path by itself, goal by itself, or path and goal.” (Longacre, 1996: 163-164).

Este pressuposto leva-o à seguinte conclusão: “De tout cela, nous voudrions conclure à l’impossibilité de donner une définition sémantique du verbe. On n’accordera au verbe comme ‘partie du discours’ q’un statut morpho-syntaxique. (...) c’est parce que la construction morpho-syntaxique du verbe prend elle-même du temps que le verbe peut être à la base de l’expression du temps dans le discours.” (Lipsky, 1994: 283). A representação dos acontecimentos do mundo reporta-se uma linha de tempo, mas ela só é parametrizável se a entendermos a partir do espaço e das relações que, nas regiões que o definem, estabelecem entre si as entidades semânticas e que o verbo expressa.

Devemos entender o problema do estatismo ou dinamismo dos predicados à luz da espaço-temporalidade que estes manifestam. Para isso, importa aplicar critérios de interpretação abrangentes que possam controlar as realizações em função da natureza espaço-temporal do verbo, entendido no seu valor semântico primitivo e na sua actualização em enunciados.

A proposta de classificação dos predicados apresentada por Peres (1984), desenvolvida como síntese das propostas tipológicas da Gramática Funcional e da Gramática de Casos, resulta da aplicação de dois parâmetros fundamentais: causalidade e mudança⁴⁰. Neste sentido, qualquer predicado conterà, à partida, os traço semânticos [\pm Causativo] e [\pm Mutacional]. Em função destes parâmetros, Peres (1984) obtém um quadro tipológico composto por predicados accionais, processuais, posicionais e estativos.

Para o estudo das proposições que envolvem movimento, interessam-nos sobretudo os predicados accionais e processuais, por serem aqueles em que se verifica “uma qualquer mudança no intervalo de tempo da sua duração.” (Peres, 1984: 86). A única diferença entre estes dois tipos de predicados reside na existência, ou não, de uma entidade causadora da mudança (respectivamente predicados accionais e processuais). Por se tratar de predicados

⁴⁰ Para as frases de movimento o parâmetro mudança é fundamental. Na medida em que a descrição espacial dos objectos baseada na sua relação geométrica não abrange todos os tipos de relações espaciais, é necessário fazer intervir, aqui, o factor *sequência*, que acompanhe o trajecto da figura na deslocação. Além disso, ao admitirmos a sequência, estamos em posição de prever a existência das outras entidades que configuram o movimento (e o trajecto), como a origem e o destino. Segundo Herzog (1995), “The notion of change is central for the dynamic use of spatial prepositions. Dynamic localizations characterize a change of location | relative to the RO | caused by the directional motion of the LE. A common way to tackle such predications is to view them as a sequence of different static localizations (...) A predication denoting a goal-oriented dynamic relationship covers the whole interval in which the continuous transition from a low to a high degree of applicability of the corresponding static relation can be observed. Dynamic topological relations related to the source of a movement are defined in a similar way. Instead of an increase, a continuous decrease of the degree of applicability of the corresponding static relation.” Herzog (1995: 8-9).

que designam uma alteração dos termos da relação espacial, estão associados à descrição de um acontecimento.

A importância do parâmetro *causalidade* na espacialidade é menor, se comparado com a *mudança*. De facto, a distinção entre um acontecimento que envolve uma acção e um acontecimento que envolve um processo não é pertinente, se a nossa preocupação for a de descrever a localização ou as alterações de localização da entidade correspondente à figura, num determinado percurso e num intervalo de tempo particular. Nas frases, *As ondas galgaram o muro da marginal* ou *Os rapazes atiraram a bola por cima do muro*, a informação que nos interessa é a que se refere à mudança, ou mais precisamente, à deslocação de uma *figura* de um ponto e instante *x* para um ponto ou instante *y*, num percurso *z*, relativamente ao *objecto de referência*. A possível descrição de um *causador* antecede esse acontecimento, devendo o argumento que representa ser entendido como secundário ao núcleo da proposição. O mesmo se pode dizer da presença de um beneficiário. É na *mudança* e não nas razões ou consequências da *mudança* que radica o acontecimento espacial. Segundo Peres (1984: 88), “considera-se que há uma mudança de estado-de-coisas se e só se dois estados-de-coisas ocorrem em sucessão temporal e um é contraditório ao outro”. Fora desta sequência, portanto, os possíveis acontecimentos têm carácter paralelo, ou acessório.

Aprofundando a aplicação deste critério mediante a aferição das condições de verdade dos predicados com recurso à representação lógica da informação veiculada, Peres chega a dois predicados primitivos: PERMANECER e ACONTECER, do qual derivam todos os outros. A estes dois predicados primitivos o autor chega a um terceiro: CAUSAR, como resultado da aplicação do parâmetro causalidade.

Em síntese, segundo a proposta de classificação de Peres (1984), um predicado pode ser Estativo, Posicional, Processual ou Accional, pode incluir os traços [\pm Mutacional] e [\pm Causativo] e apresentar um aspecto durativo (correspondente ao primitivo semântico PERMANECER), incoativo (correspondente ao primitivo semântico ACONTECER), ou o valor causativo (correspondente ao primitivo semântico CAUSAR). (Peres, 1984:99).

A actualização desta tipologia traduz-se na conjugação das propriedades evidenciadas nos primitivos semânticos, que veicula, a partir de cada uma das classes de predicados e da combinação destas com os traços semânticos inerentes dos argumentos – e funções associadas às entidades que os representam –, os moldes em que a proposição se organiza.

Adoptaremos esta proposta de classificação como ponto de partida para uma configuração específica das matrizes proposicionais que estão na base da expressão do espaço dinâmico. No desenvolvimento que faremos desta tipologia, seguiremos de perto a classificação de Peres (1984), sem deixar de propor algumas variantes, sempre que se revele serem necessárias à exploração desta problemática no âmbito do objecto de estudo a que nos propusemos.

4.4. Moldes proposicionais

Na acepção defendida por Lopes (1972: 89), “para que, em português, estejamos perante uma proposição é (...) normalmente necessária a presença de uma forma verbal *finita* (ou verbal propriamente dita)”. A esta forma verbal, que corresponde ao sintagma verbal, poderão associar-se outros elementos, cuja função é contribuir, no quadro da estrutura linguística que integram, para completar a informação. Este processo traduz-se em moldes proposicionais de natureza sintáctica, mediante a junção de determinados sintagmas nominais ou complementos ao verbo principal, ou semântica, mediante a organização de argumentos a partir do predicado nuclear da frase. No fundo, “o *molde proposicional* é a pergunta, geralmente inconsciente, a que se responde ao produzir a proposição.” (Lopes, 1972: 90).

A nossa capacidade de verbalizar o real ao ponto de tornar eficazes as mensagens produzidas na enunciação depende do domínio da estrutura linguística correspondente. Segundo Vilela (1999: 32), “a semântica de uma construção sintáctica resulta não só da natureza dos lexemas, mas também do modo como eles se combinam.” Com efeito, em cada frase da língua processa-se uma importante articulação entre o que está para além da língua e aquilo que, na sua estrutura interna, existe como possibilidade de provocar a necessária extensão de sentido para que a realidade seja representada. É o mesmo autor quem afirma: “Os significados, além da representação da realidade em classes semânticas, configuram também as classes dos potenciais ‘partners’, que, como lugares vazios, são partes constituintes do significado frásico.” (Vilela, 1999: 32).

É possível, portanto, prever, a partir do argumento nuclear constituído por um verbo, os argumentos que este selecciona para completar a proposição.⁴¹

Para a realização linguística dos conceitos espaciais de movimento, o predicado verbal é determinante, na medida em que é a partir dele que se estruturam na proposição os argumentos, organizados sobre as propriedades semânticas das entidades envolvidas e a correspondente actualização morfo-sintáctica. Quando falamos de entidades semânticas e das suas propriedades, estamos a falar do universo de funções que podem desempenhar, universo esse que é restringido pelo verbo, na descrição de um acontecimento concreto, convocando para a estrutura semântica da frase apenas as entidades a partir das quais possam ser desempenhadas determinadas funções. O mesmo acontece com o processo morfológico: dada a correlação que se verifica entre o plano das unidades linguísticas e o plano dos significados, também a este nível se exerce a influência do predicado verbal.⁴²

Torna-se então necessário, para compreender a forma como se processa a representação linguística do movimento nas suas múltiplas vertentes, e assim chegar a um molde proposicional abrangente, determinar: 1) as entidades semânticas envolvidas; 2) os traços semânticos essenciais inerentes a essas entidades; 3) as funções semânticas que podem estar associadas a essas entidades; 4) a natureza semântica do predicado verbal; 5) a caracterização semântica do predicado verbal, em função da combinação das propriedades semânticas, e respectivas funções, das entidades que integram os argumentos por ele introduzidos.

As entidades semânticas envolvidas correspondem às entidades básicas de uma relação espacial dinâmica – *figura e objecto de referência*, e às entidades que intervêm na realização do *esquema de trajectória* - a *origem*, o *destino* e o *percurso*. As entidades que fazem parte de uma estrutura secundária, ou acessória, o *causador* e o *beneficiário*, curiosamente, são as únicas que têm um correspondente morfo-sintáctico definido, respectivamente, *sujeito* e *complemento indirecto*. *Origem*, *destino* e *percurso*, morfológicamente são unidades flexíveis e dependem dos marcadores de espaço utilizados, geralmente preposições ou locuções preposicionais. *Figura* e *objecto de referência* (*elemento localizador* e *elemento localizado* na perspectiva de Weinsberg) são entidades

⁴¹ As estruturas básicas da realidade (= estados de coisas básicos) são configuradas em tipos semânticos frásicos (ou proposições).” Vilela (1999: 305).

⁴² Outro factor a considerar é o número de argumentos. O argumento nuclear, correspondente ao predicado verbal, requer, para que a ideia que se pretende veicular a partir dele (a descrição, no caso dos acontecimentos espaciais) esteja completa, um número variável de argumentos.

ambíguas do ponto de vista morfo-sintáctico, e requerem, para ser realizadas na frase, a conjugação de todas as outras. Só articulando as entidades semânticas com a unidades lexicais se produz o sentido, e só nessa altura se reconhece, na estrutura linguística, a importância que ao nível pré-conceptual já se reconhecia a estas entidades.

Os traços semânticos essenciais inerentes a estas entidades são: [\pm animado] | [\pm móvel] | [\pm localizado] | [\pm dirigido] (preferimos não incluir neste grupo o traço [\pm controlado] e [\pm causador] por serem aplicáveis apenas, respectivamente, ao âmbito da diferenciação entre *acção* e *processo* e à identificação de uma estrutura argumental secundária ao movimento).

As funções semânticas que podem estar associadas a essas entidades são, *local*, *origem* e *destino*, enquanto a natureza semântica do predicado verbal pode ser [\pm direccional] | [\pm concretizado].

A classe semântica dos predicados accionais ou processuais admite dois níveis de realização, ou melhor, duas leituras de realização do espaço dinâmico: uma decorrente da interacção entre os argumentos *origem*, *destino* e *local* na descrição da sequência de localizações da *figura* em relação ao *objecto de referência*, outra decorrente da definição do *esquema de trajectória* no percurso equivalente a essa sequência.

A segunda leitura apresenta-se como uma *especialização* da primeira, porque permite organizar a informação ao nível das fases do percurso⁴³.

O Quadro IV representa uma proposta de tipologia do conjunto de predicados e entidades semânticas possíveis na expressão dinâmica do espaço, segundo a acepção que acabámos de desenvolver.

A diferença mais evidente relativamente à abordagem do ponto de vista estrito do movimento reside, aqui, na introdução da visibilidade do traço [\pm direccional] e [\pm concretizado], aplicado aos predicados locativos de percurso, respectivamente predicados direccionais e predicados de percurso, de acordo com a proposta que apresentamos.

⁴³ O que Weinsberg designa como “comportamento espacial do elemento localizado e do elemento localizador” (Cf. Batoréo, 2000).

MOVIMENTO					
Predicados accionais /processuais					
+ mutacionais					
Figura	Objecto de Referência	Origem	Destino	Local	[...]
+ móvel	± dirigido ± alterado	± dirigido	± dirigido	-dirigido	± dirigido
PERCURSO					
Predicados locativos					
+ localizado	± dirigido ± alterado	Predicados direccionais		Predicados de percurso	
		[± direccional]		[± concretizado]	

QUADRO IV– Predicados e entidades semânticas da expressão do espaço dinâmico

Nas próximas secções ensaiaremos a construção de matrizes proposicionais segundo o enquadramento teórico desta tipologia, contemplando a necessária distinção entre proposições de movimento, num domínio mais lato, cujos predicados são assistidos por um primitivo semântico accional/processual, e proposições de percurso, em que intervêm predicados locativos, num domínio mais específico da expressão do espaço dinâmico.

4.4.1. Proposta de um molde proposicional de *movimento*

Uma proposição de movimento, formada a partir de um predicado verbal – argumento nuclear que introduz um ou mais argumentos secundários – resulta da actualização dos primitivos semânticos de acção e de processo, em contextos em que intervêm as entidades cujas propriedades semânticas, e pelas funções semânticas que desempenham, traduzem uma relação espacial dinâmica, ou seja, a deslocação de uma *figura* no espaço, num intervalo de tempo determinado, relativamente a um *objecto de referência*. A nossa proposta vai no sentido de elaborar uma matriz que abranja todas as possibilidades

de realização de uma proposição em que se verifiquem as condições necessárias para que esses primitivos sejam actualizados nos referidos contextos.

O predicado verbal, enquanto argumento nuclear, exerce em dois eixos distintos a sua influência sobre a estrutura proposicional: por um lado, requer que sejam actualizadas naquela proposição as propriedades semânticas primitivas desse predicado, convocando, para o efeito, argumentos complementares, por outro, que sejam cumpridas na estrutura argumental as funções semânticas que estão associadas às entidades semânticas intervenientes.

Para o primeiro eixo propomos as designações de *localização estática*, *localização dinâmica*, *movimento evolutivo* e *deslocação*. Para o segundo eixo, correspondente aos argumentos funcionais, propomos as designações *local*, *origem*, *destino* e *argumentos não marcados*, ou seja, aqueles em que a descrição não contém dados que permitam identificar qual o tipo de relação dinâmica que se estabelece entre a *figura* e o *objecto de referência*. Examinaremos detalhadamente nas secções seguintes estes conceitos.

4.4.1.1. Localização estática

Representam proposições de localização estática aquelas que descrevem um acontecimento em que a *figura*, no momento da descrição, não altera a sua posição no espaço, embora esteja na condição de o fazer a qualquer momento ou se perceba que o tenha feito num tempo anterior à descrição. O *objecto de referência* apresenta o traço [-dirigido], logo, não se manifesta nem a entidade *origem* nem a entidade *destino*. O único argumento funcional a intervir aqui é o argumento *local*. Vejamos dois exemplos:

LE1 Os alunos ficam na sala

LE2 O livro está em cima da mesa

Em LE1, a *figura* (*os alunos*) ocupa uma posição no espaço provisória. A qualquer momento os *alunos* podem abandonar a sala. No entanto, no momento da descrição, a sua

posição relativamente ao *objecto de referência* (*sala*) está identificada e não sofre alterações.⁴⁴

Em LE2, *o livro está em cima da mesa* pelo facto de alguém o ter colocado lá, num momento anterior à descrição, e pode, igualmente, a qualquer momento ser retirado.

Trata-se, portanto, de situações provisórias de movimento que descrevem uma relação espacial dinâmica, ou potencialmente dinâmica.

4.4.1.2. *Localização dinâmica*

Sempre que existam dados que nos permitam perceber que a *figura* sofre uma alteração da sua posição no espaço, mas sem que defina em concreto a relação espacial dinâmica que estabelece com o *objecto de referência*, falamos de proposições de localização dinâmica. O argumento funcional em presença é novamente o argumento *local*, apesar de se verificar uma correspondência explícita com outros argumentos (paralelos) que confeririam direccionalidade à proposição. Os exemplos seguintes ilustram esta situação.

LD1 A abelha voa sobre a flor

LD2 A Joana e o Carlos dançam na discoteca

Em LD1, pelo nosso conhecimento do mundo, sabemos que a *figura* (*abelha*) abandonou uma posição de origem *x*, e alcançará uma posição de destino *y*, porque o voo pressupõe essa realidade, mas a descrição do movimento não inclui esses argumentos. A localização da *figura* (*abelha*) em relação ao *objecto de referência* (*flor*) não introduz nenhuma sequência, respondendo mais a um sistema de orientação vertical, e segundo o qual, no momento da descrição, a posição no espaço não sofre alterações.

Em LD2, também sabemos que se regista alteração de posições, pois dançar não é, para *a Joana* e para *o Carlos*, o seu estado natural, logo, houve necessariamente a passagem a esse estado e o regresso a um possível estado anterior. Contudo, na descrição não é a informação desse acontecimento que é veiculada, mas sim o que ocorre no espaço e no intervalo de tempo em que se passou a considerar que *o Carlos* e *a Joana* dançam. Ora, nada

⁴⁴ Teixeira (2001) corrobora esta perspectiva: “Sem querer fazer paradoxos, pode, portanto, dizer-se que *ficar* se pode enquadrar no âmbito dos verbos de movimento. É o zero do movimento. Representa um estado de coisas estático mas que implica um movimento (ainda que potencial). É um não-movimento que só o pode ser através de um movimento que necessariamente tem que se lhe contrapor.” (Teixeira, 2001-3:10).

nos é dito em concreto sobre as possíveis sequências desse movimento (podem inclusive dançar sem abandonar o mesmo ponto), apesar de, potencialmente, elas serem possíveis.

4.4.1.3. *Movimento evolutivo*

Uma proposição veicula a ideia de movimento evolutivo quando se percebe que há alteração, em sequência, da posição da *figura* no espaço e simultaneamente uma alteração da relação espacial entre a *figura* e o *objecto de referência*, sem que essa alteração signifique que se concretizou uma passagem de uma região a outra. O *objecto de referência* apresenta um traço semântico [+dirigido] o que implica normalmente a presença da entidade *origem*, *destino* ou ambas, manifestando-se, em consequência, o argumento funcional correspondente a uma delas. Pode acontecer que nenhuma dessas entidades esteja marcada, como em ME5 e ME6 (excepcionalmente, o traço semântico associado ao *objecto de referência* é nestes casos [-dirigido]). O que confere direcionalidade à proposição é a natureza semântica do predicado.⁴⁵ Consideramos este tipo de argumentos, à semelhança das frases de LD, *argumentos não marcados*. Atentemos nos seguintes exemplos:

ME1 O velejador afasta-se da costa.

ME2 O avançado de centro dirige-se para a baliza.

ME3 O autocarro aproxima-se da paragem.

ME4 As crianças chegam à escola.

ME5 Os turistas caminham pela serra.

ME6 A Joana parte hoje.

Em M1, a *figura* (o velejador) altera a sua posição no espaço e também a sua relação espacial com o *objecto de referência* (a costa), na medida em que na descrição se inclui a modificação do valor distância. Isto acontece porque intervém o argumento *origem*, aqui em

⁴⁵ A diferença entre ME5 e LD2 (*A Joana e o Carlos dançam na Discoteca*) resulta do tipo de argumento que é seleccionado pelo predicado. Enquanto dançar não requer um argumento específico, raramente admitindo um argumento funcional de origem ou de destino –uma construção como *dançar através do palco*, ou *dançar desde a entrada da discoteca até à saída*, apesar de possível, não é tão aceitável como *caminhar através da serra*. Já, *caminhar deste a estrada até ao cume da serra*, não seria tão correcto. A explicação reside no carácter *perlativo* (cf. Weinsberg, *apud* Batoréo, 2000) do argumento requerido pelo verbo.

coincidência com o *objecto de referência*. Em M2, M3 e M4, o processo de descrição é idêntico, apenas diferindo no tipo de argumento, que passa a ser o argumento *destino*.

Em M5, a descrição do movimento fornece-nos informação sobre a alteração da posição da *figura* no espaço (*turistas*) e também da alteração da relação espacial da *figura* com o *objecto de referência* (*serra*), mas nada nos é dito, em concreto, sobre as várias posições que vão sendo ocupadas. Não sendo definidas essas posições, o *argumento* pode ser considerado um *argumento não marcado*.

Em M6 está presente a ideia de alteração de posições, bem como a alteração da relação espacial da *figura* (*Joana*) com o *objecto de referência* (Local *x*), mas a descrição, ao invés de incidir sobre a sequência do movimento, reporta-se ao acontecimento em geral, assumindo uma configuração assertiva.

4.4.1.4.Deslocação

Consideramos que existe deslocação quando se percebe que há alteração, em sequência, da posição da *figura* no *espaço* e simultaneamente uma alteração da relação espacial entre a *figura* e o *objecto de referência*, significando essa alteração simultaneamente a concretização da passagem de uma região a outra. O *objecto de referência* apresenta o traço semântico [+dirigido], [+alterado], o que implica *sempre* a presença da entidade *origem*, *destino* ou de ambas, manifestando-se, em consequência, o argumento funcional correspondente a uma delas.

MD1 Os dois amigos saem do restaurante

MD2 O operário desce do escadote

MD3 A Maria vem de casa da Vera

MD4 A Rita sobe para o cavalo

MD5 O António regressa a casa ao fim do dia

Nestas proposições, verifica-se que a sequência de localizações não se traduziu na simples alteração da posição da *figura* no *espaço* (*amigos*, *operário*, *Maria*, *Rita* e *António*). Ela implicou a passagem de uma região a outra, tendo intervindo, em MD1, MD2 e M3 o argumento funcional *origem*, e em M4 e M5, o argumento funcional *destino*.

4.4.2. Proposta de um molde proposicional de *percurso*

Na secção anterior, interpretámos as relações espaciais dinâmicas com base no traço semântico [\pm dirigido] do *objecto de referência* e no tipo de argumento funcional predominante. Estes elementos, reforçados com a identificação, nalguns casos indispensável, da natureza semântica do predicado, permitiram-nos estabelecer uma organização da matriz do *movimento* em quatro grupos: *localização estática*, *localização dinâmica*, *movimento evolutivo* e *deslocação*.

Se para a determinação do carácter dinâmico deste tipo de proposições esta matriz nos parece ser suficiente, designadamente na definição do tipo de relação espacial em presença, já no que se refere à definição do esquema de trajectória, ou seja, a descrição do percurso nas fases sucessivas da deslocação, entendemos justificar-se a adopção de outra matriz, exclusivamente atenta a esta problemática.

Para a matriz proposicional de percurso, propomos duas novidades essenciais: o reenquadramento das diferentes entidades semânticas da relação espacial e a revalorização do papel do predicado verbal no processo morfológico de representação. A primeira destas novidades consiste na redução da configuração semântica da frase à entidade *percurso*, abandonando a perspectiva dos critérios de traços semânticos do *objecto de referência* e de argumentos funcionais em favor de uma perspectiva centrada nos traços semânticos do *percurso*. A segunda novidade consiste no reconhecimento, ao predicado verbal, de propriedades semânticas decorrentes do primitivo semântico que o assiste (e a que já aludimos quando abordámos as realizações de localização dinâmica), reforçadas pela sua capacidade de expressar essas propriedades no processo morfológico de representação.

A investigação desenvolvida por Weinsberg (Cf. Batoréo, 2000) sobre os prefixos e preposições espaciais no alemão, no polaco e no romeno, e o carácter interlinguístico destes sistemas chamou a atenção para tendência, na língua polaca, para a redundância dos marcadores espaciais resultante da ocorrência simultânea de um prefixo verbal e de uma preposição. Frases do português como *descer as escadas* ou *atravessar a ponte a pé*, têm um correspondente polaco equivalente a **descer das escadas* ou **atravessar a pé através da ponte*. (Cf. Batoréo, 2000: 403). Este tipo de redundância, ou pleonismo, é bastante frequente no português, sendo considerado um vício de linguagem quando não se encontra em contexto literário. Em frases como *parece-me a mim*, *ofereço-te a ti*, a repetição da unidade lexical com valor pronominal é explícita, bem como o papel sintáctico de

complemento indirecto desempenhado pelo pronome. Já nas frases como as do exemplo identificado por Weinsberg, ou noutros exemplos do português, como *subir para cima* ou *descer de cima*, *descer para baixo*, *entrar para dentro*, etc., a repetição procede da expressão de unidades sintácticas diferentes: o predicado verbal e o complemento circunstancial de lugar. Ora a repetição, neste tipo de frases, é fundamentalmente de ordem semântica, pois o verbo integra as propriedades correspondentes ao argumento movimento, [+mutacional], mas também ao percurso em que se realiza esse movimento, contendo informação sobre o argumento *origem* ou *destino*. A entidade *percurso* é representada por um esquema de trajectória em que a *figura* ou passa completamente de uma região a outra, pelo que o traço semântico associado ao predicado, nestes casos é [+direccional]) e [+concretizado]⁴⁶, ou se limita à modificação da sua relação espacial com o objecto de *referência*, em função do aumento ou diminuição da distância, apresentando o traço semântico [+direccional]) e [-concretizado].

Esta acepção segue muito de perto um dos conceitos-chave proposto por Talmy (2000a) para a análise das frases de movimento do ponto de vista da natureza semântica do verbo principal: o termo *conflation*, que, recorrendo à tradução de Batoréo (2000) designaremos por fusão de significado. Este conceito, aplica-se, segundo aquele autor, aos casos em que o verbo principal da frase exprime, para além da ideia de **movimento**, a ideia de *modo* (*Manner*), *causa* (*Cause*) ou *percurso* (*Path*). O acontecimento correspondente a cada um destes componentes corresponderia à descrição de um evento secundário (*co-event*), contido no verbo. A verificação deste conceito em diferentes famílias linguísticas permitiu perceber que o processo de lexicalização do espaço dinâmico não é o mesmo em todas as línguas, embora seja comum a todas a ocorrência de uma estrutura argumental idêntica a partir do predicado verbal. Talmy (2000a) concluiu, por exemplo, que o espanhol privilegia as construções em que existe fusão de significado, no verbo, entre o valor de *movimento* e de *percurso*. Esta característica também se regista no português, uma língua da mesma família linguística do espanhol e com uma organização similar em numerosos aspectos.⁴⁷

Para a nossa proposta de matriz proposicional de percurso, teremos em conta a informação contida no verbo. A partir dessa informação, distinguiremos três variantes de

⁴⁶ Exceptuam-se, é claro, as proposições em que o verbo aparece no tempo futuro. Aí, o traço semântico associado já seria [-concretizado], dando origem a uma nova predicação e, em consequência, a um predicado diferente.

⁴⁷ Como sublinha Batoréo (1997): “As direcções privilegiadas na expressão conjunta do Fundo e da Direcção, em Português, são a Aproximação ao Alvo, o Movimento efectuado *para dentro* de um Contentor, assim como o Movimento a este oposto, ou seja, o efectuado *para fora*.” (Batoréo, 1997:127).

percurso possíveis: *percurso zero*, *percurso de origem* e *percurso de destino*, correspondendo a primeira ao nível 0 do valor de *percurso* e as outras aos níveis -1, -3 e 1 e 3, respectivamente. Os valores -2 e 2, correspondentes a posições intermédias, não serão preenchidos. A sua realização equivale a uma descrição em que a informação sobre a *origem* ou o *destino* é ambígua, pelo que entendemos preferível marcar apenas a fase inicial ou a fase final do *movimento*, na definição do respectivo *esquema de trajectória*.

4.4.2.1. *Percurso zero*

O primeiro exemplo que escolhemos para os predicados de *localização estática* (*os alunos ficam na sala*) adequa-se à caracterização de um predicado locativo de *percurso zero*. A região ocupada pela *figura* equivale ao ponto 0 do *percurso*. A *figura* apresenta-se como [+localizada], mas o *objecto de referência* é [-dirigido], pelo que o predicado se configura como [-direccional] e [-concretizado]. O movimento, aqui, tal como para o conceito de *localização estática* da matriz proposicional anterior, é um movimento potencial, podendo manifestar-se a qualquer momento as propriedades direccionais definidoras do *percurso*.

Como se trata de determinar o *percurso* e não apenas movimento, a atribuição de uma marca direcciona potencial é aplicável ao predicado *ficar*, mas já não o é ao predicado *estar*. A leitura de *percurso*, para as frases com este predicado, exigiria uma antecipação da descrição do movimento e não apenas do acontecimento.

4.4.2.2. *Percurso de origem*

São exemplos de predicados locativos de *percurso de origem* os que se encontram nas seguintes proposições:

MD1/ PO1 Os dois amigos saem do restaurante.

MD2/PO2 O operário desce do escadote.

ME1/PO3 O velejador afasta-se da costa.

MD3/PO4 A Maria vem de casa da Vera.

ME6/PO5 A Joana parte hoje.

Em MD1/PO1 e MD2/PO2, o *objecto de referência* apresenta um traço [+dirigido], pelo que estamos em presença de um predicado [+direccional] e simultaneamente [+concretizado], pois pelo facto de veicular a informação de que a *figura* abandonou completamente a região do *objecto de referência*, a fase do esquema de trajectória que é marcada é a fase final.⁴⁸

Em ME1/PO3, MD3/PO4 e ME6/PO5, a informação remete para uma fase inicial do percurso, ou seja, a *figura* ainda não abandonou a região ocupada pelo *objecto de referência*, ou, tendo-a abandonado num acontecimento precedente, fá-lo num esquema de trajectória em que não se altera a relação com o *objecto de referência* (que continua a ser a *origem*), relegando-se para o campo das previsibilidades uma nova relação espacial, desta vez de destino. Assim, o predicado apresenta-se como [-concretizado].

Consideramos os primeiros exemplos realizações de *percurso de origem-3* e os segundos exemplos, *percurso de origem -1*.

4.4.2.3. *Percurso de destino*

As seguintes frases são ilustrativas de proposições em que o predicado verbal veicula a ideia de *percurso de destino*:

ME3/PD1 O autocarro aproxima-se da paragem.

MD5/PD2 O António regressa a casa ao fim do dia.

MD4/PD3 A Rita sobe para o cavalo.

ME4/PD4 As crianças chegam à escola.

Nas frases ME3/PD1 e MD5/PD2, o *objecto de referência* apresenta um traço [+dirigido], enquanto o predicado é [+direccional] e [-concretizado], pelo que o *esquema de trajectória* descreve uma fase inicial do *percurso*.⁴⁹

⁴⁸ Obviamente que num contexto em que os dois amigos ainda se encontram no restaurante (por exemplo, *os dois amigos saem do restaurante às duas horas*, com valor perifrástico de futuro), estaríamos em presença de um predicado com traço [-concretizado]. Todavia, a recorrência da primeira realização legitima a opção seguida para a leitura.

⁴⁹ Como no caso do verbo sair, também o verbo regressar, numa conjugação diferente configuraria um predicado diferente. Por exemplo, em *O António regressou a casa*, estaríamos em presença de um predicado [+concretizado], logo associado à fase final do percurso.

Na frase MD4/PD3, sendo o predicado [+direccional] e [+concretizado], verifica-se a passagem de uma região a outra, pelo que o esquema de trajectória descreve a fase final do percurso. Em e ME4/PD4, apesar de não se verificar a passagem de uma região a outra, a fase do percurso descrita pelo esquema de trajectória continua a ser a fase final, o que corresponde, ao nível do predicado, à presença dos traços [+direccional] e [+concretizado].

A leitura das diferentes proposições na perspectiva do movimento ou do percurso não é incompatível. Pelo contrário, abre o caminho a novos instrumentos de análise para o tratamento da problemática global do movimento.

No desenvolvimento metodológico que orientou o presente estudo, foi precisamente a leitura integrada da expressão dinâmica do espaço que tornou possível a especialização de critérios e a obtenção de resultados concretos no âmbito da avaliação prática desses resultados, tal como a apresentamos no capítulo V.

5. AS ESTRUTURAS PROPOSICIONAIS DE MOVIMENTO E DE PERCURSO NO *CORPUS* EM ANÁLISE

5.1. Aplicação das variáveis

Para o tratamento das amostras obtidas nos questionários em função das variáveis *movimento* e *percurso*, faremos primeiro a análise das frases presentes nas matrizes, tendo em conta a variável MOV (adoptaremos a partir daqui, em definitivo, a designação MOV e PERC para designar ambas as variáveis). Em seguida, procuraremos isolar, do conjunto das frases identificadas, as proposições em que se realize a variável PERC. O estudo das variáveis incidirá sobre os predicados verbais e a estrutura argumental por eles introduzida. Finalmente, será feito o tratamento estatístico dos resultados, cujos resultados serão apresentados sob a forma de gráficos. Estes resultados devem ser entendidos apenas como indicadores de tendências e não como indicadores absolutos, pelo que evitaremos quaisquer generalizações a partir deles.

Para as entrevistas, por se tratar de uma matriz mais aberta, as amostras foram primeiro objecto de uma selecção feita a partir da versão integral de *corpora* individuais. Os excertos obtidos a partir dessa selecção formaram um *corpus* restrito, que analisámos em função da variável PERC.

Porque a abordagem teve em conta a produção individual, incluiremos dois gráficos com percentagens obtidas para cada informante.

Para representar as unidades semânticas envolvidas na estrutura argumental das frases, utilizaremos a seguinte anotação: para *figura*, (F), para *objecto de referência*, (OR), para *origem*, (ORG), para *local*, (LC), para *destino* (DT) e para as funções semânticas associadas a estas entidades, respectivamente, (og), (dt), e (lc). O predicado verbal será representado por → quando se tratar de um predicado accional/processual, mantendo-se esta anotação para a sua realização locativa. Para os argumentos de *modo*⁵⁰ e *causa*, utilizaremos respectivamente (M) e (C), e para *localização temporal* empregaremos (T). Para as propriedades aspectuais de *duração temporal* e *extensão*, seguiremos um esquema

⁵⁰ Entendemos aqui como argumento de modo qualquer argumento com a função de modificador do argumento principal.

idêntico ao das funções semânticas: *duração temporal* será representado por (_{dur tp}) e *extensão* por (_{ext}).

Partindo dos critérios delineados no capítulo 4, as frases que integram as matrizes dos três questionários apresentados aos informantes permitem uma organização tipológica, à luz da realização das variáveis MOV e PERC, tendo em consideração as seguintes variantes: *localização estática* (LOC0) e *localização dinâmica* (LOC1), *movimento evolutivo* (MOV1) e *deslocação* (MOV2), no que se refere à variável MOV, e *percurso zero* (PERC0), *percurso de origem* de valor mínimo e máximo (PERC-1 e PERC-3) e *percurso de destino* de valor mínimo e máximo (PERC1 e PERC3). Relativamente à primeira variável, a presença de argumentos funcionais com marca semântica de *local*, *origem*, *destino*, ou a sua ausência (*argumentos não marcados*), é um elemento importante para caracterizar, para cada descrição, o respectivo conteúdo semântico. Iremos analisar agora, em pormenor, a distribuição dos exemplos segundo esta tipologia.

5.2. Matrizes dos questionários

O primeiro questionário que apresentámos aos informantes, ilustrado no quadro V, é constituído por 15 frases, das quais se pedia que fossem seleccionadas oito. A figura à direita corresponde à imagem ilustrativa que utilizámos e representa uma pintura de Léger.⁵¹

O segundo questionário, construído sobre uma imagem do mesmo pintor⁵², representado no Quadro VI, é composto por cinco grupos de duas frases. O que se pedia aos informantes era que seleccionassem uma frase de cada grupo.

No questionário III, igualmente acompanhado de uma ilustração de Léger⁵³, apresentado no Quadro VII, propusemos que se seleccionasse uma frase, de entre quatro alternativas possíveis, para quatro grupos de proposições. Este questionário apresenta uma estrutura diferente dos anteriores: as frases obedecem a uma sequência lógica, remetendo para uma configuração textual da informação.

⁵¹ Léger, Fernand - *Le jongleur et les acrobates* (1943), Huile sur toile (111,7 x 127,3 cm) S.D.B.D.R.: 43/F.LEGER ; Centre Pompidou – Paris.

⁵² Léger, Fernand - *Les Loisirs-Hommage à Louis David (1948-1949)*. Huile sur toile, 154 x 185 cm), D.S.B.D.R. : 48.49 / F.LEGER .D.S.R. : Les Loisirs / 48-49 / F. LEGER ; Centre Pompidou – Paris.

⁵³ Léger, Fernand - *Les cyclistes (1948)*, Encre de Chine gouache et mine de plomb sur papier gris (48 x 62,5 cm) Centre Pompidou – Paris.

- I-1. O trapezista salta no ar
- I-2. O cavalo corre pela pista
- I-3. O malabarista dança com os arcos
- I-4. O malabarista caminha à volta da pista
- I-5. Os trapezistas voam sobre a rede
- I-6. Os trapezistas sobem ao trapézio
- I-7. Os trapezistas descem do trapézio
- I-8. Os trapezistas mergulham no espaço
- I-9. O malabarista anda para trás e para a frente no palco
- I-10. O cavalo vai para o estábulo
- I-11. O cavalo vem do estábulo
- I-12. O trapezista chega ao topo
- I-13. Os trapezistas partem em tournée
- I-14. O cavalo começa o galope
- I-15. Os trapezistas acabam o espectáculo



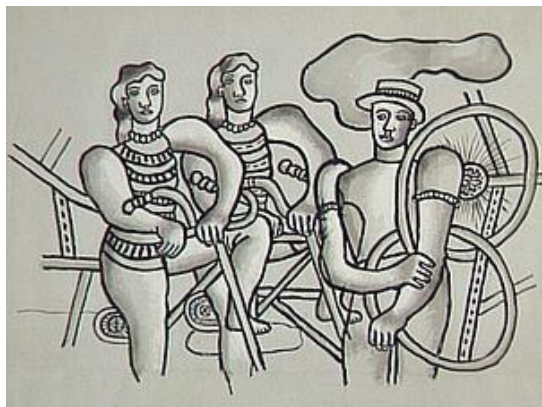
QUADRO V – Questionário 1

- II-1.a) Saíram da cidade e viajaram pelo campo.
- II-1.b) Saíram da cidade de automóvel.
- II-2.a) As raparigas preferiram a bicicleta.
- II-2.b) As raparigas andaram 10 km de bicicleta.
- II-3.a) A meio da tarde juntaram-se para tirar um retrato.
- II-3.b) A meio da tarde cada um se dirigiu para o local de encontro.
- II-4.a) Até as pombas ficaram ao pé deles.
- II-4.b) Até as pombas voavam sobre as suas cabeças.
- II-5.a) No final da tarde regressaram à cidade.
- II-5.b) No final da tarde afastaram-se uns dos outros.



QUADRO VI – Questionário 2

- III-1.a) Os ciclistas subiram e desceram pelos montes...
- III-1.b) Os ciclistas subiram e desceram os montes...
- III-1.c) *Os ciclistas subiram e desceram nos montes...
- III-1.d) *Os ciclistas subiram e desceram aos montes.....
- III-2.a) ...pedalaram durante vários quilómetros.....
- III-2.b) ...pedalaram por vários quilómetros...
- III-2.c) ...*pedalaram quase vários quilómetros...
- III-2.d) ...*pedalaram até vários quilómetros...
- III-3.a) ...encontraram-se no fim do passeio...
- III-3.b) ...encontraram-se ao fim do passeio...
- III-3.c) ...*encontraram-se pelo fim do passeio...
- III-3.d) ...*encontraram-se sobre fim do passeio...
- III-4.a) ... e depois foram em direcção à cidade.
- III-4.b) ... e depois até à cidade.
- III-4.c) ... e depois para a cidade.
- III-4.d) ... e depois aproximaram-se da cidade.



QUADRO VII – Questionário 3

5.2.1. Variável *movimento*

A distribuição das diferentes variantes da variável MOV, nos termos em que foi realizada em 4.4.1, permitiu a elaboração de uma matriz geral, tal como a que é definida no quadro VIII. Chamamos a atenção para o carácter contextual de algumas destas realizações, resultante de um maior grau de variabilidade semântica dos respectivos predicados.

5.2.1.1. *Localização estática*

F [-móvel], OR [-dirigido]

(II-4.a) Até as pombas ficaram ao pé deles | [F] → perto de [OR_{loc}]

Na frase (II-4.a), o que se traduz é a ideia de movimento potencial, não se identificando para esse movimento as entidades *origem* ou *destino*. Há uma relação espacial de vizinhança entre a *figura* e o *objecto de referência*, que não sofre alteração, recebendo por esse facto o traço [-móvel], enquanto o *objecto de referência* apresenta um traço semântico [-dirigido]. Assim, incluímos esta frase no grupo das proposições de LOC0. Em consequência, o único argumento funcional marcado, neste caso, é o argumento *local*.

	LOCALIZAÇÃO		MOVIMENTO	
	Localização estática	Localização dinâmica	Movimento evolutivo	Deslocação
ARGUMENTOS				
Local	Ficar (perto) / II-4.a)	Dançar / I-3 Voar (sobre) / I-5 II-4.b) Andar / II.2.b) Saltar (em) / I-1 Correr (por) / I-2 Caminhar (à volta de) / I-4 Andar (para trás e para a frente) / I-9 Subir e descer (por) / III-1.a) Subir e descer / III-1.b		
Origem			Afastar-se (de) II-5.b)	Vir (de) / I-11 Sair (de) / II-1.a)-b) Descer (de) / I-7
Destino			Dirigir-se (para) / II-3.b) Juntar-se / II-3.a) Ir (em direcção a) / III-4.a) Aproximar-se (de) / III-4.d) Chegar (a) / I-12 Encontrar-se / III-3.a)-b)	Subir (a) / I-6 Mergulhar (em) / I-8 Regressar (a) / II-5a) Ir (para) / I-10
()			Partir / I-13 Pedalar / III-2.a)-b)	

QUADRO VIII – Matriz proposicional de *movimento*

5.2.1.2. Localização dinâmica

F [+móvel], OR [+dirigido]

- I-1) O trapezista salta no ar. | [F] → em [OR_{lc}]
- I-2) O cavalo corre pela pista. | [F] → por [OR_{lc}]
- I-3) O malabarista dança com os arcos. | [F] → [...] + [F²]
- I-4) O malabarista caminha à volta da pista. | [F] → à volta de [OR_{lc}]
- I-5) Os trapezistas voam sobre a rede. | [F] → sobre [OR_{lc}]
- I-9) O malabarista anda para trás e para a frente no palco. | [F] → para trás e para a frente [OR_{lc}]
- II-2.b) As raparigas andaram 10 km de bicicleta. | [F] → + [M_{ext}] + [M]
- II-4.b) Até as pombas voavam sobre as suas cabeças. | [F] → sobre [OR_{loc}]
- III-1.a) Os ciclistas subiram e desceram pelos montes. | [[F] → [OR_{loc}]
- III-1.b) Os ciclistas subiram e desceram os montes. | [[F] → [OR_{loc}] + [M]

Em todas estas frases, a região ocupada pelo *objecto de referência* e a região ocupada pela *figura* mantêm a sua posição relativa inalterada, mas por descreverem sequências explícitas de movimento, o *objecto de referência* admite o traço de [+dirigido].

Em I-1), I-5) e II-4.b), ao privilegiar a dimensão vertical, a descrição limita-se a localizar, atribuindo menor relevância às sequências de movimento. Todavia, sabemos que elas existem, pois nos três exemplos o verbo expressa a deslocação necessária. *Voar* e *saltar* requerem, para o acontecimento que expressam, a passagem de uma região a outra. Mas o momento da enunciação destes exemplos não abrange essa possibilidade: ele reporta-se apenas à posição ocupada num determinado intervalo fixo de tempo.

Em I-2), I-4) e I-9), o argumento nuclear do verbo selecciona, como argumentos complementares, elementos descritivos com função localizadora. No entanto, por estes traduzirem um acontecimento sequencial, o *objecto de referência* está associado ao traço semântico [-dirigido]. Do mesmo modo que nos exemplos anteriores, a leitura de movimento é possível, mas apenas através de uma extensão semântica do conjunto dos argumentos. A ideia expressa na proposição limita-se a localizar a *figura*, independentemente do tipo de movimento que possa ser admitido no contexto dessa localização.

Em II-2.b), a ausência de direcionalidade impede a leitura do acontecimento sob a perspectiva de uma sequência. No entanto, o elemento modificador 10 km, que indica a extensão, funciona ao mesmo tempo como argumento localizador, razão porque entendermos verificar-se aqui a presença do argumento *local*.

A existência de dois predicados direccionais em III-1.a) e III-1.b), um seleccionando um argumento funcional de *destino* (*subir*) outro seleccionando um argumento funcional de

origem (*descer*), pode remeter para uma leitura de duas proposições distintas veiculando a informação do movimento em que está envolvida a *figura*, que é a mesma (*os ciclistas*) relativamente ao mesmo *objecto de referência* (*os montes*). A estrutura morfo-sintáctica apresenta elisão do elemento complemento circunstancial de lugar na primeira frase e do sujeito na segunda frase: *Os ciclistas subiram (pelos montes) e (os ciclistas) descenderam pelos montes*. Ora, no nosso entender esta é uma leitura alternativa que deve ser admitida com alguma cautela. *Subir e descender* sugere uma sequência de localizações englobáveis no mesmo acontecimento, equiparável a *andar para trás e para a frente* ou *andar em círculos*. A única diferença é que o acontecimento é descrito com recurso a dois predicados. Ou seja, dois predicados que isoladamente podem introduzir argumentos diferentes nesta frase introduzem um só argumento: o movimento em que a *figura* (*ciclistas*) se encontra envolvida na região espacial identificada pelo *objecto de referência* (*montes*). Deste ponto de vista, a direccionalidade, que na outra leitura estava marcada como *origem* ou *destino*, é cancelada, pelo que integramos esta frase no grupo das realizações de *localização dinâmica* com o argumento funcional de *local*.

5.2.1.3. Movimento evolutivo

F [+móvel], OR [+dirigido] | [-alterado]

(II-5.b) No final da tarde afastaram-se uns dos outros. | [T] + [F] → de [OR_{og}]

Nesta frase, a *figura* está envolvida num acontecimento em que a sua relação espacial com o *objecto de referência*, devido à presença do traço semântico [+dirigido] é marcada por uma argumento funcional de *origem*. Aqui, a construção reflexa introduz uma permuta de papéis entre *figura* e *objecto de referência*. Ao mesmo tempo, o argumento complementar vem completar essa ideia, definindo uma sequência de *movimento*: uns (*figura*) afastaram-se dos outros (*objecto de referência + origem*).

I-12) O trapezista chega ao topo. | [F] → (a) [OR_{dt}]

II-3.a) A meio da tarde juntaram-se para tirar um retrato.

| [T] + [F] → [OR_{dt}] + [M]

(II-3.b) A meio da tarde cada um se dirigiu para o local de encontro.

| [T] + [F] → [OR_{dt}]

III-3.a) Encontraram-se no fim do passeio. | [[F] → [OR_{dt}] + [M]

III-3.b) Encontraram-se ao fim do passeio. | [[F] → [OR_{dt}] + [M]

- III-4.a) ... e depois foram em direcção à cidade | [F] → em direcção a [OR_{dt}]
 III-4.d) ... e depois aproximaram-se da cidade. | [F] → de [OR_{dt}]

À semelhança de II-5.b), em II-3.a) e III-3.a) e III-3.b), ocorre o mesmo processo de desdobramento de papéis entre *figura* e *objecto de referência*, ou seja, a própria *figura* converte-se no *objecto de referência* que define o esquema de trajectória em que está envolvida, embora aqui o argumento funcional seja o de *destino*.

Nas frases III-4.a) e III-4.d), o *objecto de referência* (*cidade*) adquire um traço semântico [+dirigido], requerido, juntamente com o argumento *destino* correspondente, pela natureza semântica [+direcciona] do predicado.

- (I-13), Os trapezistas partem em tournée | [F] → [...]
 III-2.a) Pedalaram durante vários quilómetros | [F] → [M_{ext}]
 III-2.b) Pedalaram por vários quilómetros | [F] → [M_{ext}]

Em (I-13), não é identificado o *objecto de referência*: a *figura* está envolvida num acontecimento que implica alterações posicionais, eventualmente uma sequência de localizações. O verbo *partir* implica sempre a ideia de abandonar um ponto no espaço e prevê que essa acção se prolongue, mas os argumentos funcionais de *local*, *origem* ou *destino*, aqui, são se encontram marcados, sendo substituídos por um argumento complementar com função modificadora. Nas frases III-2.a) e III-2.b), os argumentos funcionais de *origem* ou de *destino* não se encontram marcados.

Todas as frases deste grupo apresentam em comum a característica de descreverem acontecimentos em que o movimento que a *figura* protagoniza não significa a passagem de uma região a outra.

5.2.1.4.Deslocação

F [+móvel], OR [+dirigido] | [+alterado]

- (I-7) Os trapezistas descem do trapézio. | [F] → (de) [OR_{og}]
 (I-11) O cavalo vem do estábulo. | [F] → de [OR_{og}]
 (II-1.a) Saíram da cidade e viajaram pelo campo.
 | [F] → de [OR_{og}] + [F] → por (em) [OR_{lc}]
 (II-1.b) Saíram da cidade de automóvel. | [F] → de [OR_{og}] + [M]

Contrariamente aos exemplos anteriores, nestas frases a descrição é feita sobre um acontecimento em que o movimento em que a *figura* se vê envolvida significa a passagem de

uma região a outra, logo, o *objecto de referência* sofre uma alteração substancial, apresentando, em consequência, um traço semântico [+alterado].

A informação veiculada pelo predicado *viajar* é acessória, pois o enunciado já estaria completo apenas com *Saíram da cidade*. O segundo termo desempenha um papel de modificador, com valor de finalidade (*Saíram da cidade [para viajar pelo campo]*).

Na frase (II.1.b), há novamente um segundo termo com papel de modificador, com valor de *meio*. Na frase II.5.b), a construção reflexa promove um desdobramento de papéis entre *figura* e *objecto de referência*, veiculando a ideia de aumento de distância entre ambos, logo, alteração da relação espacial inicial

Em todas estas frases, o predicado requer uma configuração semântica do *objecto de referência* com o traço [+dirigido] e simultaneamente [+alterado] bem como a presença do argumento funcional de *origem*.

Nas frases seguintes, o *objecto de referência* continua a apresentar um traço [+dirigido] e [+alterado], mas aqui, com argumento funcional de *destino*.

- (I-6) Os trapezistas sobem ao trapézio | [F] → (a) [OR_{dt}]
- (I-8) Os trapezistas mergulham no espaço | [F] → (em) [OR_{dt}]
- (I-10) O cavalo vai para o estábulo | [F] → (para) [OR_{dt}]
- (II-5.a) No final da tarde regressaram à cidade. | [T] + [F] → a [OR_{dt}]

5.2.1.5. Frases intrusas

- (I-14) O cavalo começa o galope | [F_c] → []
- (I-15) Os trapezistas acabam o espectáculo | [F_c] → [F² o]
- (II-2.b) As raparigas preferiram a bicicleta | [Suj] *preferir* [Obj]

As frases (I-14) e (I-15) correspondem a estruturas argumentais que traduzem uma informação de estado não estando focalizada a descrição em qualquer relação espacial dinâmica. A predicação não traduz a ideia de localização nem de alteração de localizações: ela apresenta-se com valor assertivo, ainda que em (I-14) o semantismo de galope sugira movimento.

Trata-se, aqui, de frases *intrusas*, introduzidas na matriz do questionário para iludir a eventual tendência dos informantes para respostas automáticas baseadas na organização lógica do conjunto das frases.

Pelo facto do predicado verbal (*preferir*) relevar para o domínio das emoções, a frase (II-2.b) não descreve qualquer acontecimento de ordem espacial, pelo que a sua inclusão nessa matriz serve a mesma estratégia de frase intrusa das frases I-14) e I-15).

5.2.1.6. Frases agramaticais

- III-3.c) *Encontraram-se pelo fim do passeio
- III-3.d) * Encontraram-se sobre o fim do passeio
- III-1.c) *Os ciclistas subiram e desceram nos montes
- III-1.d) *Os ciclistas subiram e desceram aos montes
- III-2.c) *Pedalaram quase vários quilómetros
- III-2.d) *Pedalaram até vários quilómetros.
- III-4.b) *... e depois até à cidade.
- III-4.c) *... e depois para a cidade.

Em III-3.c) e Em III-3-d), as frases são agramaticais. Na primeira porque há restrições de ordem morfo-sintáctica que impedem a utilização da preposição *em* com os verbos *subir* ou *descer*⁵⁴. Na segunda, porque o advérbio de lugar (*a*) só é válido para um dos predicados (*subir aos montes*), logo, não pode ser incluída no mesmo argumento para ambos os predicados.⁵⁵

No caso de II-2.c) e II-2.c) observa-se agramaticalidade devido à incompatibilidade semântica entre os elementos de quantificação *quase* e *até*, que apenas modificam valores concretos (estaria correcto *pedalaram quase 20 quilómetros* ou *pedalaram até à cidade*). Quanto às frases III-4.b) e III-4.c), a agramaticalidade consiste no não preenchimento do argumento nuclear do predicado, o que impossibilita a descodificação da informação veiculada pelos argumentos.⁵⁶

5.2.2. Variável *percurso*

As realizações da variável PERC, de acordo com os critérios explanados em 4.4.2, permitiram a construção da matriz definida no quadro IX.

⁵⁴ Excepto no português do Brasil ou dos países africanos de expressão oficial portuguesa, onde essa possibilidade é a mais corrente (*subir nos montes, descer na aldeia por subir aos montes descer à aldeia*).

⁵⁵ Já em III-3.a) isso não acontece, porque a preposição (*por*) é compatível com *subir* e com *descer*.

Percurso de Origem			Percurso Zero	Percurso de Destino		
			0 OR dt OR og OR lc			
-1	(-2)	-3		1	(2)	3
Afastar-se (de) II-5.b) Partir / I-13		Sair (de) / II-1.a)-b) Vir (de) / I-11 Descer (de) / I-7	Ficar (perto) / II-4.a)	Aproximar-se (de) / III-4.d) Ir em direcção a III-4.a)		Juntar-se / II-3.a) Chegar (a) / I-12 Encontrar-se / III-3.a)-b) Subir (a) / I-6 Mergulhar (em) / I-8 Regressar (a) / II-5a)

QUADRO IX – Matriz proposicional de *percurso***5.2.2.1. Percurso zero**

F [+móvel], OR [-dirigido], PERC [-concretizado]

(II-4.a) Até as pombas ficaram ao pé deles | [F] — ao pé de [OR_{loc/og/dt}]

Nesta frase, a presença do traço [-concretizado] confere uma dimensão aberta à proposição, permitindo antecipar uma eventual trajectória relativamente à posição actual ocupada pela *figura*. O potencial semântico desta dimensão é reforçado por ser possível admitir, para esse movimento, um argumento funcional de *origem* ou de *destino*. Nesse sentido, o traço [-dirigido] deveria, com mais propriedade, ser representado por [±dirigido], pois a presença de qualquer daqueles argumentos modificaria a semântica do objecto de referência. Optámos por não o fazer, devido ao carácter ambíguo, em termos de percurso, da natureza direcciona do predicado *ficar*, no contexto deste exemplo.

⁵⁶ No caso de III-4.c), ainda seria possível recuperar o elemento verbal, se considerarmos a omissão no contexto de um nível alargado: *Vamos primeiro dar uma volta e depois, (vamos) para a cidade*. De qualquer modo, a estrutura resultante é equiparável a III-4.a) e III-4.d).

5.2.2.2. *Percorso de origem-1*

F [+móvel], OR [+dirigido] | [-alterado], PERC [-concretizado]

(II-5.b) No final da tarde afastaram-se uns dos outros. | [T] + [F] → de [OR_{og}]

(I -13) Os trapezistas partem em tournée. | [F] → [...]

Em (II-5.b) e (I -13), a informação que é veiculada reporta-se a um esquema de trajectória definido como um movimento na fase inicial do percurso, e que não implica uma alteração da relação espacial entre a *figura* e o *objecto de referência* nos termos da relação espacial ocupada antes e depois do movimento, no momento do enunciado, daí a presença do traço [-alterado]. O argumento predominante continua a ser a *origem*, relegando-se para o campo das previsibilidades uma nova relação espacial com um *objecto de referência* de *destino*. Deste modo, o predicado pode entender-se como [-concretizado].

5.2.2.3. *Percorso de origem-3*

F [+móvel], OR [+dirigido], PERC [+concretizado] [+alterado]

(II-1.a) Saíram da cidade e viajaram pelo campo.

| [F] → de [OR_{og}] + ([F] → por (em) [OR_{lc}])

(II-1.b) Saíram da cidade de automóvel. | [F] → de [OR_{og}] + [M]

(I-7) Os trapezistas descem do trapézio. | [F] → (de) [OR_{og}]

(I-11) O cavalo vem do estábulo. | [F] → de [OR_{og}]

Em todas estas frases, a informação que é veiculada reporta-se a um esquema de trajectória definido como um movimento na fase final do percurso, e que implica uma alteração da relação espacial entre a *figura* e o *objecto de referência* nos termos da relação espacial ocupada antes e depois do movimento, no momento do enunciado, daí a presença do traço [+alterado] e [+concretizado]. O argumento predominante, aqui, é a *origem*.

5.2.2.4. *Percorso de destino1*

F [+móvel], OR [+dirigido], PERC [-concretizado] [-alterado].

III-4.a) ... e depois foram em direcção à cidade. | [F] → em direcção a [OR_{dt}]

III-4.d) ... e depois aproximaram-se da cidade. | [F] → de [OR_{dt}]

Nos frases III-4.a) e III-4.d), estamos em presença de um esquema de trajectória definido como um movimento na fase inicial do percurso, orientado para a região ocupada pelo *objecto de referência*, que desempenha a função de *destino* e que não implica uma alteração da relação espacial entre a *figura* e o *objecto de referência* nos termos da relação espacial ocupada antes e depois do *movimento*, no momento do enunciado, daí a presença dos traços [-alterado] e [-concretizado].

5.2.2.5. *Percurso de destino3*

F [+móvel], OR [+dirigido], PERC [+concretizado] [±alterado]

(II-3.a) A meio da tarde juntaram-se para tirar um retrato.

| [T] + [F] → [OR_{dt}] + [M]

(I-12) O trapezista chega ao topo. | [F] → (a) [OR_{dt}]

III-3.a) Encontraram-se no fim do passeio. | [[F] → [OR_{dt}] + [M]

III-3.b) Encontraram-se ao fim do passeio. | [[F] → [OR_{dt}] + [M]

(I-6) Os trapezistas sobem ao trapézio. | [F] → (a) [OR_{dt}]

(I-8) Os trapezistas mergulham no espaço. | [F] → (em) [OR_{dt}]

(II-5.a) No final da tarde regressaram à cidade. | [T] + [F] → a [OR_{dt}]

Nas frases correspondentes à realização de *percurso de destino3*, estamos em presença de um esquema de trajectória definido como um movimento na fase final do percurso, orientado para a região ocupada pelo *objecto de referência*, que desempenha a função de *destino* e que pode ou não implicar uma alteração da relação espacial entre a *figura* e o *objecto de referência* nos termos da relação espacial ocupada antes e depois do movimento, no momento do enunciado, daí a presença dos traços [+concretizado] e [±alterado].

5.3. Tratamento estatístico das amostras

Para o tratamento estatístico das amostras que constituem o *corpus* de análise, utilizámos como referência as diversas realizações das variáveis MOV e PERC de acordo com as matrizes proposicionais ilustradas nas secções anteriores, designadamente: LOC0, LOC1, MOV1 e MOV2, para a variável MOV; e PERC0, PERC-1, PERC-3, PERC1 e PERC3, no caso da variável PERC.

Os dados apurados resultam do cálculo percentual do número de exemplos actualizados pelos informantes relativamente à totalidade do *corpus* em que intervêm as duas variáveis, de um total de 30 realizações possíveis, para MOV, e 16, para PERC. A partir das duas matrizes foi possível efectuar o cálculo da distribuição comparativa dos resultados obtidos a partir de cada grupo, em relação aos quatro conjuntos da matriz proposicional de *movimento* (LOC0, LOC1, MOV1 e MOV2) e aos cinco conjuntos da matriz proposicional de *percurso* (PERC0, PERC-1, PERC-3, PERC1, PERC3), bem como o peso relativo, em ambos os grupos, dos diferentes conjuntos.

5.3.1. Universo de referência do *corpus*

Como universo de referência, partimos dos números apresentados no Quadro X.

		GRUPO I		GRUPO II	
		máximo 1	máximo2	máximo 1	máximo 2
MOVIMENTO	LOC 0	1	8	1	12
	LOC 1	10	80	10	120
	MOV 1	11	88	11	132
	MOV 2	8	64	8	96
PERCURSO	PERC 0	1	8	1	12
	PERC -1	2	16	2	24
	PERC -3	4	32	4	48
	PERC 1	2	16	2	24
	PERC 3	7	56	7	84
		16	128	16	192

QUADRO X – Universo de referência do *corpus*

A ordem percentual de cada variante baseou-se na seguinte quantificação: *máximo 1* corresponde à totalidade dos resultados possíveis para cada variante, por informante, e *máximo 2* à totalidade dos resultados possíveis, por grupo.

5.3.2. Resultados

5.3.2.1. Variável movimento

Para a variável MOV (Gráfico I), o desnível mais significativo situa-se na variante LOC0, com uma tendência manifestada, por parte dos falantes de G1, para este tipo de realizações: (25%- 8,33%). Nas restantes variantes, as diferenças não se apresentam significativas.

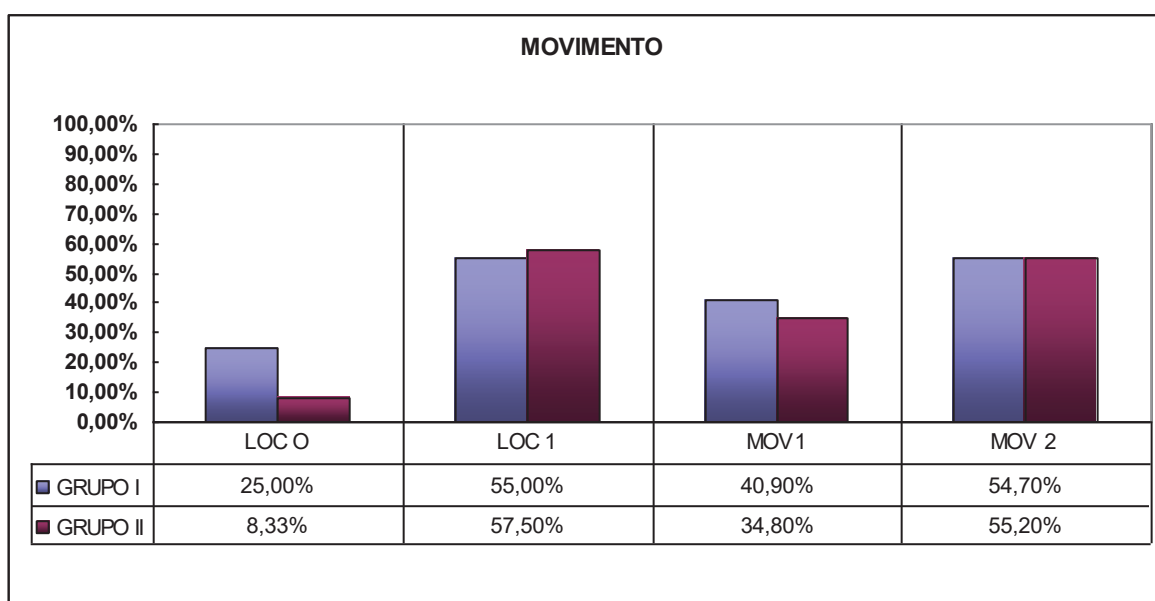


GRÁFICO I – Resultados globais para a variável *movimento*

Se a partir destes dados fizermos a leitura do peso relativo, para cada grupo, das diferentes variantes da variável MOV (Gráfico II), teremos a oportunidade de confirmar a maior tendência verificada, por parte de G1, para as realizações de LOC0. Todavia, sob esta perspectiva, adquire alguma expressão a percentagem da realização LOC1, no conjunto das variantes, a favor de G2. Nos restantes indicadores, o equilíbrio mantém-se.

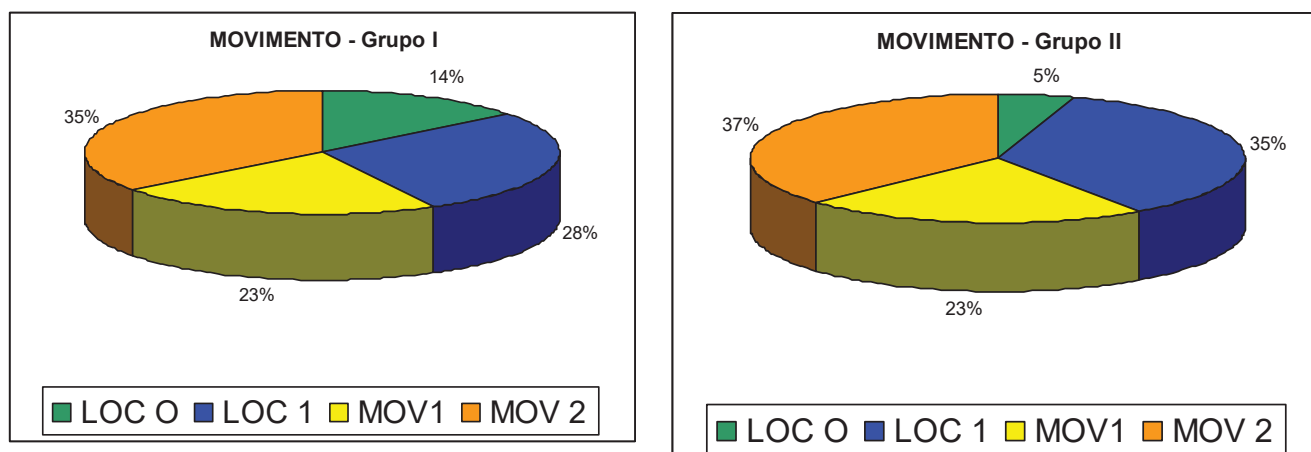


GRÁFICO II – Peso relativo das variantes de *movimento*

Passemos agora aos resultados apurados sob a perspectiva dos argumentos presentes nas diferentes realizações. (Gráfico III).

Contrariamente ao quadro das variantes, verifica-se aqui uma maior diferenciação entre ambos os grupos. Relativamente a G1, há uma ligeira tendência para a presença do argumento *destino*, embora não muito pronunciada (45,20%-39,10%), e um desnível significativo para os *argumentos não marcados*, em relação a G2 (66,70%-50,00%).

No que se refere a G2, verifica-se uma tendência marcada relativamente a G1, quer para a presença dos argumentos de *origem* (53,30%-40,00%), quer para a presença dos argumentos de *local* (46,21%-34,10%).

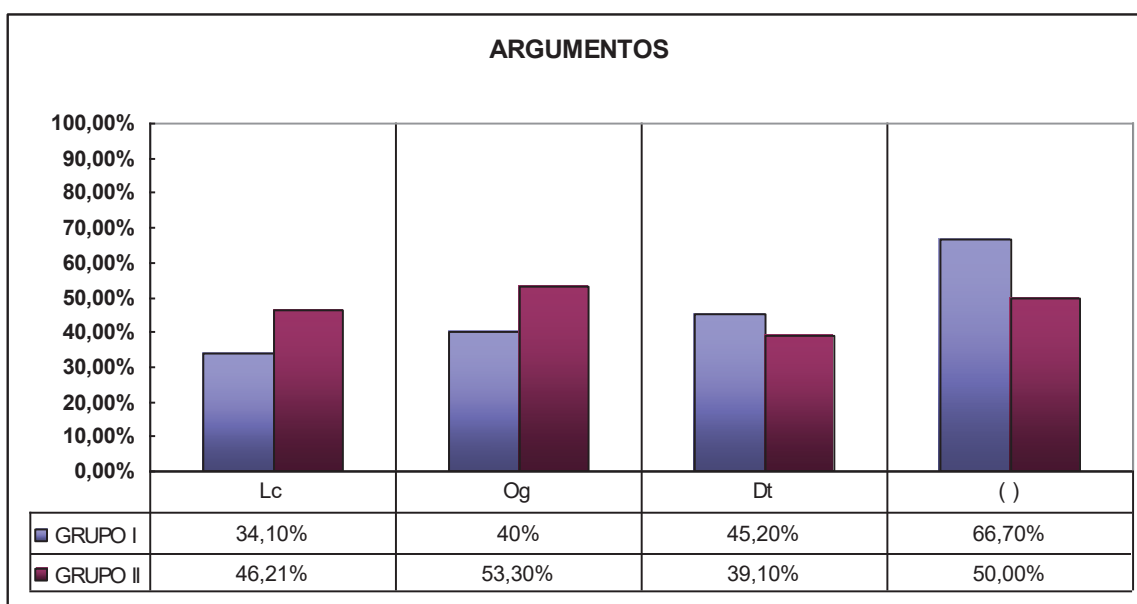


GRÁFICO III – Realização dos argumentos

Para melhor perceber essas diferenças, observemos o quadro do peso relativo destes resultados percentuais (Gráfico IV).

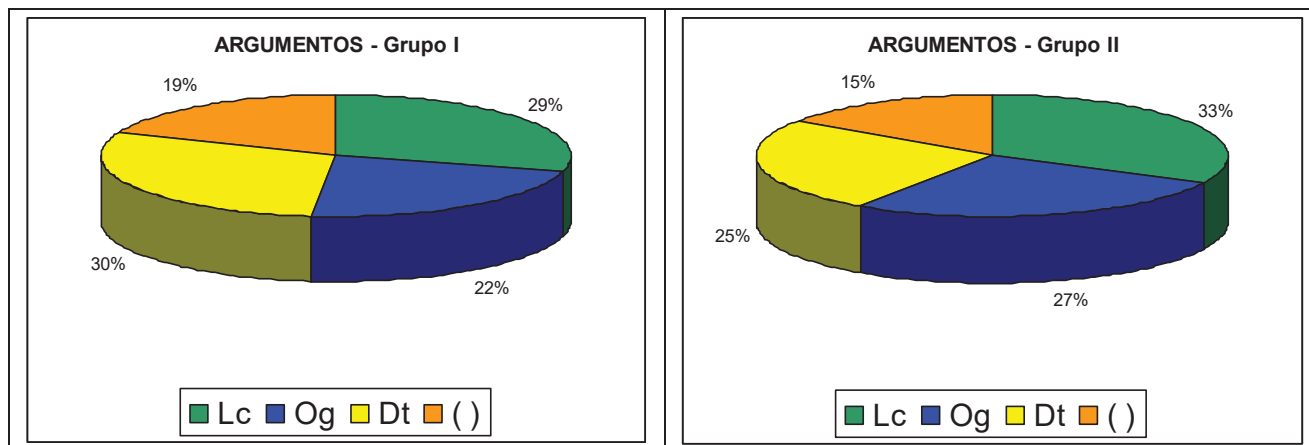


GRÁFICO IV – Peso relativo das realizações dos argumentos

A comparação dos resultados de ambos os grupos, em termos do peso relativo por tipo de argumentos, vem confirmar as diferenças verificadas, por parte do grupo G1, para os *argumentos não marcados* e de *destino* e por parte do grupo G2, para os argumentos de *local* e de *origem*. Todavia, constata-se uma ligeira atenuação dos desníveis, sobretudo no caso da presença de argumentos de *local* e *não marcados*, predominante, respectivamente, em G2 e G1. Em contrapartida, os índices, em relação aos argumentos de *origem* e de *destino*, respectivamente predominantes em G2 e G1, mantêm-se, sendo visível, até, uma clara diferenciação, a favor de G2, nos argumentos de *origem*.

5.3.2.2. Variável percurso

Para a variável PERC (Gráfico V), verifica-se um desnível, a favor do grupo G1, nas variantes PERC0 (25% - 8,33%), PERC1 (50,00% - 37,00%) e PERC3 (71,40% - 57,60%). Por sua vez, nas realizações PERC-1 assiste-se a um desnível considerável (25%-0%), e nas realizações de PERC-3 a uma diferença relativa (56%-50%), favorecendo o grupo G2.

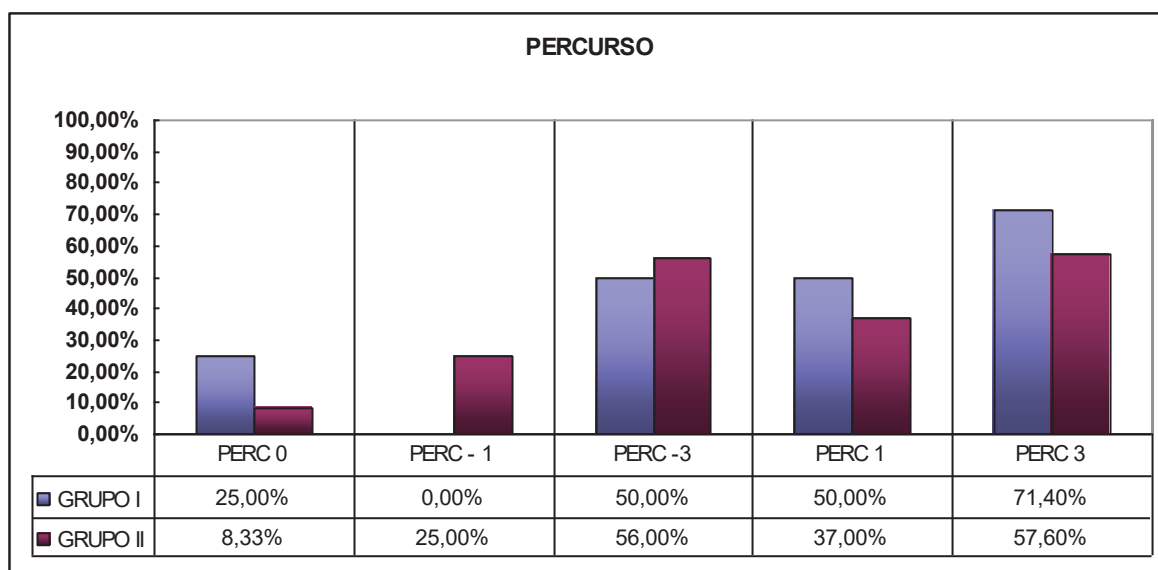


GRÁFICO V – Resultados globais para a variável PERC

Procedendo à leitura do peso relativo das diferentes variantes da variável PERC, para cada grupo de informantes (Gráfico VI), confirma-se, por parte do grupo G1, a tendência para a actualização da variante PERC0, PERC 1 e PERC 3, com maior expressão em PERC0 e PERC1. O mesmo se passa em relação ao grupo G2: mantém-se o desnível verificado nas realizações de PERC-1 e PERC-3, sobretudo na primeira.

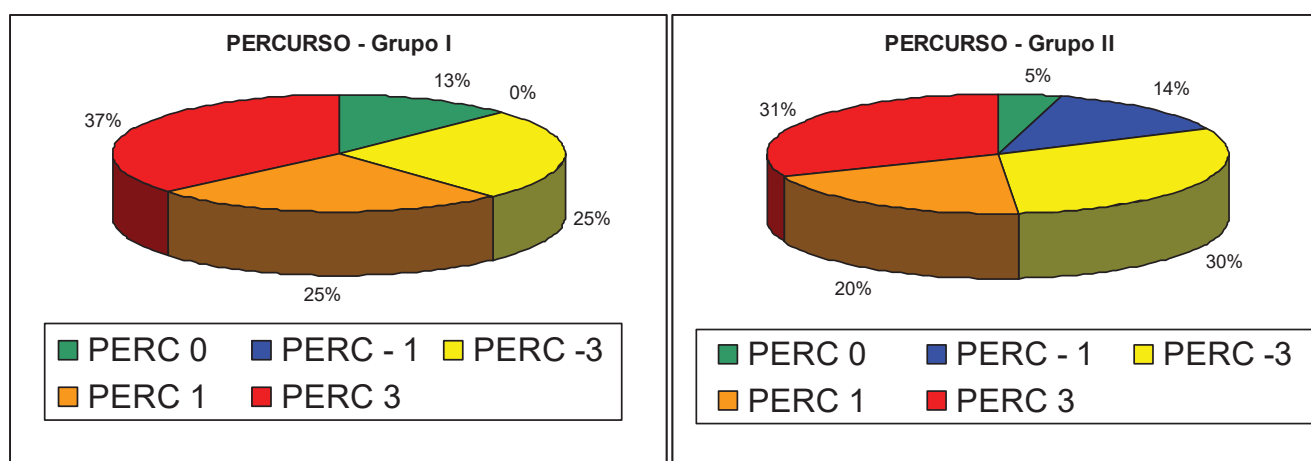


GRÁFICO VI – Peso relativo das variantes da variável PERC

5.4. Análise dos índices de tendências

As interpretações que acabámos de fazer justificam a apresentação conjunta dos gráficos relativos à realização das duas variáveis (Gráfico VII).

Como é possível constatar, no gráfico da variável MOV verifica-se uma *inversão* de tendências nas variantes LOC0 e LOC1, entre o grupo G1 e G2, enquanto nas variantes de MOV1 e MOV2 praticamente não se verifica desnível de resultados. Bem mais complexa é a leitura de tendências do gráfico da variável PERC: o facto de não se terem registados quaisquer resultados para na variante PERC-1, para o grupo G1, leva a que a distribuição proporcional seja mais ampla, em função, designadamente, dos resultados, para o grupo G2, nas variantes PERC-1, e PERC-3. Já no que se refere às realizações de *percurso de destino*, a superioridade que se evidencia, a favor do grupo G1, não reflecte propriamente uma *inversão* de tendências mas antes o indicador, já referido, de uma maior propensão para as realizações de *origem*.

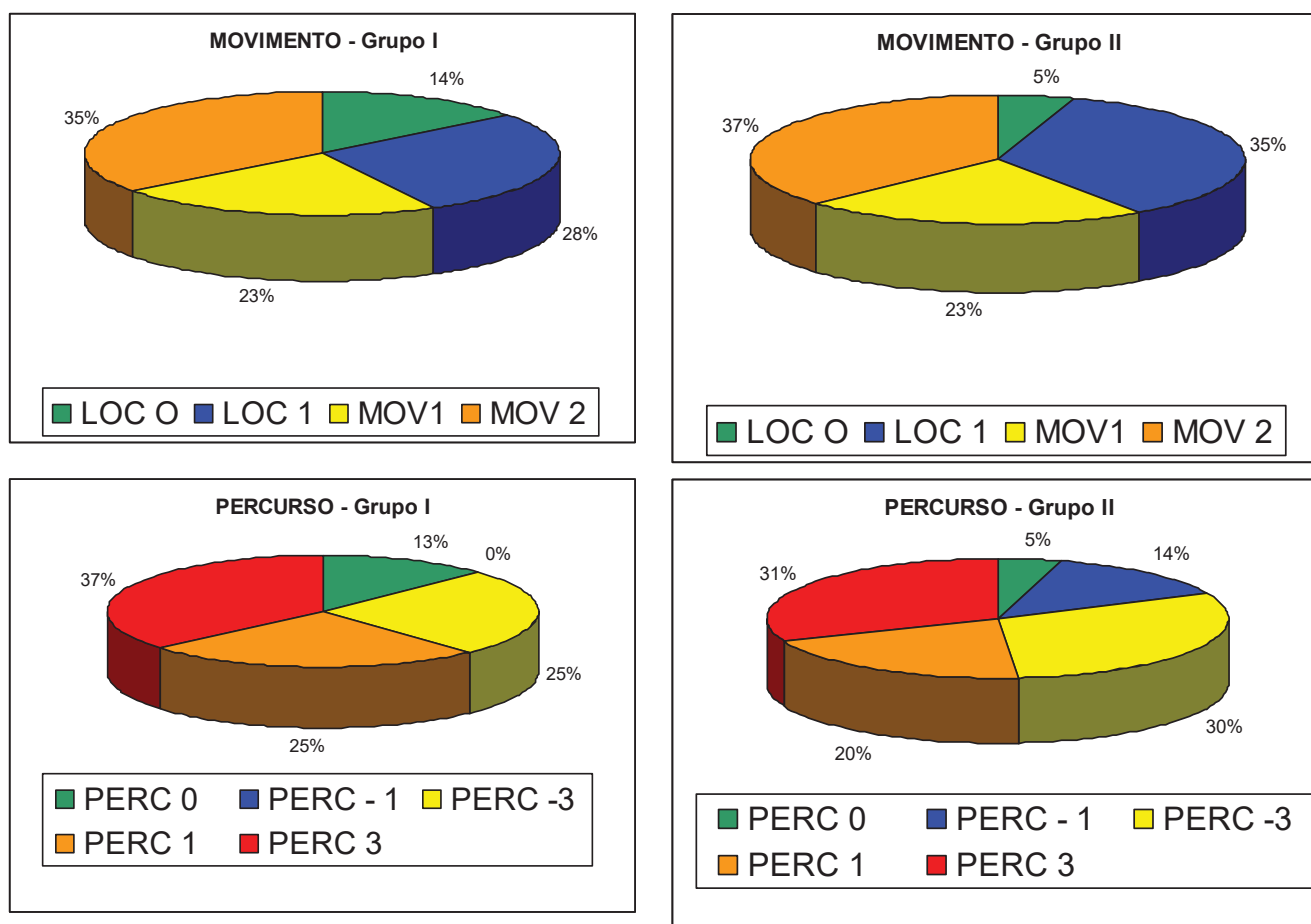


GRÁFICO VII – Perspectiva conjunta dos resultados por peso relativo

Este é, aliás, o dado com maior relevância, no conjunto dos gráficos que expusemos. Ou seja, os resultados apurados junto do grupo G2 permitem traçar um índice de tendências que destaca as realizações de *origem*, enquanto os resultados obtidos junto de G1 o fazem no sentido das realizações de *destino*. Esta avaliação encontra-se justificada não só pela interpretação dos dados relativos à variável PERC, mas também pela leitura dos dados referentes à variável MOV em conjunto com a especificação por tipo de argumentos.

Se é possível constatar tendências nas frases de *movimento*, e se essas tendências são confirmadas nas frases de *percurso*, apontando para índices associáveis aos factores intervenientes na produção discurso, então está aberto o caminho para uma reflexão multidisciplinar do problema. Mas antes de confrontarmos os resultados apurados com essa reflexão importa centrar a atenção uma vez mais nas variantes de PERC, através da análise dos materiais recolhidos por meio de entrevista.

5.5. As entrevistas

5.5.1. Excertos

A distribuição dos excertos pelas cinco variantes da variável PERC resulta, como referimos em 5.1, de uma selecção dos textos individuais. Na selecção que realizámos a partir do conjunto das entrevistas, e da qual resultaram as amostras deste *corpus*, procurámos aferir as tendências observadas nas respostas aos questionários. Na transcrição dos excertos designaremos os falantes do grupo G1 por X e os falantes do grupo G2 por Y, identificando cada um dos informantes por um número. As realizações ocorrentes os exemplos aparecem a sublinhado.

Abordaremos separadamente as variantes, de forma a apurar os elementos que se apresentem pertinentes, no quadro geral de tendências constatadas.

5.5.1.1. PERC0

Na selecção dos excertos para ilustrar a variante PERC0, em que se registou, nos questionários, um desnível de resultados considerável a favor de G1, incluímos dois

predicados que se ajustam à definição de predicados locativos de percurso de valor zero: *estacionar* e *concentrar-se*.

A estrutura argumental introduzida pelo predicado *estacionar* remete para um esquema de trajectória em que o *objecto de referência*, ao admitir, em potência, qualquer dos argumentos funcionais de movimento possíveis: *local*, *origem* e *destino*, confere um grau de transitoriedade à localização da *figura*, definindo um percurso *em aberto*.

EXCT 1 - X1 - “De carro é que é mais complicado, porque depois, para estacionar ali perto, ou se paga o parquímetro, ou então vai-se para o parque de estacionamento.”

EXCT 2 - X3 - “Chego de automóvel e estaciono. Normalmente estaciono no piso 0. Mas às vezes é um bocado complicado estacionar.”

EXCT3 - X4 – “Tenho que descer a Rua do Contador, virar à esquerda, à direita aliás, pode-se estacionar na zona do ... que fica no topo da Rua dos Manaias.”

EXCT4-X7 “...impossível estacionar dentro da cidade, parar ou usufruir, poder andar dentro dela”

EXCT5-X8 – “Eu vivo numa casa no centro de Ponta Delgada, a 20 metros do Mercado da Graça, numa rua estreita, onde é difícil estacionar, onde é mesmo difícil descer a rua, porque está cheia de carros estacionados e não há espaço”.

A recorrência da realização do predicado *estacionar*, por parte dos falantes de G1, reflecte mais uma vez a tendência, manifestada por estes falantes, para estruturas argumentais de percurso potencial, e que poderá estar relacionada com a maior familiaridade, por se tratar de falantes nativos do português, com formas linguísticas menos explícitas quanto à expansão argumental, e, em consequência, menos susceptíveis de serem assimiladas pelos falantes estrangeiros nos diferentes contextos de aprendizagem da língua.

Encontrámos ainda assim uma curiosa alternativa no grupo G2:

EXCT6-Y12 “Sim, chego lá, deixo a mota, e depois vou passear. Deixo os sapatos na qualquer pedra e vou descalça a andar para frente para trás. Na água um bocadinho, depois sento, estou a olhar para céu, para as nuvens, para a água.”

Quanto ao predicado *concentrar-se*, apesar de sugerir aparentemente uma marca de direcionalidade (*dirigir-se a um centro*), julgamos ser preferível incluí-lo, pelo menos neste

contexto, no conjunto dos predicados locativos de *percurso zero*. Em EXCT 21, a descrição das pessoas a concentrarem-se na Avenida Marginal permite a leitura simultânea sob o prisma do argumento de *origem*, de *local*, ou de *destino*, deixando em aberto a realização de qualquer um destes argumentos funcionais: *As pessoas concentravam-se ali; as pessoas deslocavam-se de outro ponto para ali, onde se concentravam; as pessoas concentravam-se ali para se deslocar para um ponto diferente.*

EXCT 7- X6 – “Nós antigamente também tínhamos a Avenida. A Avenida Marginal. Em que toda a gente se concentrava na Avenida Marginal durante o Verão.”

Produzido por falantes de G2, seleccionámos também o EXCT 23, em que se utiliza o predicado *ficar em*. Trata-se de uma realização coincidente com a que vimos na análise dos questionários.

EXCT8 -Y8-“Quando era criança, sempre fomos passar as nossas férias na praia e...ficámos numa casa... a gente chama “boarding house.””

5.5.1.2.PERC1

Os resultados patenteados nos questionários relativos às realizações de *percurso de destino* de valor mínimo evidenciaram uma maior tendência por parte de G1 para este tipo de realizações do que por parte de G2, embora também tenha sido possível identificar, neste grupo, exemplos de PERC1.

Nos dois excertos que seleccionámos, produzidos por um elemento de cada grupo, há a salientar, no caso de EXCT9, o recurso a uma forma linguisticamente mais elaborada de expressar aproximação, contrariamente ao que se passa em EXCT10, onde se verifica uma construção bem mais linear do ponto de vista sintáctico-semântico.

EXCT 9 - X-7 “Todas as obras que resultaram da Expo 98, no fundo para mim a leitura é que reaproximaram e reconciliaram os lisboetas com uma parte degradada da cidade.”

EXT 15 - Y10 “Isto era muito agradável, também. Gostámos sempre desta...de aproximar a Lisboa, de água, é uma viagem bonita.”

5.5.1.3.PERC3

Como tivemos a oportunidade de constatar nos questionários, a realização PERC3 conheceu, por parte do grupo G1, maior expressão de resultados do que por parte de G2.

No que se refere a esta variante, pudemos constatar que nas entrevistas a desproporção de resultados entre os dois grupos se atenua, facto que tivemos a oportunidade de comprovar através de inúmeros exemplos em que a mesma se realiza, recolhidos no discurso de elementos quer do grupo G1, quer do grupo G2.

Um dos predicados em foco foi precisamente *chegar a*, por introduzir um *percurso* em que o *objecto de referência* tem associada a função de *destino*, adquirindo o traço semântico [+concretizado], definindo assim um *esquema de trajectória* que descreve o *percurso* na sua fase final de realização. Curiosamente, aqui, encontrámos mais exemplos junto dos elementos de G2 do que de G1.

EXCT 11- X5 - “Outro dos percursos poderá ser pelas Feteiras, antes de chegar às Feteiras.”

EXCT 12 - Y6 “eu ia-me embora de casa com o mar às costas e chegava ao mar.”

EXCT13 - Y8 “Normalmente é muito fácil chegar a este sítio porque é mesmo perto de nossa casa.”

EXCT 14 - Y8 “Se calhar, chegar à rotunda, porque toda a gente sabe a rotunda e utilizo a via rápida, até a gente passa Lagoa, anda em frente, até não mais via rápida, volta para o caminho do mar e a gente sempre segue este caminho até chegar a Água de Pau.”

EXCT15 - Y12 “Não consegue-se, lá, chegar tão rápido para um sítio qualquer de natureza limpa, própria.”

EXCT16 - Y6 “Aliás acho que devia ser ainda mais difícil lá chegar, para as pessoas deixar de andar, para eu poder ter acesso sozinha.”

Igualmente representativas da variante PERC3, as proposições regidas pelo predicado *entrar (em)*, configuram um argumento de *destino* num esquema de trajectória que define o percurso enquanto a passagem da figura de uma região a outra. Apesar de continuar a verificar-se a presença do traço [+concretizado], o tipo de relação espacial que envolve as duas entidades básicas do movimento é aqui extremamente marcado, pelo que o percurso assume uma configuração semântica particular, que pode facilmente ser importada para o discurso como factor de relevância. O equilíbrio registado para este tipo de realizações, em

ambos os grupos, aponta mais uma vez para a aproximação em termos de resultados desta variante, situação que, munindo-nos apenas dos resultados dos questionários, não estávamos em condição de atestar.

EXCT17 - X5 “Entro ao pé da Igreja de Santo Cristo, que é na parte de cima da praça, e atravesso-a toda para ir para a Igreja de S. José, que é na outra rua.”

EXCT18 - X8 “muitos amigos meus passam perto de casa e batem a ver se estamos e entram.”

EXCT 19 - Y3 “Quando entras numa casa, pronto, descansar, tomar café, almoçar, não sei. É dormir e vai embora. Igreja já outra coisa.”

EXCT20 - Y8 “Quando a gente já está lá em baixo não pode subir do outro lado, pode a pé mas não com o carro porque não pode entrar”

EXCT 21 - Y8 “Entro na casa e a casa é grande. É muito bonito (...)”

Um outro exemplo representativo desta variante, produzido por um falante de G2 – *voltar para*, correspondente ao predicado *regressar a* – é o que é ilustrado em *EXCT 22*.

EXCT 22 - Y-9 - Não voltava para Ponta Delgada, não. Eu gostava que aquela passeadeira continuava no outro dia.

À semelhança do que ocorreu com as realizações PERC0, também para PERC3 pudemos constatar, da parte de G1, maior capacidade para a representação de *percursos de destino* de valor máximo por meio de construções mais elaboradas e menos usuais, a par das habituais, como ilustram com os excertos *EXCT22* e *EXCT23*.

EXCT 22 - X6- “um dos primeiros sinais era ver pessoas a afluir à Marginal”

EXCT 23 - X7 “... a ideia que se tem de Lisboa, ainda hoje, quem a revisita agora como eu, que já não vive lá, é de alguma harmonia. É de uma..., de imagens que são permanentes, que são eternas, que nós reencontramos sempre quando lá chegamos.”

5.5.1.4.PERC-1

Relativamente à variante PERC-1, os excertos que seleccionámos não são abundantes, tal como acontecia, de resto, nas matrizes dos questionários. Um factor importante evidenciado nas entrevistas foi o cancelamento da tendência manifestada nos questionários, a favor do grupo G2. Se os resultados dos questionários registavam um nulo de realizações para G1, contra 25%, para G2, na entrevista, os falantes de G1 não *bloquearam* esta variante como nos questionários, incluindo-a normalmente no seu discurso.

EXCT 24 - X5- Eu lembro-me quando surgia o Verão.

EXCT 25 - X7 – (...) em Ponta Delgada parece que estamos sempre cada vez mais a fugir dessa proximidade.

EXCT 26 - X8 - Vindo de Ponta Delgada apanha-se a via rápida para as Capelas

EXCT 27 - Y6 - Eu ia-me embora de casa com o mar às costas e chegava ao mar, e depois fazia a coisa ao contrário quando voltava do trabalho.

Tratando-se de uma variante em que se expressa movimento na fase inicial de percurso, os excertos EXCT26 e EXCT27 poderão suscitar alguma controvérsia quando à validade da sua inclusão neste tipo de proposições. De facto, habitualmente, os predicados *vir de*, ou o seu equivalente *ir embora de* remetem para esquemas de trajectória em que a *figura* se encontra na fase final do *movimento*, ou seja, em que abandonou uma determinada região, ocupada na fase inicial, para passar a ocupar outra região. No entanto, quer em EXCT26, quer em EXCT27, o foco principal é a orientação do trajecto, mais do que a descrição completa do movimento englobando todas as regiões. Em EXCT27, a expressão *ir embora de* pode ser substituída por *partir*, conservando o mesmo valor.⁵⁷

5.5.1.5.PERC-3

Como exemplos de frases em que se manifesta a variante de *percurso de origem* com valor máximo, ou seja, aquelas em que se expressa *movimento* segundo um *esquema de trajectória* definido como *percurso* na sua fase final, seleccionámos os seguintes excertos:

⁵⁷ Para uma análise aprofundada da variabilidade semântica deste tipo de descrições, ver Silva (1997 e 1999).

EXCT28 -X2 – “Saio dos Ginetes, venho por Ponta Delgada, apanho a Marginal...”

EXCT29 -X8 – “sai-se da zona urbanizada da freguesia, digamos assim, e vai-se até à estrada regional que liga todo o norte da ilha.”

EXCT30 - X6 – “Eu era um rapazito que veio de fora da cidade.”

EXCT 31 -Y8 – “Só tenho que sair de casa, vira à direita e anda lá em baixo...”

EXCT32 -Y9- “Quando saís da aldeia tu estás a ver o... eu não sei como é que se chama....o horizonte não é?”

EXCT33 -Y11- “Nunca sai da cidade, só sai às Sete Cidades, a gente sai às Sete Cidades, às vezes.”

EXCT34 - Y-10 - Vamos pela estrada da Ribeirinha, que vai para baixo, não é? A estrada principal. E depois que sai ao pé de Miradouro de Santa Iria.

EXCT35 - Y8 – “Só tenho que sair de casa, vira à direita e anda lá em baixo...”

Os elementos fornecidos pelas entrevistas quanto à realização PERC-3, se comparados com os dados dos questionários, em que se verificava uma diferença relativa de 56% para 50%, respectivamente em G2 e G1, não alteram significativamente os indicadores. A diferença percentual observada nos questionários, já de si pouco expressiva, não revela nenhuma alteração substancial ao ponto de confirmar ou infirmar resultados.

5.6. Resultados individuais e variáveis sociais

Ficou patente na análise estatística das amostras resultantes dos questionários um índice de tendências entre os grupos G1 e G2, o qual marcava, designadamente, as oposições como apresentando maior relevância, entre PERC0 e PERC1 e PERC3, predominante no grupo de falantes nativos do português, e PERC-1 e PERC-3, predominante nos falantes estrangeiros.⁵⁸

Vimos também que aparecia marcada, do ponto de vista dos argumentos, uma diferença entre *argumentos não marcados* e de *destino*, a favor dos falantes nativos, e argumentos de *origem*, a favor dos falantes estrangeiros.

⁵⁸ Representaremos os dados relativos à variável *percurso*, por fornecerem estas realizações, como já referimos, o indicador de tendências mais claro, no conjunto dos resultados obtidos.

Como tivemos oportunidade de assinalar, pela análise do discurso a partir do material recolhido nas entrevistas, apesar de nalgumas realizações se registar o cancelamento das desproporções anteriormente observadas, aproximando ambos os grupos pelo menos em termos quantitativos, não se alteraram substancialmente os índices de tendência obtidos com base nos questionários. No entanto, a fim de eliminar os riscos de enviesamento decorrentes da interferência das variáveis sociais (Quadros X e XI) importa analisar os mesmos resultados, com referência às respostas individuais (Gráficos VIII e IX).

Verificamos que se distinguiram em G1, para a variável PERC0, os informantes X1 e X3, com 100% de opções de resposta, contribuindo para o resultado de 25% registado no conjunto do grupo. Para as variáveis PERC1 e PERC3, registou-se neste grupo uma clara uniformidade de respostas, com todos os elementos a contribuírem com 50% para os resultados de conjunto, no primeiro caso, e 71,4%, no segundo.

No grupo G2, distinguiram-se, para a variante PERC-1, o elemento Y4, com 100%, seguido dos falantes Y2, Y7, Y9 e Y11, com 50% de resultados. Para a variante PERC-3, distinguiram-se os falantes Y1, Y6, Y8, Y9 e Y10, com 75%, e Y2, Y3, Y5, Y11 e Y12, com 50% de resultados.

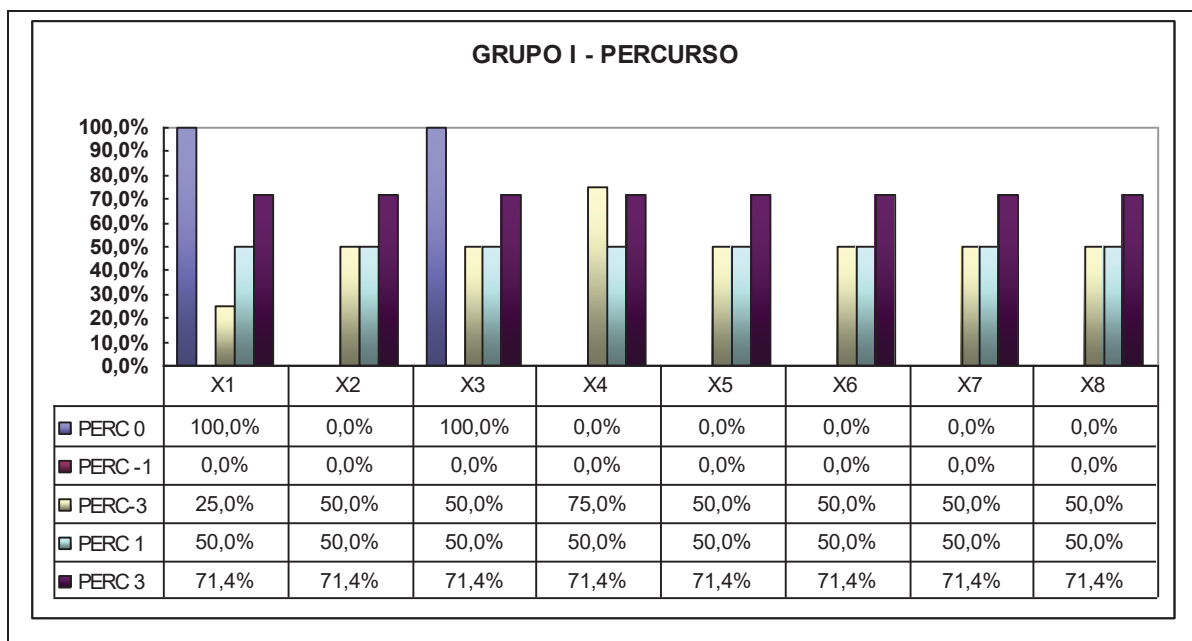


GRÁFICO VIII – Resultados individuais da variável *percurso* (Grupo I)

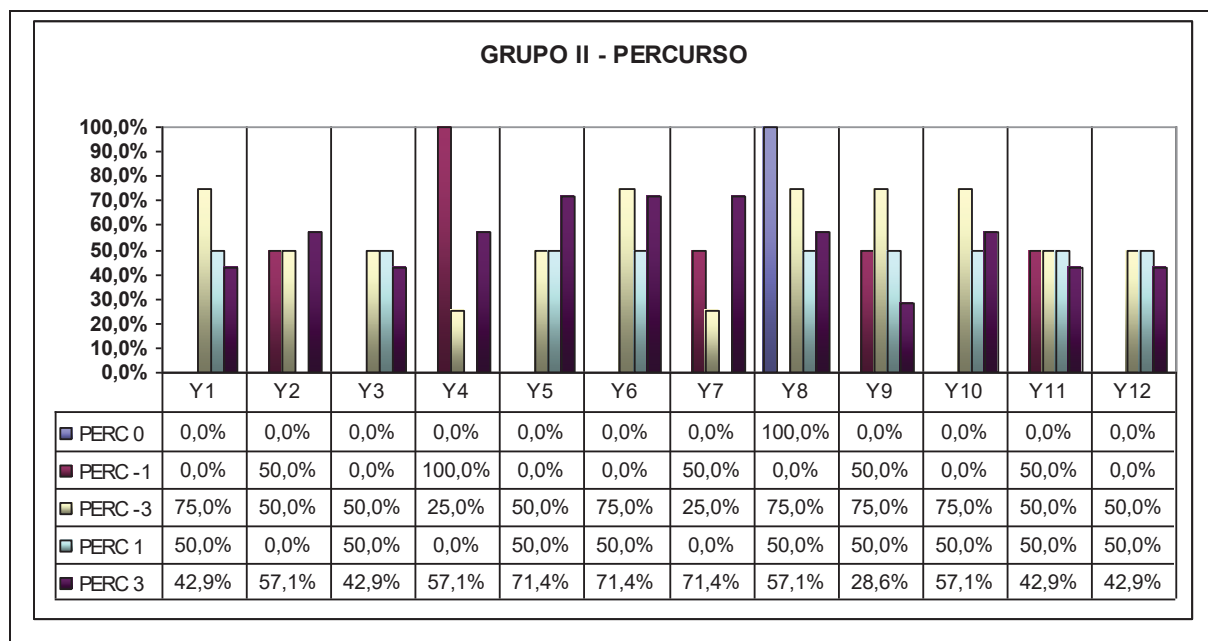


GRÁFICO IX – Resultados individuais da variável *percurso* (Grupo II)

No caso de G1, a influência exercida pelas variáveis sociais será mínima, no contexto das realizações observadas, se tivermos em conta unanimidade dos resultados registada em PERC1 e PERC3 e a distribuição difusa, por subgrupos, que, por exemplo em PERC0, inviabiliza a caracterização das tendências com recurso às variáveis sociais.

Relativamente ao grupo G2, observámos duas situações distintas: os resultados apurados para a variável PERC-1 reportam uma dispersão acentuada, por variáveis sociais, que afasta qualquer possibilidade de constituição de subgrupos (Gráfico XI). Para a variável PERC-3, pelo contrário, os resultados denotam um relativo agrupamento, sobretudo quanto à variável social *habilitações literárias*, permitindo a leitura de uma hierarquia na incidência individual sobre os resultados de conjunto, com a relação *mais habilitado* = > *incidência*.

No entanto, se tomadas as variantes de *percurso de origem* no seu conjunto, verificamos que o máximo de expressão, com 100% para PERC-1, observado no informante Y4, corresponde ao elemento como menor grau de habilitação literária.

	Género	Idade	Profissão	Escolaridade
X1	Feminino	32	Técnica Superior	Licenciatura
X2	Feminino	31	Técnica Superior	Licenciatura
X3	Masculino	30	Técnico Superior	Licenciatura
X4	Masculino	29	Gestor	Licenciatura
X5	Feminino	34	Administrativa	12º ano
X6	Masculino	46	Monitor	10º ano
X7	Feminino	54	Professora	Pós-Graduação
X8	Masculino	49	Técnico de Cinema	12º ano

QUADRO X – Variáveis Sociais (Grupo I)

	Género	Idade	País de Origem	Profissão	Escolaridade
Y1	Masculino	31	Bulgária	Professor	Bacharelato
Y2	Masculino	37	Ucrânia	Mineiro	10º ano
Y3	Feminino	45	Bielorrússia	Professora	Licenciatura
Y4	Masculino	35	Paquistão	-	9º ano
Y5	Feminino	46	Rússia	Professora	Licenciatura
Y6	Feminino	34	Itália	Professora	Curso Superior Artístico
Y7	Masculino	44	Ucrânia	Marinheiro	Licenciatura
Y8	Feminino	51	Inglaterra	Professora	Ensino Artístico
Y9	Feminino	33	Rússia	Professora	Licenciatura
Y10	Feminino	57	EUA	Música	Mestrado
Y11	Masculino	30	Ucrânia	Pedreiro	11º ano
Y12	Feminino	22	Bielorrússia	Professora	Licenciatura

QUADRO XI – Variáveis Sociais (Grupo II)

A exploração dos resultados apurados, quer pelo método de questionário, quer pelo método de entrevista, seria sem dúvida extremamente produtiva, principalmente se analisadas com minúcia as oposições individuais, no interior de cada grupo e de grupo para grupo, no quadro das diferentes realizações. Estamos em crer que o material obtido permitiria uma reflexão sociológica bastante interessante, em que seria possível surpreender, estamos certos, a influência das dinâmicas culturais no contexto do diálogo social. No entanto, porque o enquadramento do nosso trabalho se dá no plano particular da linguagem enquanto instrumento de expressão da espacialidade dinâmica, a reflexão sobre esse comprometimento cultural é realizada a partir da actualização linguística dos modelos

conceptuais, ou seja, os processos de percepção e de descrição dos acontecimentos no espaço. Foi essa a razão que nos levou a limitar os materiais recolhidos a uma análise preliminar ao nível das variáveis sociais, não sem que tentássemos, ainda assim, obviar os riscos de ambiguidade ao constituirmos os grupos de informantes segundo critérios de heterogeneidade a esse nível.

É nosso crer que os diferentes níveis de avaliação que foi possível organizar, mediante a identificação das variáveis MOV e PERC no contexto questionário e entrevista, favoreceram a reflexão integrada da problemática a que nos propusemos à partida, sustentada em elementos que consideramos válidos enquanto indicadores de tendências e pontos de convergência entre as múltiplas disciplinas que convocámos, nomeadamente a semântica, na vertente cognitiva e formal, e a multiculturalidade.

6. CONCLUSÃO

A complementaridade metodológica para o tratamento da expressão do espaço numa perspectiva dinâmica, na esteira dos diferentes contributos teóricos considerados no desenvolvimento deste trabalho, veio a confirmar-se como o melhor princípio orientador.

A análise da espacialidade pelo prisma da semântica cognitiva revelou-se extremamente produtiva, pois muniu-nos de conceitos indispensáveis para a construção dos parâmetros necessários ao objectivo a que nos propusemos de início, de que destacamos:

- a noção de *figura*;
- a noção de *objecto de referência*;
- a noção de *percurso*;
- a noção de *origem*;
- a noção de *destino*;
- a noção de *esquema de trajectória*;
- a noção de *orientação*.

O reconhecimento de duas dimensões da espacialidade – *localização* e *movimento* – abriu-nos as linhas de investigação para uma contextualização destes conceitos, no sentido de uma especialização que tornou possível o seu desenvolvimento à luz das correlações linguísticas subjacentes.

A importância da afirmação da problemática da localização e do movimento como uma única realidade, desvalorizando a tendência, geralmente manifestada, de classificação das duas modalidades de descrição espacial em termos de uma oposição estático/dinâmico, levou-nos a uma plataforma sólida de interpretação.

Concluimos que o movimento ocorre, sempre e só, quando há localização, e que a localização é, em potência, movimento. Também constatámos que o movimento se realiza sempre num percurso, o qual pressupõe uma sequência de localizações e, em consequência, de *tempos*.

A dimensão espaço-temporal que caracteriza o movimento motivou a nossa preocupação em encontrar uma base de trabalho que privilegiasse esta vertente. A leitura, em contexto de discurso, da espaço-temporalidade, remeteu-nos para a identificação dos componentes cuja definição se inscrevia nos conceitos teóricos de uma semântica, tanto de índole cognitiva como formal.

No quadro de uma semântica formal, procurámos estabelecer as linhas de convergência entre os modelos conceptuais da espacialidade e a organização, ao nível morfo-sintáctico, desses modelos, em discurso. A tradução formal dos esquemas cognitivos das relações espaciais dinâmicas afigurou-se possível, sobretudo devido à equivalência que pudemos estabelecer entre entidades semânticas e entidades lexicais, bem como os respectivos papéis nas estruturas argumentais.

No quadro desta equivalência, configurámos, a partir dos primitivos semânticos de movimento identificados pela aplicação do parâmetro *mudança* em função da presença da propriedade [+mutacional], a sub-classe de predicados correspondentes ao percurso. Elaborámos, assim, uma tipologia que procurámos fosse o mais abrangente possível para as realizações das variáveis *movimento* e *percurso*. Considerámos dois planos primários de interpretação: um que privilegiava os argumentos funcionais requeridos pelo predicado verbal, outro que se orientava para os traços semânticos adquiridos pelas entidades semânticas envolvidas, em função das propriedades [±dirigido] e [±alterado], a partir da natureza semântica dos predicados, correspondendo aos traços [±direccional] e [±concretizado].

Verificámos que as frases de movimento em que o verbo principal expressa a ideia de percurso constituem o paradigma perfeito para a compreensão dos mecanismos conceptuais e formais que estão na origem da descrição dos acontecimentos de ordem espacial. Aqui, pudemos constatar que em português alguns predicados contêm, na sua valência, a estrutura argumental que enforma o ponto de vista principal do enunciado (ou os argumentos complementares).

Tendo elegido previamente o *movimento* e o *percurso* como variáveis de análise, na construção de moldes proposicionais para a identificação dessas variáveis procurámos contemplar aqueles componentes que, do universo possível, considerámos pertinentes, e que se justificavam a partir dos modelos teóricos em que nos apoiámos.

Foi munidos destes instrumentos que nos dedicámos à análise prática do *corpus* recolhido através do método de questionário e de entrevista, junto de dois grupos de

informantes, um formado por falantes nativos do português, residentes em S. Miguel, e outro formado por falantes estrangeiros do português, residentes em S. Miguel e em contexto sociocultural de imigração.

A partir dos resultados obtidos, através de uma leitura estatística que nos forneceu índices, ou tendências, relativamente a tipos de realização da espacialidade pela linguagem, foi possível levantar algumas questões relacionadas com a possibilidade de articular, no quadro de inter-relações presentes na expressão do espaço dinâmico, as dimensões cognitiva e formal, a que já aludimos, com a dimensão cultural, no ambiente específico de multiculturalidade que marca não só as relações interpessoais dos informantes ao nível da ilha de S. Miguel como também as que se processam ao nível da comunicação global, no seio de sociedade de informação e comunicação construída a partir das novas tecnologias e palco de fenómenos socioeconómicos generalizados e com forte influência a todos os níveis do viver colectivo.

Deste modo, foi possível retirar algumas conclusões a partir da análise estatística das amostras que constituíam o *corpus*, reforçada pela interpretação crítica de excertos das entrevistas que seleccionámos em função da pertinência como elemento de corroboração de hipóteses.

A reflexão que fizéramos no capítulo III acerca do eclodir do fenómeno do multiculturalismo nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI encontrou eco nos resultados apurados: os informantes manifestaram uma tendência a utilizar o discurso como instrumento de afirmação de diferença, veiculando ao mesmo tempo a memória individual e colectiva. Individual, enquanto representação pela linguagem, de percursos biográficos, colectiva enquanto manifestação de uma condição social, convertida em intercâmbio de valores.

A comprovar esta interpretação está a tendência, manifestada pelos informantes do grupo de falantes estrangeiros, para as proposições de *percurso de origem*, sobretudo as de valor mínimo, ou seja, aquelas em que se descreve um percurso segundo um esquema de trajectória em que a *figura* se encontra na fase inicial do movimento.

A dinâmica comunicacional gerada pelos valores da cultura de origem e da cultura de acolhimento manifesta-se aqui com especial acuidade no quadro das relações interculturais a que estão sujeitos estes falantes. O *percurso de origem* apontaria assim para os dois pólos dessa relação: a *origem* e o *destino*, e, nessa acepção, mais do que uma resposta psicológica,

a tendência revelada pelos dados da amostra traduz uma resposta cultural, ainda que formulada no exercício de uma intersubjectividade inerente.

Do lado do grupo constituído por falantes nativos do português, a tendência para proposições de *percurso zero*, em que não estão claramente definidos os componentes *origem* e *destino*, constitui uma contraposição à tendência do outro grupo. Aqui, há a manifestação de uma aparente estabilidade cultural, para a qual, à luz do próprio conceito de espacialidade dinâmica em descrições de cariz mais estático, contém, em potência, a sua própria transformação. A acreditar nesta prédica, o desnível manifestado, em favor deste grupo, para proposições de destino de *percurso de destino*, seria uma confirmação de que também neste grupo se produz identidade cultural pela linguagem, o que configura igualmente uma tendência para a dinâmica cultural que define o multiculturalismo. Curiosamente, aqui, a mensagem vai no sentido contrário, o do *destino*, metáfora de uma necessidade de ir ao encontro, sentida por uma comunidade de acolhimento.

A diferenciação de tendências que constatámos na leitura estatística das amostras dos questionários apareceu ligeiramente atenuada no discurso produzido em contexto de entrevista, o que demonstra que a opção registada nos questionários não reflecte um fenómeno de barreiras linguísticas ou culturais. O facto de, em discurso livre, tanto os falantes nativos como os falantes estrangeiros fazerem uso das mesmas formas para expressar a espacialidade dinâmica – embora reconheçamos na produção dos falantes nativos um maior domínio das expressões disponíveis na língua – fornece justificação para admitir que a tendência registada nos questionários não decorreu de um problema de competência linguística.

Estamos, portanto, em condições de afirmar que a opção por um tipo de realização linguística e o seu correlato conceptual derivam de uma caracterização cultural, de cada falante, no seio de um processo dinâmico de relações e intercâmbios, experimentado, quer por parte dos falantes nativos do português, que representam a sociedade de acolhimento, quer por parte dos falantes estrangeiros, que integram as sociedades que são acolhidas.

Para concluir, a confirmação de um princípio, que tanto Peres (1984; 2001) como Talmy (2000a; 200b) defendem, e que nós, com a limitação epistemológica que temos a humildade de reconhecer, aceitámos à partida como válido, de que os conteúdos cognitivos que medeiam a relação do homem com o real se manifestam na linguagem, quer se atribua à cognição o papel determinante na representação do real, quer se considerem as estruturas lexicais a base de todo o processo de significação.

BIBLIOGRAFIA

ANDRÉ, João Maria (2005). *Diálogo Intercultural, Utopia e Mestiçagens em Tempos de Globalização*. Coimbra: Ariadne Editora.

ANDRÉ, João Maria (2006). “Identidade(s), Multiculturalismo e Globalização”. *Comunicação apresentada no painel MULTICULTURALISMO, GLOBALIZAÇÃO, ACTUALIDADE, XX Encontro de Filosofia, “A Filosofia na Era da Globalização”, Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, 23 e 24 de Fevereiro de 2006*.

ANDRÉ, João Maria (1999). *Pensamento e Afectividade*. Coimbra: Quarteto Editora.

BATORÉO, Hanna Jakubowicz (2000). *Expressão do Espaço no Português Europeu: Contributo Psicolinguístico para o Estudo da Linguagem e da Cognição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

BATORÉO, Hanna Jakubowicz (1998). “Tipologia Espacial e Primitivos Semânticos do Espaço”. in *Actas do XIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. vol. I*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.

BECHARA, Evanildo (2003). *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

BELÉN ALVARADO *et al* (2004) “El desplazamiento como base de la proyección metafórica: esquemas de movimiento com preposición.” in SILVA, Augusto Soares *et al* (org.). *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*. Coimbra: Gráfica Coimbra.

BORILLO, Andrée (1998). *L'espace et son expression en Français*. Paris: Editions Ophrys.

BORILLO, Andrée (1990). “Quelques marqueurs de la deixis spatiale”. in MOREL, Mary-Annick e DANON-BOILEAU, Laurent (dir.). *La deixis. Colloque en Sorbonne, 8-9 juin 1990*. Paris : Presses Universitaires de France.

CAUNE, Jean (1995). *Culture et communication : convergences théoriques et lieux de méditation*. Grenoble: Presses Universitaires.

CHELLA, A., FRIXIONE, M., e GAGLIO, S. (2001). “Interpreting symbols on conceptual spaces: The case of dynamic scenarios”. Proc. *AAAI Fall Symposium on Anchoring Symbols to Sensor Data in Single and Multiple Robot Systems*, November 2nd-4th, 2001, North Falmouth, Massachusetts.

CIOTTI, Fábio e RONCAGLIA Gino(2005). *Il mondo digitale: introduzione ai nuovi media*. Roma: Editori Laterza.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley (2000). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições Sá da Costa.

DENIS Michel, e tal. (1999) “Spatial Discourse and Navigation: An Analysis of Route Directions in the City of Venice”, in *Applied Cognitive Psychology*. 13: 145-174

DIAS, Ângela A. Correia e MOURA, Karina da Silva (2006). “Cultura na/da Rede: refletindo sobre os processos educativos na óptica bakhtiniana”. in *Ciências e Cognição*. vol 09: 14-26.

DILLON, Andrew (2000). “Spatial-Semantics: How Users Derive Shape from Information Space.” in *Journal of the American Society for Information Science*. 51(6): 521–528, 2000, New York,: John Wiley & Sons

DUCROT, Oswald (1972). *Princípios de Semântica Linguística*. São Paulo: Editora Cultrix.

ELIADE, Mircea (1996). *O Imagens e Símbolos*. São Paulo: Martins Fontes.

ELIADE, Mircea (s/d). *O Sagrado e O Profano: A Essência das Religiões*. Lisboa: Livros do Brasil.

FEUILLET, Jack (1990). “La structuration de la deixis spatiale”. in MOREL, Mary-Annick e DANON-BOILEAU, Laurent (dir.). *La deixis. Colloque en Sorbonne, 8-9 juin 1990*. Paris: Presses Universitaires de France.

FONSECA, Irene (1992). *Deixis, Tempo e Narração*. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida

GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin (2005). *O Inquérito: Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora

HASPELMATH, Martin (1997). *From Space to Time: Temporal Adverbials in the World's Languages*. München/Newcastle: Lincon Europe

HERZOG, Gerd (1995). "Static and Dynamic Spatial Relations" in *Vitra*. 120. Saarbrücken: Universität des Saarlandes.

HOBBSAWN, Eric J. e POLITO, António (2000). *O Século XXI: Reflexões sobre o Futuro*. Lisboa: Editorial Presença.

HORROCKS, Geoffrey, e STAVROU, Melita (2007) "Grammaticalized aspect and spatio-temporal Culmination", in *Lingua* 117 (2007) 605–644, New York: Elsevier

JACKENDOFF, Ray (1997). "Semantics and Cognition". in LAPPIN, Shalom (ed.) *The Handbook of Contemporary Semantic Theory*. Oxford: Blackwell Publishers.

KEMPSON (1980). *Teoria Semântica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores

KRACHT, Marcus (2004). *Language and Space*. Los Angeles: Department of Linguistics, UCLA.

KRACHT, Marcus (2004). "On the Semantics of Locatives". in *Linguistics and Philosophy*. 25(2002), 157 - 232.

KRACHT, Marcus (2006). "Directionality Selection". in Patrick Saint-Dizier (ed.): *Computational Linguistics. Dimensions of the Syntax and Semantics of Presuppositions*. Springer. 101 - 114. 2006.

LEHMAN, F.K. E BENNERDO, Giovanni (2003). "A Computational Approach to the Cognotion of Space and its Linguistics Expressions". in *Mathematical Anthropology and Cultural Theory*. International Journal. vol. 1. nº 2.

LEVINSON, Stephen C. (1996). "Language and Space". in *Annual Reviews Anthropology*. 25:353-82.

LIPSKY, Angela (1994). "Définition du verbe et type de procès". in BASSET, Louis. *Les classes de mots : traditions et perspectives*. Lyon : Presses Universitaires de Lyon.

LONGACRE, Robert E. (1996) *The Grammar of Discourse*. New York: Plenum Press.

LOPES, Óscar (1972). *Gramática Simbólica do Português*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência.

MAAß, Wolfgang (1995) “How spatial information connects visual perception and natural language generation in dynamic environments”. in *Vitra*. 116, Saarbrücken: Universität Saarlandes.

MARCONI, Diego (1984). “Semântica”. in ROMANO, Ruggiero (dir.). *Linguagem – Enunciação*. Enciclopédia Einaudi, vol. 2, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MARTINS, Moisés Lemos (2002). “Que Semiótica para os Cursos de Comunicação”. in BRAGANÇA, José A. E SILVEIRA, Joel Frederico (org.). *As ciências da Comunicação na Viragem do Século: Actas do I Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*. Lisboa: Vega, 2002.

MATEUS, Maria Helena Mira et al.(2004). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

MOESCHLER, Jaques (1998) “Pragmatique de la Référence Temporelle”. in JAYES et al. *Le Temp des Événements*. Paris: Éditions Kimé.

MÓIA, Telmo (2003). “Subdomínios de significação associados ao tempo – uma panorâmica geral”, in Ivo Castro e Inês Duarte (org.). *Razões e Emoção. Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, Vol. II, Lisboa: INCM, pp. 95-127.

MOREIRA, João Manuel (2004). *Questionários: Teoria e Prática*. Coimbra: Livraria Almedina.

MORIN, Edgar (1998). “L’enjeu de la communication”. in CABIN, Philipe e DORTIER, Jean-François (coord.). *La communication, etat des savoirs*. Paris : Sciences Humaines ed.

PAIS, Cidmar Teodoro (2003). “Visões de Mundo e Sistemas de Valores em Culturas da América Latina e do Caribe: Elementos para um Estudo Contrastivo em Semântica Cognitiva e Semiótica das Culturas”. in *Revista Uniandrade*. v. 04, n. 01, 2003. Curitiba: Centro Universitário Campos de Andrade.

PEDRO, Emília Ribeiro Pedro (2002). “Discurso Contexto e Produção de Sentido.” ”. in BRAGANÇA, José A. E SILVEIRA, Joel Frederico (org.). *As ciências da Comunicação na*

Viragem do Século: Actas do I Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação. Lisboa: Vega, 2002.

PERES, João Andrade (2001) – *Semântica I: Proposta e Análise de um Programa*: Lisboa: FLUL. 2001. Relatório para Provas de Agregação.

PERES, João Andrade e MÓIA, Telmo (1995). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

PERES, João Andrade (1984). *Elementos para uma Gramática Nova*. Coimbra: Livraria Almedina.

POLGUÈRE, Alain (2003). *Lexicologie et sémantique lexicale*. Montreal: Les Presses de l'Université.

PHILIPSEN, Gerry (2002). "Cultural Communication". in GUDYKUNST, William B. e MODY, Bella (ed.). *Handbook of International and Intercultural Communication*. Thousand Oaks: Sage Publications.

PONTES, Eunice (1992). *Espaço e Tempo na Língua Portuguesa*. Pontes: Campinas, SP.

RIBEIRO, António Sousa (2001), "A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira". in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2001). "Os processos da Globalização". in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Jane Cristina Duarte dos (2003) *Tu ou Você?: uma questão de identidade cultural*. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Letras.

SILVA, Augusto Soares (1997). "A mudança semântica como reorganização de protótipos. O verbo *deixar*". in *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. vol. I*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.

SILVA, Augusto Soares (1999). *A Semântica de Deixar: Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SILVA, Francisco da (1998). “Ciberespaço”. in CHORÃO, João Bigotte (dir.). *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 6, Lisboa: Editorial Verbo.

TALMY, Leonard (2000a). “Toward a Cognitive Semantics”. volume I: *Concept structuring systems*. i-viii, 1-565. Cambridge: MIT Press.

TALMY, Leonard. (2000b). “Toward a Cognitive Semantics”. volume II: *Typology and process in concept structuring*. i-viii, 1-495. Cambridge: MIT Press

TALMY, Leonard (2005) “Written Interview on my Work conducted by Iraide Ibarretxe: Part 1” in *Annual Review of Cognitive Linguistics*, vol. 3, 325-347. New York: Department of Linguistics Center for Cognitive Science University at Buffalo, State University of New York.

TEIXEIRA, José (2001). *Verbalização do Espaço: Modelos mentais de “frente/trás”*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho. 8 vols.

TEIXEIRA, José (2004). “Front/back (frente/trás): space and its verbalization. The Portuguese case”. in SILVA, Augusto Soares (org.). *Linguagem Cultura e Cognição: estudos de Linguística Cognitiva*, vol. II. Coimbra, Livraria Almedina.

VILELA, Mário (1999). *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina.